



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV

GILLYANE LYNDSAY GOMES DE LIMA

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA – PB

2020

GILLYANE LYNDSAY GOMES DE LIMA

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Na área de concentração: Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior

Orientador: Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares

JOÃO PESSOA – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732m Lima, Gillyane Lyndsay Gomes de.

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: Análise da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Gillyane Lyndsay Gomes de Lima. - João Pessoa, 2020.
128 f.

Orientação: Swamy de Paula Lima Soares.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Avaliação. Política de Assistência Estudantil.
Reformulação de Políticas. I. Título

UFPB/BC

GILLYANE LYNDSAY GOMES DE LIMA

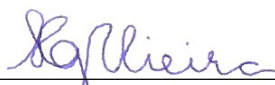
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre. Na área de concentração: Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Aprovada em 28/ 02/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
(MPGAV/UFPB)
Presidente/Orientador



Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
(MPGAV/UFPB)
Titular interno

Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo
(UFPE)
Titular externo

JOÃO PESSOA – PB

2020

*Dedico ao meu filho, Arthur de Lima Negreiros, amor da
minha vida e razão dos meus melhores objetivos.
E ao meu esposo, Alessandro Vidal de Negreiros.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua presença constante em minha vida, proporcionando-me a confiança e condições necessárias para seguir em frente.

Aos meus pais, pelo amor e torcida. Ao meu esposo, pelo incentivo constante à busca pelo conhecimento em todas as etapas da minha caminhada. Ao meu filho, que a cada dia me ensina a ser uma pessoa melhor e com seu amor me fortalece. A todos os familiares e amigos pelo apoio e incentivo sempre presentes.

Ao Professor e orientador Dr. Swamy de Paula Lima Soares, a quem tive o prazer de conviver os dois anos de orientação do mestrado. Por seu carinho, paciência e dedicação ao ensinar-me novos conhecimentos, permitindo, assim, o meu amadurecimento intelectual.

A Professora Dr^a Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, que foi minha professora, quando eu era aluna especial da disciplina Avaliação da Educação Superior e me ensinou os primeiros passos a serem trilhados para alcançar uma etapa de aperfeiçoamento tão importante da minha vida científica e hoje ainda contribui muito para minha formação, no exame de qualificação do mestrado trouxe preciosas contribuições. Admiro muito sua postura como profissional, professora e pesquisadora, sempre disciplinada, organizada, dedicada e determinada. Por seu carinho, incentivo e dedicação sempre presentes.

Ao Professor Dr. Alexandre Viana Araújo por ter aceitado ser examinador na qualificação do mestrado, trazendo-me importantes contribuições.

A todos que fizeram parte desse trabalho, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo teve a finalidade de analisar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PAE-IFPB), com o objetivo de avaliar o processo de reformulação dessa Política e assim, a partir dos resultados, propor uma abordagem de monitoramento para uma avaliação permanente do Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE). Para tanto, foi necessário analisar a reformulação da PAE entre os anos 2016 e 2018, identificando a existência ou não de instrumentos de monitoramento e avaliação. Este trabalho foi organizado em sete capítulos, apresentando inicialmente como referencial teórico a trajetória das políticas de assistência ao estudante no Brasil na perspectiva de Kowalski (2012), perpassando pela Assistência Estudantil nas Universidades Federais, realizando uma discussão sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para uma melhor compreensão da PAE - IFPB se fez necessário discorrer sobre o percurso histórico do IFPB, bem como, da PAE implementada na instituição. Para realizar uma análise mais consistente da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFPB, contemplamos as considerações acerca de políticas públicas na concepção dos autores Guedelho (2017), Rodrigues (2008) e Condé (2013). Para tanto, esse trabalho apresentou uma análise mais atenta do processo e possíveis consequências da reformulação da PAE-IFPB, realizando-se um comparativo entre a antiga política (resolução nº 40 de maio de 2011) e a PAE-IFPB reformulada (resolução nº 25 de junho de 2018). A Pesquisa foi desenvolvida em caráter exploratório descritivo de abordagem qualitativa, apresentando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada realizada com os gestores operadores da PAE-IFPB, que subsidiou a análise de conteúdo baseada em Bardin (2011) e a elaboração da matriz SWOT, onde pode se explicitar os pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades da política ora investigada. Também se privilegiou um perfil propositivo, uma vez constatada nos resultados da investigação a ausência de instrumentos de monitoramento para uma avaliação do Programa de Apoio à Permanência do Estudante, no qual foram elencadas sugestões de um instrumento de monitoramento que subsidiasse a avaliação desse Programa, por ser o de maior investimento financeiro e o primeiro em processo de implementação da política reformulada do IFPB. Dessa forma, o trabalho buscou a descoberta de aspectos analíticos importantes que pudessem sugerir um monitoramento e uma avaliação mais efetiva na perspectiva de aprimoramento da política reformulada.

Palavras chave: Avaliação. Política de Assistência Estudantil. Reformulação de Políticas.

ABSTRACT

The present study had the purpose of analyzing the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (PAE-IFPB), with the objective of evaluating the process of reformulation of this Policy and, based on the results, proposing an approach monitoring for a permanent evaluation of the Student Permanence Support Program (PAPE). Therefore, it was necessary to analyze the reformulation of the PAE between the years 2016 and 2018, identifying the existence or not of monitoring and evaluation instruments. This work was organized in seven chapters, initially presenting the trajectory of student assistance policies in Brazil from the perspective of Kowalski (2012), going through Student Assistance at Federal Universities, carrying out a discussion on the National Assistance Program Student (PNAES). For a better understanding of PAE - IFPB it was necessary to discuss the historical path of the IFPB, as well as the PAE implemented in the institution. To carry out a more consistent analysis of the Student Assistance Policy developed at the IFPB, considerations about public policies were considered in the conception of the authors Guedelho (2017), Rodrigues (2008) and Condé (2013). To this end, this work presented a more attentive analysis of the process and possible consequences of the reformulation of the PAE-IFPB, making a comparison between the old policy (resolution No. 40 of May 2011) and the reformulated PAE-IFPB (resolution No. 25 June 2018). The research was developed in an exploratory descriptive character with a qualitative approach, presenting the semi-structured interview conducted with the operating managers of the PAE-IFPB as a data collection instrument, which supported the content analysis based on Bardin (2011) and the elaboration of the SWOT matrix. where the weaknesses, strengths, threats and opportunities of the policy investigated can be explained. A propositional profile was also privileged, once the results of the investigation found the absence of monitoring instruments for an evaluation of the Student Permanence Support Program, in which suggestions for a monitoring instrument that supported the evaluation of this Program were listed, for example. be the one with the largest financial investment and the first in the process of implementing the reformulated IFPB policy. Thus, the work sought to discover important analytical aspects that could suggest a more effective monitoring and evaluation in the perspective of improving the reformulated policy.

Keywords: Evaluation. Student Assistance Policy. Reformulation Policy.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAEST - Coordenação de Apoio ao Estudante

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

DAE - Departamento de Assistência Estudantil

DAEST - Departamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

ETFPB - Escola Técnica Federal da Paraíba

FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis

IES- Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFSP- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

NACE- Núcleo de Arte, Cultura e Eventos

NEEP- Núcleo de Extensão e Educação Profissional

PAE - Política de Assistência Estudantil

PAETEI- Plano de Assistência ao Estudante Técnico Industrial

PAPE- Programa de Apoio a Permanência do Estudante

PEBE- Programa Especial de Bolsas de Estudo

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PBI- Produto Interno Bruto

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDE- Plano de Desenvolvimento Econômico

PNE- Plano Nacional de Educação

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRE – Pró-Reitoria de Ensino

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNED-CJ - Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Identificação dos sujeitos que serão entrevistados.....	18
Quadro 2 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil.....	24
Quadro 3 - Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil.....	27
Quadro 4- Composição dos programas da PAE-IFPB antes da reformulação.....	51
Quadro 5 - Composição dos programas da PAE-IFPB reformulada (resolução nº 25 de 2018-PAE/IFPB).....	54
Quadro 6 - Comparativo dos programas da PAE 2011 e da PAE 2018.....	54
Quadro 7- Matriz Swot da Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	73
Quadro 8 – Sugestões de Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante.....	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de distribuição local dos Campi IFPB.....	37
Figura 2 - Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.....	41
Figura 3 - Organograma do Ciclo de Políticas.....	47
Figura 4 - Sistema de implementação de Políticas de Assistência Estudantil.....	70
Figura 5 - Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recursos da Assistência Estudantil IFPB.....	61
Gráfico 2 – Total de benefícios dos programas de transferência de renda da Assistência Estudantil (auxílio alimentação, transporte e moradia) do IFPB.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	15
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL AVANÇOS E RECUOS	20
3.1 Breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil.....	20
3.2 Programa Nacional de Assistência Estudantil	25
4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	30
4.1. Trajetória histórica dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.....	30
4.2. A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	37
5. ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	43
5.1. Considerações acerca da avaliação de Políticas Públicas.....	43
5.2. Avaliações do processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba entre os anos de 2016 e 2018: o que dizem os documentos.....	48
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
6.1. Dimensão Estrutural (Política de Assistência Estudantil sobre múltiplos olhares dos gestores entrevistados).....	59
6.2. Dimensão de Continuidade e Descontinuidade da Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	64
6.3. Expectativas/Perspectivas para a Política de Assistência Estudantil Reformulada.....	68
6.4. Matriz Swot da Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	72
6.5. Proposta para o Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência Do Estudante.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	90

Apêndice A - Roteiro de entrevista - Gestores que participaram da implementação e reformulação da PAE-IFPB	91
Apêndice B - Registro das entrevistas.....	92
Apêndice C - Instrumento de Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante.....	116
ANEXOS.....	119
Anexo A – TCLE.....	120
Anexo B- Minuta do Regulamento do Programa de Apoio a Permanência do Estudante.....	122
Anexo C- Tabela de Pontuação do IVS.....	127

INTRODUÇÃO

O anseio pela investigação da temática surgiu da minha prática de trabalho como Assistente Social desde 2011 e como Coordenadora de Assuntos Estudantis em 2014, junto à Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). A qual se articulou com a necessidade de se realizar uma avaliação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB, do período de sua vigência entre 2011 a 2018, com o intuito de reformulá-la por meio das contribuições das equipes multiprofissionais que trabalham diretamente com essa política.

Com as políticas de expansão do acesso à Educação Superior, se demandou um maior investimento em políticas de permanência, e é nesse contexto que a Política de Assistência Estudantil foi criada para atender a esse público que na sua maioria se encontram em vulnerabilidade social.

Após seis anos da PAE, sentiu-se a necessidade de avaliar quais resultados essa política apresentou na contribuição ou não da permanência dos discentes no instituto.

Dessa forma, nossa reflexão como coordenação de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis do IFPB, caminha no sentido de buscar avaliar o processo de reformulação da referida política através da atuação dos gestores sistêmicos que contribuíram no processo de reformulação da PAE, para assim viabilizar minimamente não só o acesso do estudante, mas, também, a permanência e a conclusão dos cursos da Educação Superior na instituição, em uma perspectiva de formar cidadãos éticos e críticos comprometidos com a defesa de uma educação de qualidade.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos 2003 a 2010, as políticas de Educação Superior foram pautadas pelo debate da democratização do acesso. Nesse contexto, é promulgado em 2007 o plano de desenvolvimento da educação (PDE), que descreve os programas de acesso à Educação Superior como, também, os de permanência, entre os quais se destaca o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Deste modo, os profissionais de educação inseridos nesse cenário de ampliação das diversas formas de acesso nas Instituições de Ensino Superior (IES) foram desafiados a contribuir com o planejamento e operacionalização de políticas que possibilitassem maior acesso ao direito à educação enquanto um bem público para uma demanda que se apresentava excluída do sistema educacional, em especial a do nível superior.

O decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES, o qual surge como uma das necessidades da democratização da permanência e possibilidade de melhorar o

desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, uma melhor qualificação, além de uma preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem.

Foi nesse panorama, através da Resolução nº12, de 25 de fevereiro de 2011, que é aprovada *ad referendum* a Política de Assistência Estudantil do IFPB (PAE), convalidada pela Resolução nº 40, de 06 de maio de 2011. Vale ressaltar que, essa política é revisitada e reformulada entre 2016 e 2018, resultando em 2018, através da Resolução nº 25, de 21 de junho de 2018, a Política de Assistência Estudantil do IFPB reformulada, a qual está em processo de implementação em 2020 depois de finalizados os trabalhos da comissão de índice de vulnerabilidade social o qual definiu parâmetros para a elaboração de um novo edital de Assistência Estudantil e da elaboração da minuta de regulamento do programa de Apoio a Permanência do Estudante.

A PAE em consonância com o Estatuto e Regimento Geral do IFPB, se deu mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, norteada pelos compromissos da educação como um bem público, gratuito e de qualidade; e a assistência estudantil como direito social.

A atuação como profissional de Serviço Social na operacionalização da Política de Assistência Estudantil, nos levaram a enveredar pela presente proposta que é a de discorrer sobre a avaliação da PAE/IFPB no que tange às suas metas no processo de reformulação entre os anos de 2016 e 2018, e assim, propor inicialmente um instrumento de monitoramento e avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante (PAPE) da PAE Reformulada, entendendo que toda política pública necessita ser avaliada e reformulada para ser implementada de maneira cada vez mais eficiente.

No âmbito do IFPB, pudemos identificar através das demandas constantes por serviços de Assistência Estudantil, o crescimento do público oriundo de escolas públicas, baixa renda e autodeclarados negros, índios e pardos em todos os *Campi*, em virtude do processo de expansão com o avanço da oferta de cursos e da adesão às formas de ingresso unificada, instituídas pelo Governo Federal, o qual colocou o IFPB entre as instituições que assumiram o desafio de atender a um público desprovido historicamente do Sistema Educacional.

É com um desenho institucional permeado pela diversidade que novos desafios vão sendo postos cotidianamente, demandas institucionais cada vez mais complexas. Dessa forma, não cabe tão somente fazer com que o estudante adentre ao sistema de educação, mas, que ele tenha condições de permanecer e concluir seu curso com sucesso.

Assim, ganha destaque o fenômeno da expansão de cursos e unidades de ensino entre as várias questões vivenciadas no ambiente institucional, o que tem provocado uma preocupação com a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Esse contexto nos suscita inquietação frente à necessidade de compreender que a avaliação das políticas é fundamental nos processos de trabalho, seja para verificar se os recursos foram usados de maneira correta, tomar novas decisões com relação àquela política, ou verificar o impacto na vida de determinado público alvo.

Atualmente, o IFPB conta com equipes de multiprofissionais, nas quais estão também inseridas parte dos gestores, organizadas a partir do número de vinte e nove Assistentes Sociais, trinta e dois Pedagogos, dezesseis Psicólogos, quinze Educadores Físicos, sete Enfermeiros, cinco Odontólogos, três Nutricionistas, treze Médicos e dez Educadores Artísticos envolvidos com a PAE, e foram essas categorias juntamente com representações estudantis que contribuíram no processo de reformulação da política entre os anos de 2016 e 2018.

Destarte, diante dos desafios para o Ensino Superior, indagamos: Como se deu o processo de reformulação da PAE do IFPB e como foram tratadas as questões de monitoramento e avaliação? A partir desses questionamentos e considerando a relevância das revisitações das políticas públicas de educação, em especial a de Assistência Estudantil objeto da pesquisa, nos propomos a investigar os objetivos a seguir.

Objetivo Geral:

- Avaliar o processo de reformulação da política de Assistência Estudantil do IFPB.

Objetivos Específicos:

- Verificar se no processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB foi contemplado o monitoramento e avaliação na perspectiva dos atores envolvidos;
- Identificar nos documentos quais elementos tratam do monitoramento e Avaliação;
- Propor uma abordagem de monitoramento para uma avaliação permanente do Programa de Apoio a Permanência do Estudante da Política de Assistência Estudantil reformulada do IFPB.

Vale salientar que, o presente trabalho foi estruturado em sete capítulos, sendo o primeiro deles esta **Introdução** em que apresentamos as motivações, a problemática, questões norteadoras, a relevância da abordagem, os objetivos da pesquisa e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo designado de **Proposta Metodológica**, elencou como foi desenvolvida a pesquisa apresentando a tipologia de caráter exploratório descritivo, abordagem qualitativa, bem como as motivações da escolha dos sujeitos da pesquisa que foram entrevistados, a qual subsidiou a construção de propostas para a elaboração de um instrumento de monitoramento e avaliação inicialmente do Programa de Apoio a Permanência do Estudante da política reformulada.

O terceiro capítulo denominado de **A Política de Assistência Estudantil no Brasil Avanços e Recuos** procurou descrever de forma breve a trajetória histórica da Assistência Estudantil, tanto no contexto nacional quanto das instituições federais de ensino superior brasileira com ênfase no PNAES, que se tornou o marco histórico para a Assistência Estudantil, tendo em vista que regulamentou esta política no âmbito das Universidades Federais.

A seguir, no quarto capítulo, que intitulamos de **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**, consistiu em uma apresentação histórica sucinta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no qual se abordou a trajetória da Política de Assistência Estudantil no IFPB.

O quinto capítulo deste trabalho teve como objetivo analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB contemplando considerações acerca da avaliação de Políticas Públicas tendo como enfoque posteriormente a avaliação do processo de reformulação da PAE-IFPB entre os anos de 2016 e 2018 através de entrevistas com os atores gestores participantes da reformulação da política, procurando identificar os mecanismos de monitoramento e avaliação, bem como, propor ações que visem o desenvolvimento de mecanismos institucionalizados de avaliação permanente dessa política.

No sexto capítulo, apresentamos o resultado das análises dos dados obtidos nas entrevistas em *locus* realizada com os sujeitos selecionados, baseada na análise de conteúdo de Bardin (2011), e que contribuiu na identificação de forças e fraquezas; oportunidades e ameaças da PAE/IFPB, proporcionando-se a elucidação da matriz *Strengths, Weaknesses, opportunities, threats* (Swot) neste trabalho.

Possibilitou-se a partir dos resultados obtidos, a proposição de um instrumento de monitoramento do Programa de Apoio e Permanência do Estudante, considerado o de maior investimento financeiro da PAE e o programa pioneiro na implementação, onde foi elencada

sugestão de indicadores de acompanhamento que poderá servir de base para os demais programas da PAE/IFPB que sejam institucionalizados baseados na relevância da avaliação e monitoramento.

Nas considerações finais, sétimo capítulo deste escopo dissertativo, foram elucidadas as inferências da autora em relação ao resultado da pesquisa, onde se verificou pontos fortes e fracos da Política ora investigada, no que diz respeito, principalmente, ao monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil reformulada do IFPB, assim como foi descrito um breve percurso do caminho teórico trilhado para subsidiar a pesquisa. E por fim, foram apresentados elementos que contribuíram para a elaboração de um instrumento de monitoramento e avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante, considerado inédito e de grande relevância para o IFPB, já que a partir de sua implementação a instituição terá subsídios importantes para aumentar o repasse de recursos e realizar o planejamento de futuras ações não previstas no momento da formulação do programa.

2. METODOLOGIA

Em relação à tipologia da Pesquisa, esta foi desenvolvida em caráter exploratório descritivo uma vez que, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

A abordagem adotada foi do tipo qualitativo, por trabalhar com universo de significados, possibilitando a apreensão das contradições presentes para compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível da realidade que não pode ser mensurado ou contabilizado, atuando nas características subjetivas, com base nos motivos, significados, aspirações, crenças, valores, atitudes e outras características próprias do homem e de suas relações.

Nesse sentido, a Pesquisa caminhou na direção de investigar o que a literatura disponibiliza sobre avaliação de políticas públicas, para subsidiar na análise da política de Assistência Estudantil do IFPB, e a partir de então se propôs um instrumento de monitoramento e avaliação do PAPE.

O pesquisador, Segundo Gomide (2013, p. 07), deve ir além, entendendo que, as primeiras impressões destes fatos devem ser superadas pela atividade de desvelamento do real, ascendendo às leis fundamentais que estruturam o fato pesquisado e movendo-se do plano abstrato para o plano concreto. Assim, ao final do processo de investigação, o resultado não será mais as representações iniciais do dado empírico, mas o fato social em si concretamente pensado. “Esta apropriação teórica não tem como se dar sem a mediação do conhecimento da realidade histórica até mesmo porque a apreensão do caráter histórico do fenômeno traz consigo toda relatividade, parcialidade e provisoriedade do conhecimento histórico-social” (FRIGOTTO, 1991).

Vale ressaltar que, a revisitação da PAE-IFPB para sua reformulação e, também, a necessidade de acompanhá-la e avaliá-la permanentemente, nos inquietou a realizar uma abordagem que, segundo Gomide (2013, p. 08), seja parte do movimento, da mudança, que se exige uma constante revisitação e reconstrução da teoria, justamente porque este enfoque parte da historicidade do fenômeno, e por se tratar de conhecimento histórico, é parcial, provisório e relativo, necessitando ser revisitado e reconstruído constantemente.

Para tanto, esse trabalho apresentou uma proposta de pesquisa que não se limita a uma avaliação de políticas públicas de forma isolada, que se limite a sua continuidade ou

extinção, mas que aponte as contradições, movimentos, limites e possibilidades para alcance dos objetivos propostos.

Sobre a arquitetura desse estudo, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseadas em teses, dissertações, artigos publicados sobre a avaliação de políticas públicas, a evolução histórica da Assistência Estudantil no Brasil, com o intuito de entender o contexto político, econômico e social que influenciaram na necessidade da criação do PNAES e consequentemente da PAE/IFPB.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental para direcionar o nosso olhar com vistas ao alcance dos objetivos propostos, visto que se esteve em permanente interlocução com os instrumentos legais, como: o Decreto nº 7.234 de 2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, Resolução de número 40 de 2011 que aprova a Política de Assistência Estudantil do IFPB, Editais do processo seletivo da Assistência estudantil do IFPB, Atas de reuniões da reformulação da PAE entre 2016 e 2018, Resolução de nº 25 de 2018 que aprova a Política de Assistência Estudantil reformulada, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de gestão e atas de reuniões que versam sobre a PAE no qual se permitiu fazer um quadro comparativo das ações da assistência estudantil a partir da criação da Pró-reitora de Assuntos Estudantis, bem como, dados disponíveis no sistema unificado de administração pública (SUAP).

Vale ressaltar que, “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174).

É importante salientar que, as fontes documentais, segundo Gil (2008, p. 147), são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para a otimização de tempo e base para as outras fases da pesquisa, já que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno.

Para tanto, os Registros institucionais escritos, de acordo com Gil (2008, p. 154), são de extrema importância na investigação de trabalhos que envolvam as instituições. Dentre esses dados estão: projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios etc. Também podem ser úteis dados obtidos em arquivos de instituições não governamentais, como: atas de

sindicatos, relatórios de associações comerciais e industriais, deliberações de igrejas, discursos proferidos em convenções partidárias etc.

No que se refere ao procedimento metodológico para a coleta de dados qualitativos, tratará de um Estudo de caso da reformulação da PAE/IFPB que, segundo Gil (2008, p. 18), parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades. E, de acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

A análise da reformulação da PAE/IFPB teve como recorte temporal o período de reformulação entre os anos de 2016 e 2018, por meio das pesquisas documentais registradas através das atas de reuniões realizadas com a equipe multiprofissional que operacionaliza a PAE.

A Pesquisa de campo foi realizada na Pró-reitoria de Ensino (PRE) e na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). O estudo apresentou como sujeitos da investigação quatro gestores que operacionalizaram a Política de Assistência Estudantil entre os anos de 2016 e 2018.

Assim, com a intenção de obter informações relevantes sobre a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, foram entrevistados quatro indivíduos que possuíam relação com a elaboração e reformulação dessa política. Para tanto, os sujeitos da pesquisa foram selecionados através de uma amostra por conveniência que contemplou a função ocupada na época, bem como, da contribuição efetiva de um dos sujeitos (não ocupante de função na época) que dentro da percepção subjetiva da pesquisadora, a qual participou de todo processo de reformulação, considerou importante entrevistá-lo em virtude do trabalho realizado no processo de reformulação da Política entre os anos de 2016 e 2018. Observando-se que o objeto da pesquisa é a Política de Assistência Estudantil do IFPB e que a finalidade é avaliar a reformulação da PAE, verificando existência de ações de monitoramento e avaliação da política pelos atores que a operacionalizam, e assim propor uma abordagem de avaliação permanente, a escolha dos entrevistados foi baseada em quais sujeitos poderiam ser fonte de informação sobre o assunto.

Com o intuito de facilitar a apresentação dos atores que foram entrevistados, foi elaborado um quadro que destaca o motivo da escolha de cada entrevistado.

Quadro 1- Identificação dos sujeitos que serão entrevistados

SUJEITOS DA PESQUISA		MOTIVO DA ESCOLHA
S1	Pró-reitor de Assuntos Estudantis	Gestor da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis entre os anos 2016 e 2018
S2	Diretor de planejamento e gestão das políticas estudantis	Gestor da diretoria de planejamento e gestão das políticas estudantis entre os anos 2016 e 2018
S3	Servidora lotada no Campus Monteiro e em 2019 Coordenadora de Assistência Estudantil da PRAE	Assistente social que contribui de forma efetiva no processo de reformulação da PAE entre 2016 e 2018
S4	Diretora de articulação pedagógica da Pró-reitoria de Ensino	Pedagoga diretora de articulação pedagógica da Pró-reitoria de Ensino entre 2016 e 2018

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para tratamento dos dados coletados na entrevista, se recorreu à técnica de análise de conteúdo dos dados qualitativos, com intuito de apreender e estabelecer os nexos entre o que teoricamente foi formulado sobre o objeto e as informações explicitadas pelos sujeitos da pesquisa, pois é a partir da análise dos dados que é possível compreender os dados coletados e responder aos pressupostos da pesquisa. E para tanto, foi delimitado dentro da análise de conteúdo três categorias, sendo elas: 1) a dimensão estrutural da Política de Assistência Estudantil do IFPB; 2) a dimensão da relação continuidade e descontinuidade da PAE; e 3) a perspectiva/expectativa de futuro da Política reformulada.

Considerou-se importante, também, a partir dos resultados das entrevistas, construir uma matriz SWOT como forma de contribuir na elaboração de estratégias que fortaleçam a efetivação da Política de Assistência Estudantil na Instituição como um todo. Segundo Cavalcante e Guerra (2019, p. 130), a análise SWOT é uma ferramenta de gestão muito importante, pois permite promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, assim como, possíveis linhas de ações. A análise SWOT possibilita fazer um diagnóstico do ambiente, detectando os pontos fracos e fortes, oportunidades e ameaças, para que seja definido o cenário em que a instituição está inserida.

Foi utilizada a Análise de Conteúdo para o tratamento das informações obtidas por meio dos documentos e entrevistas. Segundo Bardin (2011, p. 44), a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Além

disso, é possível, segundo a autora, por meio desse método, analisar mensagens obscuras que, a partir de uma observação cuidadosa e com uma interpretação carismática, podem gerar informações preciosas. Assim, é possível observar duas características marcantes na análise de conteúdo: a rigorosidade e a necessidade de ir além das aparências.

Para a pesquisa de campo, se propôs a realização de entrevistas que abordassem questões que contemplaram o PNAES, a implementação e reformulação da PAE/IFPB e mecanismos de monitoramento e avaliação da PAE/IFPB. Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista conforme pode ser observado no Apêndice A desse trabalho.

A pesquisa foi de natureza aplicada, tendo em vista que se procurou analisar as dificuldades de acompanhamento da Política de Assistência Estudantil por ausência de instrumentos de monitoramento e avaliação institucionalizados. Sugeriu-se no final do trabalho um instrumento de monitoramento e avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante (considerado o de maior investimento na política reformulada) que auxilie na qualidade dos serviços de assistência estudantil prestados à comunidade discente.

3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL AVANÇOS E RECUOS

3.1. Sobre o surgimento da Assistência Estudantil no Brasil

A primeira fase da Assistência Estudantil no Brasil, segundo Kowalski (2012 p. 85), conjuga um período em que o acesso à Educação Superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país, entre pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior, por isso, não raro, encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como, também, dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil. Entretanto, bem antes disso já se somam como herança, os aspectos de uma formação econômica, social e cultural herdada da “colonização portuguesa, da sociedade senhorial e escravista e da oligarquia da I República, níveis ínfimos de aspiração educacional, a democracia do ensino e a concepção de que o ensino superior constitui um privilégio das elites das classes possuidoras” (FERNANDES, 1979, p. 72).

Nos anos de 1930 quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, um dos fatores de maior relevância para a reorganização da sociedade brasileira passou a ser a valorização das questões relacionadas à educação. Para tanto, se entendia que a reforma da educação e do ensino era uma das medidas emergenciais a ser tomada. Em 1931, se buscou a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Cabe destacar que, nessa época ocorreu a primeira manifestação de reformar o ensino superior e, conseqüentemente, a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino.

Segundo Kowalski (2012, p. 87), foi por meio do Decreto nº 19.850 de 1931 que ocorre a criação do Conselho Nacional de Educação e o privilégio do sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas. Nesse momento se começou a vislumbrar a regulamentação da assistência estudantil nas universidades. Dentre alguns benefícios que se previa, destaca-se a concessão de bolsas para determinados alunos, todavia, era necessário haver o entendimento entre professores e estudantes dos conselhos universitários de que o beneficiado atendesse aos requisitos de modo a cumprir os critérios de justiça e oportunidade. Esses critérios eram embasados nos méritos de cada um sendo que, no caso de pobreza, era preciso comprovar sua situação através da “declaração de pobreza” fornecida por algum instituto assistencial, bem como era observado se o comportamento do sujeito condizia com a pobreza que declarava. Caso ela fosse confirmada, ele se tornava merecedor da bolsa.

A década de 1940, também foi importante para a assistência estudantil no Brasil, pois passou a ser garantida na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. A Constituição Federal de 1946, no Capítulo II – “Da Educação e da Cultura” no artigo 172, ressalta essa regulamentação da assistência estudantil, ao afirmar que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”.

Durante o período correspondente à ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a reforma universitária e os direitos para os estudantes. Foi promulgada a LDB em 1961, que colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes.

Na década de 1970, a crise do capitalismo incide no ensino superior, sendo que, quem tinha acesso à educação, nesse período histórico, eram as camadas sociais mais bem remuneradas, que, por conseguinte se tornaram muito onerosas para o Estado. Também, neste período, foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que estava vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico odontológico. Entretanto, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1997), o DAE foi extinto nos governos subsequentes.

No período de democratização no Brasil, a política de educação também entra em outro momento histórico, para entender os fatores utilizados para elencar essa fase. Vale mencionar que, mesmo com a democracia em vigência no país, o povo trazia as consequências dos longos e nebulosos anos de ditadura. Os problemas sociais tais como o desemprego, as deficiências nos serviços de saúde, as desigualdades na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência persistiam. Esses movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política, que por sua vez, culminam na criação de novas políticas públicas.

Os problemas decorrentes do acesso e permanência na Educação Superior ganham espaço para serem discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário-Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Esses espaços de discussões criaram condição para ser instituído em 1987, o FONAPRACE, que congregava Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, os quais buscavam encontrar mecanismos adequados para viabilizar a permanência do aluno nessas instituições.

Com o objetivo de buscar a redemocratização do Ensino Superior, os representantes do FONAPRACE defendiam a ideia de incorporar estudantes de baixa renda em suas instituições. Portanto, não bastava garantir só o acesso, mas, também, era necessário fomentar condições concretas para permanência desses alunos nas universidades.

Essas discussões, de acordo com Kowalski (2012, p. 94), ganharam eco com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade era, além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, também, contemplavam o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Embora esse documento não abordasse especificamente a Educação Superior, é a partir dele que se começa a aprofundar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades.

A década de 1990, especificamente, se caracteriza por uma maior atenção do governo em relação ao favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao ensino superior, e é neste movimento que a política de assistência estudantil também entra numa fase mais madura em relação aos direitos dos estudantes, os quais perpassam pelo acesso aos programas de apoio estudantil, no sentido de dar possibilidades para que esse segmento possa permanecer no espaço universitário e concluir seus cursos. Todavia, esse processo se constituiu entre disputas de interesses e percalços políticos, em que as discussões sobre a PAE aconteciam de forma fragmentada e restrita a algumas IFES, que na maioria das vezes, era impulsionada pelos movimentos estudantis. Também, neste período de 1990, foi registrada certa limitação de recursos, numa perspectiva nacional, para o financiamento da assistência estudantil.

No aspecto da Educação Superior, o Plano Nacional de Educação (PNE) reafirma as ações de diversificação das IES e as fontes de financiamento e gestão. Da mesma forma, seguem as ações relacionadas à assistência estudantil: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, PNE, 2001).

Vale salientar que, essas ações corroboraram para que a assistência estudantil entrasse na agenda pública e fosse se constituindo como uma política pública de direito, sendo que, passou a ganhar maior notoriedade numa perspectiva de política governamental, apenas a partir dos anos de 2000. Nas ações promovidas pelos governos havia um esforço em inserir e

manter um número cada vez mais expressivo de alunos na Educação Superior, não sendo relevante a existência de programas em âmbito nacional promovido por instituições e associações do setor privado de ensino superior.

A partir de 2007, através da aprovação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril desse mesmo ano, se instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que preconiza a criação de condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior. Como diretrizes, destaca no artigo II - item dois, a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

Vale lembrar que, neste mesmo ano, foi aprovado o PNAES instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC. Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e, também, como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita.

A partir de 2008, de acordo com Kowalski (2012, p. 98), é que o poder público atendendo a antigas reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, passou a destinar recursos para Assistência Estudantil por meio do PNAES, sendo que em 19 de julho de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou o Programa em Decreto Lei nº 7.234. Portanto, esse documento representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito.

Desta forma, o PNAES, de acordo com o Decreto nº 7.234 de 2010, se destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial nas IFES, e um dos objetivos é dar subsídios de permanência e conclusão com êxito aos segmentos populacionais desprovidos da estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais oriundas do Estado, do mercado e da própria sociedade.

Para melhor compreensão do processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil, consideramos relevante a elucidação dos principais acontecimentos, conforme explicitado no quadro abaixo.

Quadro 2- Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1928: Promoção, pelo presidente Washington Luiz, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris. • 1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU. • 1931: Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931. • 1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica • 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). • 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. • 1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes. • 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.
<p>SEGUNDA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. • 1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). • 1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. • 1996: Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE. • 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. • 1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas. • 2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES. • 2004: Criação do Prouni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.
<p>TERCEIRA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. • 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES. • 2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7.416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. • 2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Elaborado por Kowalski (2012).

Diante do exposto, foi possível observar na história da Assistência Estudantil, no Brasil, que a criação do PNAES foi um marco para as Universidades e Institutos Federais. E para maior compreensão desse importante Programa, entendemos que se faz necessário aprofundá-lo no tópico a seguir.

3.2. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

No tocante à trajetória, segundo Coelho (2012, p. 81), o reconhecimento da Assistência Estudantil para a Educação Superior no Brasil é muito recente. Data, especialmente, da regulamentação do PNAES, no entendimento de que, este garante a oferta de serviços aos estudantes visando sua permanência no ensino superior, pois a assistência estudantil no ensino superior não constituía área estratégica da ação governamental. É importante frisar que, tal conquista é resultado de um processo histórico, que abarcou o surgimento da demanda estudantil ao longo da expansão do ensino superior com ampliação do acesso às camadas populares, além do papel do FONAPRACE. Diante desse contexto, Guedelho (2007, p. 54) afirma que a Assistência Estudantil,

Consiste em uma herança da universidade medieval, relativa à conservação de práticas de auxílio mútuo entre membros de uma corporação. Preservada ao longo dos tempos, ganha, no contexto sócio-histórico contemporâneo, um novo sentido e um papel na esfera da compensação das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes que têm acesso ao seletivo sistema de ensino superior brasileiro. Representa, não mais uma espécie de proteção entre pares, mas uma necessidade daqueles que, a despeito de todas as probabilidades estatísticas, conseguem ultrapassar a barreira de acesso ao ensino superior público.

Nesse sentido, é pertinente salientar que, é criado em 1987 o FONAPRACE, órgão consultivo da ANDIFES, enquanto instância que busca estabelecer políticas voltadas para a situação do estudante das Universidades Brasileiras. Esta instância assessora da ANDIFES e o Movimento Estudantil liderado pela União Nacional do Estudante (UNE) retomam em contextos específicos o debate em torno da consolidação de uma Política de Assistência Estudantil Brasileira.

É inaugurado através da Constituição de 1988 o princípio garantidor da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, tendo a Educação Nacional a finalidade de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Mesmo com o cenário de turbulências do ponto de vista econômico e social, os movimentos reivindicatórios de direitos estavam presentes. Observam-se avanços nessa arena

na adoção pelo PNE de 2001 (Lei nº 10.172/2001), na meta de estimular as instituições de ensino superior para a adoção de programas de assistência estudantil e apoiar estudantes carentes que demonstrassem bom desempenho acadêmico, no intuito de redução das desigualdades sociais com vistas ao acesso, permanência e sucesso acadêmico.

Os desafios postos no período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) na área educacional, tiveram impactos iniciados nas décadas que o antecederam. Desafios estes pautados em compromissos com organismos internacionais. Nesse contexto, com a sua posse no governo brasileiro, ocorrem expectativas pela população com o novo governo para a condução da área numa perspectiva diferente da enfocada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo iniciado em 2003 difere dos mecanismos desenvolvidos anteriormente, trazendo à tona a compreensão do processo de democratização do ensino superior, abrangendo a dimensão da inclusão de pessoas historicamente excluídas dos processos de educação formal, ampliando o acesso e estabelecendo mecanismos para a permanência e conclusão dos processos formativos. É válido destacar que políticas estruturantes foram desenvolvidas no período citado, a saber: a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Paralelo a esse movimento, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o crescimento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), também vale destacar a criação dos Institutos Federais de Educação, e o PNAES. No rol das ações aqui citadas, é importante discutir o Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Decreto de nº 7.234/2010, o qual é também de interesse neste estudo.

O PNAES, portanto, é instituído como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007). No Plano Nacional de Assistência Estudantil, primeira regulamentação do PNAES por Portaria Normativa de número 39 do MEC, foram traçadas as principais diretrizes para o programa e a definição das áreas estratégicas, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 3 – Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	-Bolsas -Estágios remunerados -Ensino de Línguas -Inclusão digital -Fomento à participação político-acadêmica -Acompanhamento psicopedagógico	-Assuntos Educacionais -Ensino -Pesquisa -Extensão
Desempenho Acadêmico	-Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais -Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	-Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos e entidades de fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte		-Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos federais e entidades da sociedade civil

Fonte: ANDIFES (2008, p. 16).

Aos estudantes são desenvolvidas ações, que, tendo sido identificadas as situações que mais impactam na permanência deles através das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, que foram consideradas na Portaria Normativa já citada como sendo as contidas no parágrafo único do art.2º: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura VII – esporte VIII – creche; e IX – apoio pedagógico. (PNAES, 2007).

Verifica-se a partir das ações a serem desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que as ações previstas pelo PNAES vêm contribuir de maneira direta em vários eixos que vão desde a assistência direta nas situações básicas da existência até a atenção à saúde, perpassando por aspectos que oportunizam a qualidade de vida e autonomia, como a inclusão digital, a cultura e os esportes, enquanto espaços de sociabilidade entre os jovens.

Essa portaria teve seu documento regulamentador através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Esse instrumento jurídico possibilita “mais força e permite maior estabilidade ao programa” (IMPERATORI, 2017, p. 296), pois consolida as ações de Assistência Estudantil, tornando-a instrumento cuja finalidade é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Para cumprimento dessa finalidade, o PNAES, em seu art. 2º traz como objetivos: I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Esses objetivos demandam às instituições o desenvolvimento das ações previstas de modo a identificar as demandas de seu público-alvo, tendo em vista a mudança de perfil dos estudantes da Educação Superior das últimas décadas. O decreto avança, também, na atenção aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, tidos como incapazes de serem incluídos no processo formativo, vindo ao centro do debate das ações a serem desenvolvidas enquanto estratégias que gerem acesso, participação e aprendizagem de um público mais específico.

É importante ressaltar que, o público atendido pelo PNAES deverá ser os discentes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio nacional (Brasil, Decreto nº 7.234/2010). Além destes critérios, as IFES podem fixar outros requisitos através de regulamentação própria a serem formulada no âmbito de cada instituição.

No tocante à relevância da criação do PNAES e outras importantes políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, sem pretensão de esgotar plenamente a temática tratada, consideramos pertinente à visão de alguns autores, como Ristoff (2016, p. 60), o qual constata que,

O processo de expansão e de democratização de acesso à educação superior, combinado à possibilidade de mobilidade de estudantes pobres, em especial graças ao Sisu, nos coloca diante de um novo e importante desafio: melhorar as condições de permanência dos estudantes. Neste sentido, cabe lembrar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem se tornado um dos principais instrumentos garantidores desta permanência nas instituições federais. O seu crescimento em oito anos foi de menos de 100 milhões em 2008 para mais de 1 bilhão de 2016. A este programa de assistência estudantil se somam outros, entre eles o de Bolsa Permanência para estudantes de universidades federais e estudantes extremamente carentes do PROUNI, e de um grande número de outros tipos de bolsas acadêmicas – e.g., Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Bolsas do Programa de Educação Tutorial (PET) etc. – de mérito estudantil, que também beneficiam estudantes carentes.

A importância da criação do PNAES para Vasconcelos (2010, p. 608) representa,

Um marco histórico e de importância fundamental para a questão da Assistência Estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e

discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidade aos estudantes do ensino superior público.

Um elemento que merece considerações é a ampliação trazida pela legislação ao incluir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia entre as instituições que serão executoras do PNAES, conforme nos informa o Art. 4º: As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 01).

Como podemos perceber, aos Institutos Federais é dada a condição de executor das ações de Assistência Estudantil, tendo observado que, este modelo de Instituição compreende desde o atendimento a estudantes em Ensino Médio e Tecnológico, Ensino Superior e Pós-Graduação. No próximo capítulo, será abordada a política de Assistência Estudantil no IFPB, com destaque para o processo de desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil em sua trajetória histórica.

4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

4.1. Trajetória histórica dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia

De acordo com o que está posto no Plano de desenvolvimento institucional do IFPB (PDI, 2015-2019), A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está associada à formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano. A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa. Nesse sentido, não há dúvida de que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices se associavam a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social.

No que pesem o enfoque e os limites impostos diante da hegemonia dos aspectos econômicos, a educação profissional e tecnológica, por meio dessas escolas, desempenha papel relevante no enfrentamento dos desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país. Assim, o surgimento das escolas federais de Educação Profissional ocorre em um contexto ainda sob o domínio do capital agrário-exportador, porém, em um tempo venturoso para industrialização. É no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. É assim plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal. A existência das escolas públicas profissionalizantes vai, de forma explícita, ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento.

Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no Estado capitalista moderno no que concerne à sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção dos excluídos dos processos de produção sob o controle social.

A partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Desse ano em diante, de acordo com o PDI/IFPB (2015, p. 19), se inicia formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura de ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação direito até então não reconhecido.

Os anos de 1956 a 1961 imprimem a marca do aprofundamento da relação entre Estado e Economia. Nesse período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da indústria nacional e há investimentos nas áreas de infraestrutura, especialmente na de produção de energia e na de transporte. Na educação, os investimentos priorizam a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

No ano de 1959 se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a serem denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensifica, gradativamente, a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo.

Em 1971, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), que traz entre as suas prioridades a manutenção do alto nível do Produto Interno Bruto (PIB), o combate à inflação, o equilíbrio da balança comercial e uma melhor distribuição de renda. O I PNDE contém programas específicos, dentre eles, podemos citar a implantação de corredores de transportes, o Programa Petroquímico e o Programa de Comunicações, propiciando a implantação de cursos técnicos em áreas afins. Apesar da elevação dos preços internacionais do petróleo e da recessão econômica mundial nos anos 70, o Brasil faz opção pela aceleração do crescimento econômico, fundamentada no II PNDE, elaborado para o período de 1975-1979. Esse período é inegavelmente marcado por profundas mudanças na política de Educação Profissional.

Em 1971 a LDB torna, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três escolas técnicas federais (do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa mudança

confere àquelas instituições a atribuição de atuar em nível mais elevado da formação, exigência já presente em função do padrão de produção. A essas instituições cabe formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Os anos de 1980 se caracterizam por uma nova configuração da economia mundial, reconhecida como globalização – processo que vem acoplado à intensificação da aplicação das telecomunicações, da microeletrônica e da informática. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção. A linha de montagem, com a robotização e a automação, cede lugar à produção integrada. Há mudanças, também, nos processos produtivos no que se refere aos métodos de gestão e de manutenção. Nas relações comerciais, há abertura e desregulamentação dos mercados de praticamente todo o mundo atingido por esse fenômeno.

No Brasil, os anos 80 e início dos anos 90 são, igualmente, marcados pela disparada inflacionária, retração do crescimento e grande descontrole da economia, cenário que vem contrariar as expectativas que se projetaram quando da divulgação da meta “formação de técnicos em grande escala”. A promulgação da Lei nº 7.044/82, que alterou dispositivos da Lei nº 5.692/82 referentes à obrigatoriedade da profissionalização, refletiu, de certa maneira, esse quadro de retração. As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais e as medidas intervencionistas estatais se direcionam quase que exclusivamente para o controle da inflação. Na tentativa de atender às demandas dos vários setores do mercado, as instituições de Educação Profissional buscam diversificar cursos e programas, qualificando profissionais e realizando pesquisas, e cobrir todo o território nacional.

Na segunda metade da década de 1990, o movimento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica também sinaliza mudanças. Esse processo se desencadeia, a princípio, em algumas instituições. Seu objetivo é promover uma reforma curricular que não se limite à elaboração de novos currículos técnicos, mas que construa uma nova pedagogia institucional, de modo a alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário, com destaque para aquele que demarca as demandas sociais locais e regionais. As instituições federais de formação profissional e tecnológica revelam um movimento até então inédito: incluir em seus debates as necessidades e aspirações do território em que estão inseridas e o delineamento de princípios que possam nortear iniciativas comuns, potencializando o surgimento de uma rede, qual seja, a rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 1994, a Lei Federal nº 8.984 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), e abre caminho para que as escolas agrotécnicas federais sejam integradas a esse processo.

A implantação de novos CEFET só ocorre efetivamente a partir de 1999. Em 1996, a nova LDB, Lei nº 9.394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208 de 1997 regulamenta os artigos dessa Lei que tratam especificamente da Educação Profissional. A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de Educação Profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.

Em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, são retomados. Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro à época assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

No ano de 2003, novas medidas para a Educação Profissional e Tecnológica são editadas pelo Governo Federal. Há a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/2004, que elimina as amarras estabelecidas pelo decreto anterior que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta de cursos técnicos. Em 2004, a Rede Federal de Educação Tecnológica (que engloba Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e escolas técnicas vinculadas às universidades federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da Educação Profissional e Tecnológica.

Por sua vez, as Escolas Agrotécnicas Federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação. Em 2003, essas instituições federais situadas por todo o território nacional, historicamente voltada para a Educação Profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, se defrontam com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social como fio condutor de suas ações.

A dimensão ideológica desse governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica e da própria Educação Profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até

então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco, a partir de agora, se desloca para a qualidade social.

O Governo Federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições federais de ensino técnico e tecnológico e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva de inversão da lógica até então presente. Essas instituições passariam a se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, que, por sua vez, se preocupa com a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Ela assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto de sociedade que corrobore uma inclusão social emancipatória. É evidente a atuação do Governo Federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da Educação Profissional e Tecnológica, em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de Educação Profissional e Tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, tem como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, promovendo uma articulação entre seus cursos e as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. A sanção da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitou a presença dos institutos *multicampi* em todos os entes federados, viabilizando a proliferação regional e a interiorização sem elevação significativa dos custos administrativos. Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

A expansão dos institutos federais busca atender a três dimensões: 1) a dimensão social, ao abranger municípios populosos com baixa receita per capita; 2) a dimensão geográfica, interiorizando a oferta pública de educação profissional e ensino superior; e 3) a dimensão de desenvolvimento, ao identificar e estimular arranjos produtivos locais. Assim, os institutos federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com mais de cem anos de existência foi implantado. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal da Paraíba, no início de sua história, se assemelhava a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma escola de aprendizes artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.

Ao final da década de 1960, ocorreu a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba e no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UNED-CJ). Transformada em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional (NEEP), que funciona na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (NACE), localizado no antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices ambos no mesmo município.

Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba, começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira, todos os níveis de educação, desde a Educação Básica, Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado e pós-médio à Educação Superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando, também, as atividades de pesquisa e extensão. A partir desse

período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química.

Esse processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos cursos de bacharelado nas áreas de Administração e em Engenharia Elétrica e com a realização de cursos de Pós-graduação em parceria com faculdades e universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos para atender às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e das normas delas decorrentes.

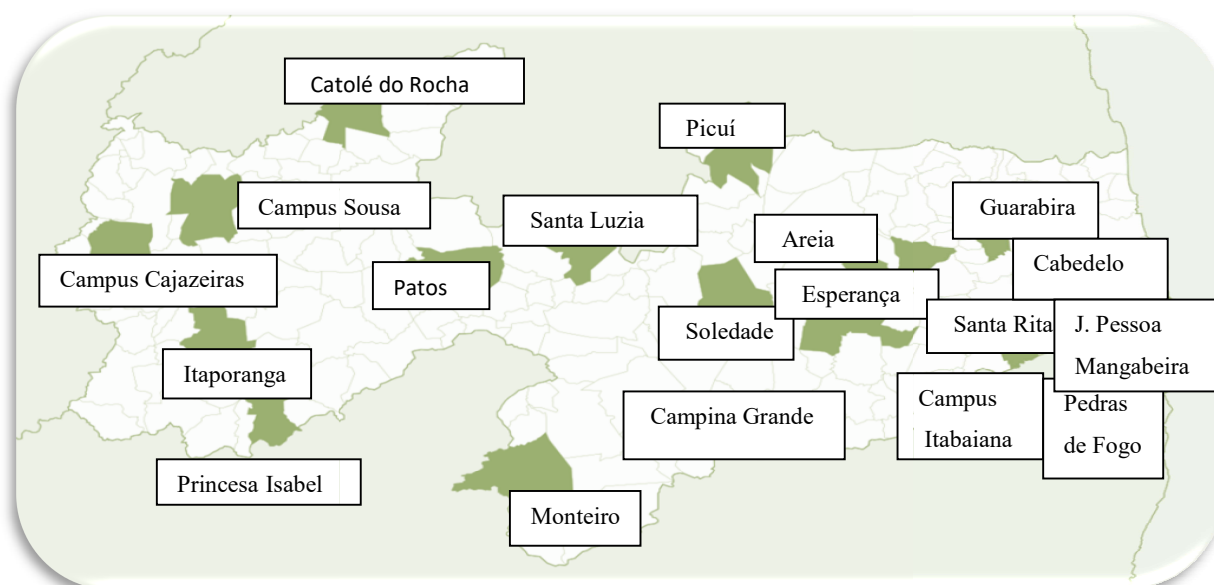
Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu em 2007, à implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UNED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo. Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em Educação Profissional, na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve, também, um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados, além disso, cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e competência técnica no exercício da profissão.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto implantou mais cinco Campus no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regionais, como Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel, que somados aos Campi já existentes de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa (Escola agrotécnica, que foi incorporada ao antigo CEFET no processo de criação do Instituto), tornaram o IFPB uma instituição com Nove Campi e a Reitoria. Com o Plano de Expansão da Educação Profissional - Fase III, do Governo Federal, que foi até o final de 2014, o Instituto implantou um Campus na cidade de Guarabira, o Campus Avançado Cabedelo Centro e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade.

É importante ressaltar que, de acordo com a Portaria do Ministério da Educação nº 378 de 09 de maio de 2016, as unidades em funcionamento com denominação de Campus atualmente, são: Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança,

Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita, Sousa, Campus Avançado Cabedelo Centro, Campus Avançado João Pessoa Mangabeira e Campus Avançado Soledade, Campus Avançado de Areia, Centro de Referência de Santa Luzia e Campus Avançado de Pedras de Fogo. Estes funcionam com cursos nas modalidades EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada. Segue o mapa da Localização dos Campi.

Figura 1 – Mapa de Distribuição local dos Campi IFPB



Fonte: IFPB, PDI (2014-2019, p. 32) com adaptações da autora.

Vale ressaltar que, essas novas unidades têm levado educação em todos os níveis de acordo com as especificidades locais oportunizando o desenvolvimento econômico e social e melhorando a qualidade de vida nestas regiões.

4.2. A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A história do Instituto Federal de Educação da Paraíba se confunde com as práticas da assistência estudantil no Brasil, visto que a Educação Profissional desde sua fundação se configurou numa perspectiva de trabalho e renda para as camadas mais empobrecidas da população. Em um contexto de grande crise econômica, no começo do século XX, os estudantes desta época demandavam por uma assistência voltada para as necessidades mais

básicas como alimentação, vestuário, transporte, cuidados com a saúde, materiais escolares e orientação familiar.

Quanto à assistência estudantil nos marcos da Educação Profissional, Almeida (2017, p. 53) relata que,

[...] os registros sinalizam por ações pontuais desde sua fundação por meio do Decreto nº 7.556, de 23 de setembro de 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Na Paraíba, a então denominada Escola de Aprendizes Artífices ofertava cursos de serralharia, marcenaria, tipografia, alfaiataria, sapataria e encadernação, e era concebida como estratégia de reordenamento social dos desvalidos da sorte e/ou desajustados sociais, principalmente, em decorrência do êxodo rural que levou famílias a buscarem nas cidades melhores condições de vida, objetivando qualificar jovens das camadas mais pobres da população para o setor produtivo.

De acordo com registro de Ferreira (2002, p. 48), “A clientela da Escola era composta basicamente por ‘meninos desvalidos’ na faixa etária de 12 a 16 anos que faziam o curso em regime de semi-internato”.

No ano de 1967 foi implantado o Plano de Assistência ao Estudante Técnico Industrial (PAETEI), um programa do Ministério da Educação e Cultura, destinado a prestar auxílios aos alunos carentes e, nesse contexto, se verifica a inserção do Profissional de Serviço Social na então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), através da abertura de estágio em 1969, contratando com duas Assistentes Sociais, uma para atuar na caixa escolar e outra no gabinete médico odontológico.

Na década de 1970, durante o regime militar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB foi reformulada e instituída pela lei nº 5.692/71, que referenda as medidas assistenciais com a concessão de Bolsas de Estudo, através do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), que durante muitos anos viabilizou a permanência na escola de muitos educandos. Os programas de bolsas de estudo e depois o Programa de Bolsa de Trabalho praticamente resumem as atividades da assistência estudantil na ETFPB durante as décadas de 1970 e 1980.

Na Escola Técnica Federal da Paraíba, segundo esclarecimento de Rocha (2009, p. 36),

Os programas de assistência desenvolvidos até finais dos anos 90 e ainda no início da década seguinte constituíam-se de bolsa de trabalho, monitoria, empréstimo de material didático, refeitório estudantil, passes escolares, representante de turma, programa de assistência social (doação de óculos, medicamentos, entre outros) e assistência médica-odontológica.

Tendo em vista que, a Assistência Estudantil está situada no campo das políticas sociais e educacionais e vem se constituindo numa área estratégica de intervenção do poder

público para o atendimento às demandas dos estudantes por condições de permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), principalmente no que se refere aos programas de alimentação, moradia, transporte, saúde e inclusão digital.

No contexto dos Institutos Federais de Educação, a consolidação da Política de Assistência Estudantil iniciou a partir do processo de expansão das IFES e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, nesse momento, na esfera dos programas e políticas educacionais, foi premente estabelecer a conexão entre o processo de expansão e os programas empreendidos para democratização do acesso, como o PROUNI, FIES, UAB, REUNI e o sistema de reserva de vagas para o ensino superior.

Tornou-se imprescindível a formulação de uma política pública para estabelecer condições de permanência do estudante ingresso a partir destas ações, visando reduzir as taxas de evasão e reprovação e promovendo o êxito escolar desse alunado.

Nacionalmente, a Assistência Estudantil foi institucionalizada a partir do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que promulgou o Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado com o objetivo primordial de criar as normas para as ações de assistência ao estudante a serem desenvolvidas nas IFES, garantindo verbas específicas e determinando, a partir dessa época, a regulamentação de regras e políticas internas a estas Instituições, norteadas por uma legislação nacional.

Foi dentro desse panorama da institucionalização do PNAES, que em 2011 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAEST/ Reitoria), fazendo parte da Diretoria de Articulação Pedagógica da Pró-reitora de Ensino do IFPB. Este Departamento trouxe consigo a missão de implantar e consolidar a Política de Assistência Estudantil no IFPB, além de outras atribuições vinculadas à execução de ações que possibilitassem aos estudantes condições para permanência e êxito nos cursos. Este órgão sistêmico teve como pauta prioritária a construção de uma Política Institucional de Assistência Estudantil e seus regulamentos para todas as unidades do instituto, com o objetivo de sistematizar e gerir as ações da Assistência estudantil nos Campi da instituição. No mesmo ano, ocorreram diversas reuniões com profissionais e estudantes o que resultou no I e II Fórum de Assistência Estudantil do IFPB que teve o movimento estudantil do IFPB (Diretório Central dos Estudantes, Centros Acadêmicos e Grêmios Estudantis) como interlocutor privilegiado no trato das questões relacionadas à elaboração da primeira Política de Assistência Estudantil, aprovada pela resolução nº 40, de 06 de maio de 2011, com a finalidade de atender

prioritariamente aos estudantes desprovidos de condições socioeconômicas favoráveis para a sua permanência abrangendo todos os Campi da instituição.

Aos programas da assistência estudantil executados nos Campi é atribuída uma grande responsabilidade pela permanência do estudante com maiores dificuldades socioeconômicas, embora não sejam desconhecidas as limitações desta política, principalmente, no que refere às restrições das dotações orçamentárias.

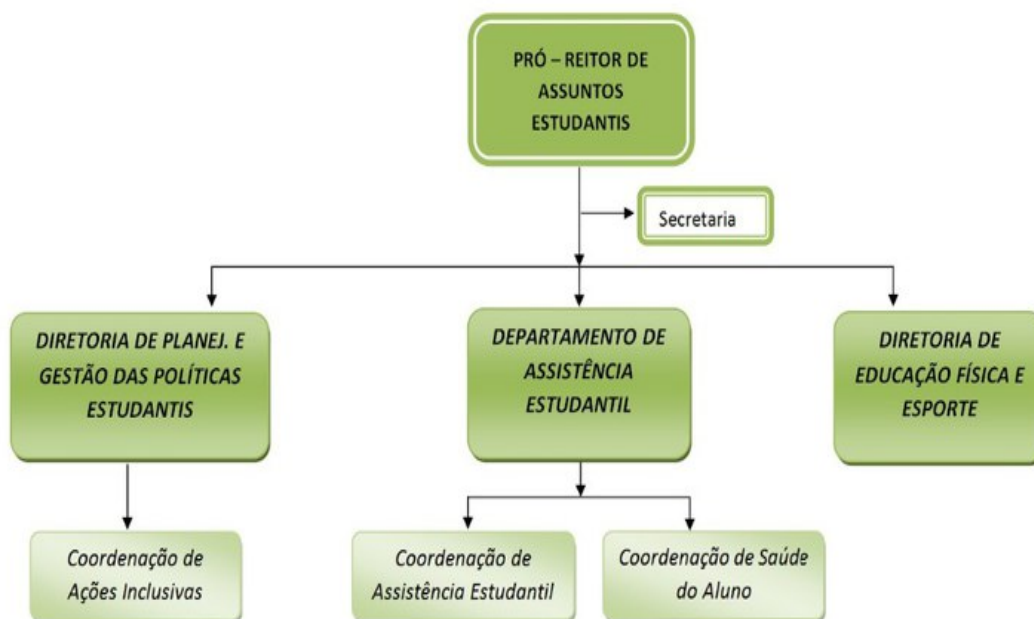
Nesse sentido, reportamos a Alves (2004, p. 04), quando afirma que,

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Com a implantação e recursos do PNAES, onze programas foram listados na Política de Assistência Estudantil (PAE) de 2011, dos quais apenas três estão regulamentados pelo Conselho Superior (CONSUPER) do IFPB, a saber: os Programas de Alimentação, Moradia e Transporte que são executados pela equipe multiprofissional de cada Campus.

Em 2015 se iniciou o movimento de fortalecimento das ações da Assistência Estudantil sistêmica, resultando em 2016, com a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), fruto da vontade da maioria dos membros da comunidade acadêmica, e sobre tudo, como resultado do protagonismo estudantil da instituição. Segue a estrutura organizacional atual da PRAE.

Figura 2 - Organograma da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: <<http://www.ifpb.edu.br/prae/sobre/sem-titulo.jpg/view>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

É pertinente enfatizar que, o reconhecimento da criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, de acordo com Almeida (2017, p. 65), “altera a correlação de forças ao colocar a assistência estudantil, enquanto *lócus* administrativo específico, no mesmo patamar das demais instâncias de poder institucional”.

Para maior compreensão do significado da PRAE, no IFPB, se elencaram as competências estatutárias da Pró-reitoria que, de acordo com o Estatuto do IFPB (resolução nº 246/2015), compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

- I - Elaborar, instruir e promover políticas e planos de desenvolvimento estudantil, em consonância com as diretrizes institucionais ouvidas os estudantes e suas representações;
- II - Prestar apoio e assessoria sobre assuntos estudantis aos campi;
- III - Promover, coordenar e executar programas políticos para os estudantes com deficiências educativas, físicas, psíquicas ou motoras, visando à igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;
- IV - Planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB;
- V - Coordenar as atividades de elaboração de editais relativos à assistência estudantil;
- VI - Realizar, em articulação com as demais Pró-Reitorias, o estudo do perfil dos estudantes do IFPB para subsidiar ações e políticas educacionais e sociais de Assistência Estudantil;

- VII - Elaborar, articular e promover ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos através da participação dos estudantes em todos os seus processos seletivos;
- VIII - Fomentar e realizar eventos relacionados a assuntos estudantis, no âmbito interno e externo do IFPB;
- IX - Organizar e controlar as atividades dos órgãos a ela subordinados.

Conforme relata Farias (2018), o processo de construção do novo Estatuto do IFPB, no ano de 2015, representou um marco histórico para a área de Assistência Estudantil na instituição, pois as fortes pressões dos estudantes impulsionaram a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, órgão sistêmico institucional que vai ampliar o debate acerca da Assistência Estudantil articulada ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

5. ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

5.1. Considerações acerca da avaliação de Políticas Públicas

Avaliação de políticas públicas, de acordo com Guedelho (2017, p. 28), constitui um campo especializado em matéria de pesquisa social aplicada, construído a partir do envolvimento de várias áreas do conhecimento, por isso interdisciplinar. Para a autora, propor uma pesquisa de avaliação, delimitar um processo metodológico, o qual faz parte de uma escolha por determinada abordagem, ou modelo cujo papel concernente é o caminho mais específico da investigação, posto que se configura em uma pesquisa científica.

Nesse sentido, é pertinente considerar que a avaliação, segundo Rodrigues (2011, p. 56),

Tem por base uma perspectiva interpretativa para a qual importa compreender os processos de elaboração e implementação da política ou programa em questão, considerando quatro eixos analíticos: análise de conteúdo, análise de contexto, trajetória institucional, espectro temporal e territorial.

A avaliação, no entendimento da autora citada, deve ter a coerência da política, desde a esfera da formulação à forma assumida no âmbito das instituições que a executam, bem como sua relação com o contexto no qual se insere, a forma que assume nas vias institucionais, destacando-se o papel de atores e as relações de poder neste âmbito. É importante observar, também, a dimensão temporal e territorial que circunda e condiciona a implementação da política, interferindo sobre seus resultados.

É relevante para uma melhor compreensão de como se deu a avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, abordar de forma sucinta a trajetória histórica brasileira sobre a avaliação de políticas públicas.

No Brasil, é apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990, que a temática da avaliação das políticas públicas se intensifica, assumindo um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina, no contexto da reforma do Estado, e direcionada a uma agenda neoliberal, sendo ainda reduzida a literatura sobre o tema.

Uma das mais recentes publicações no Brasil, que vem a suprir uma lacuna na abordagem das metodologias clássicas de avaliação, é a obra de Holanda (2006), que

apresenta uma visão geral e didática dos conceitos, fundamentos, metodologias e práticas de avaliação de programas *ex post*, com ênfase nos programas e projetos de natureza social.

Vale destacar que, entretanto, a relevância dada ao tema a partir dos anos 1990 se deve, principalmente, à situação de dependência do país frente às agências financiadoras internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passaram a exigir, com mais critério, a elaboração de sistemas de monitoramento de avaliação dos projetos por eles financiados.

Neste contexto, se sobressaem a abordagem gerencialista e uma concepção instrumental da avaliação, cuja função é medir, acompanhar e “avaliar” o êxito das reformas administrativas norteadas pelos princípios e valores neoliberais (FARIAS, 2005:2).

Como enfatiza o autor, isto era esperado em razão do “caráter eminentemente político do projeto de ‘modernização’ do Estado vinculado à revolução gerencialista que se desejava implantar, no qual o monitoramento e a avaliação de políticas ocupam um papel de destaque”. As particularidades, segundo Rodrigues (2008, p. 08), do caso brasileiro acima citado, certamente têm direcionado a prática da avaliação, bem como a reflexão intelectual.

Seguindo o que é proposto por Rodrigues (2008), no que tange às perspectivas de avaliação aprofundada, é pertinente demonstrar que se tratam todos os eixos analíticos da avaliação elencados alinhando-os com a análise de contexto e conteúdo da política de Assistência estudantil do IFPB abordada neste trabalho. Assim, Rodrigues (2008, p. 11-12) define,

Análise de conteúdo do programa com atenção a três aspectos: formulação: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação; bases conceituais: paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas; coerência interna: não-contradição entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. Esses três aspectos dizem respeito à análise do material institucional sob forma de leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, fichas de acompanhamento, dados estatísticos e outros.

Quanto à análise do contexto da formulação da política, a pesquisadora (2008, p. 11-12) afirma que é importante que ocorra,

A Análise de contexto da formulação da política: Levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política em estudo, com atenção para a articulação entre as instâncias local, regional, nacional internacional e transnacional. Apreensão do modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação. Levantamento de outras políticas e programas correlacionados à política em foco. Atenção ao marco legal que ampara a política, articulando-o ao contexto referido nos itens anteriores.

Nesse sentido, para entender como ocorreu o processo de avaliação da reformulação da PAE-IFPB, tornou-se necessário realizar uma análise de contexto e conteúdo diante de questionamentos relativos ao PNAES, no que diz respeito ao motivo da Assistência Estudantil entrar na agenda pública somente na primeira década dos anos 2000; as prerrogativas de: qual contexto econômico, político e social favoreceu tal processo? E quais concepções orientaram a legalização e justificam a legitimidade do programa?

Para responder a esses questionamentos, nos utilizamos da análise realizada por (GUEDELHO, 2017, p. 89), a qual afirma,

O contexto da política de educação superior é de ampliação (no setor privado e público) e reforma. A particularidade da educação profissional pública federal se refere ao processo de reestruturação da rede e sua expansão em sintonia com uma proposta de desenvolvimento social e regional ambicionado a partir da qualificação de recursos humanos para o setor produtivo. Tal contexto micro situado, ou seja, restrito ao escopo da política, não se isenta de uma relação com o contexto mais amplo que subjaz as políticas sociais. Assim, tais processos foram conduzidos em determinadas condições históricas.

Na esfera econômica entre os anos 1990 e 2000, o Brasil passa por um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora, com base em *commodities* agrícolas, o que lhe permite se inserir no mercado mundial como potência emergente e dependente da dinâmica financeira global, tendo o Estado prioridade na política econômica.

Ao campo social, de acordo com Guedelho (2017, p. 89), são destinados recursos e esforços pontuais, direcionados principalmente à dinamização do mercado de consumo e formação de capital humano. Destacando-se os Programas de Transferência de Renda, sob o signo da focalização e seletividade, bem como a política educacional orientada pela noção de promoção de oportunidades via qualificação para o mercado de trabalho revelando-se traços neoliberais mercadológicos.

Segundo Guedelho (2017, p. 89), no período que vai de 2006, com o projeto de ampliação das instituições federais de ensino superior, passando pela criação dos Institutos Federais em 2008 e pela regulamentação da assistência estudantil em 2010, vigoram as contribuições do projeto novo desenvolvimentista. Enquanto um programa nacional voltado para as demandas dos estudantes de origem pobre, o PNAES, remete ao papel do Estado como prestador de serviços de natureza social, norteado pelo princípio da “promoção da equidade social via igualdade de oportunidades”, tanto do ponto de vista da focalização da ação pública nos indivíduos que mais precisam, quanto devido ao projeto de expansão dos

investimentos na qualificação para o mercado de trabalho. Nesta direção, a autora (2017, p. 90) afirma que,

As ações de assistência estudantil coadunam com a perspectiva novo desenvolvimentista, que enfatiza o desenvolvimento econômico com equidade social, à medida que essas ações estão voltadas para a garantia de condições de permanência dos estudantes pobres nas instituições federais de ensino superior, ou seja, voltadas para a igualdade de oportunidades. Assim, o PNAES apresenta traços dessa perspectiva, como desdobramento de um processo mais amplo relativo ao contexto das políticas públicas de caráter social, centradas na ideia de focalização e equidade.

Embora a legitimidade das ações de assistência estudantil tenha percorrido um longo processo histórico, envolvendo inclusive a luta da UNE e do FONAPRACE, somente na primeira década dos anos 2000 foi impressa no campo das políticas públicas por meio do PNAES, diante das condições favoráveis, a sua regulamentação. Apesar dessa tendência da política educacional, explicitada pela ênfase na qualificação profissional, a realidade se apresenta de forma contraditória, pois o modelo econômico adotado pelo governo federal durante o período privilegia a acumulação rentista, lógica que inviabiliza o investimento industrial capaz de gerar uma cadeia produtiva voltada para o desenvolvimento do mercado interno.

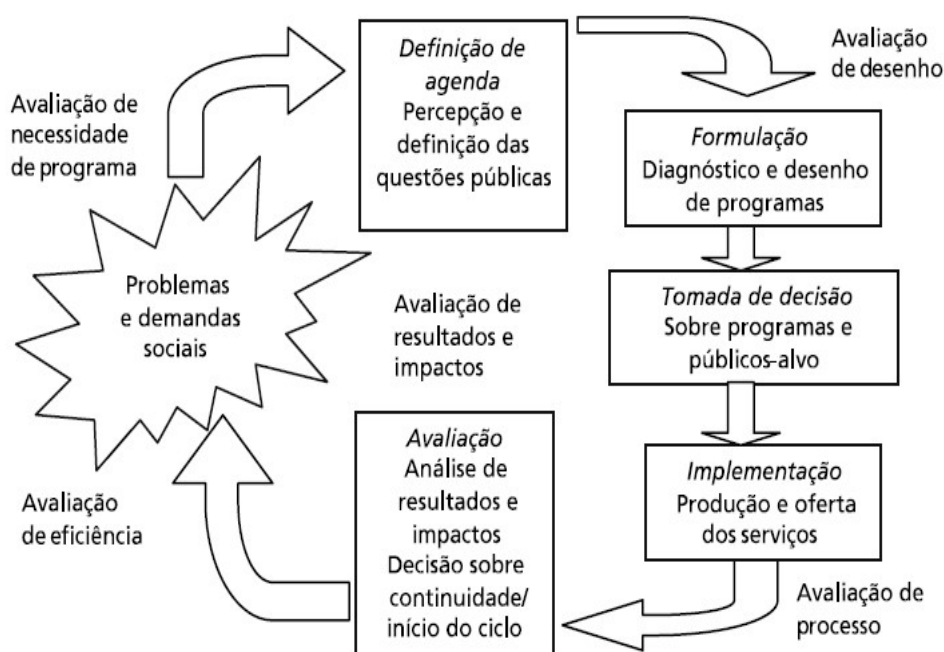
Assim, o investimento público no campo social aparece de forma circunstancial, sem ser acompanhado por condições estruturais que viabilizem o desenvolvimento do país. Há, portanto, um descompasso entre o conteúdo da proposta do PNAES, de natureza desenvolvimentista, com o contexto econômico e social vigente no país. A assistência estudantil a partir de então regulamentada é funcional ao processo de expansão do ensino superior e da Educação Profissional federal, dentro de uma lógica utilitária, da mesma forma que sofre as intempéries das circunstâncias políticas e econômicas ao longo de sua implementação. O período de legitimidade do governo Lula, com impactos positivos nos campos econômicos e sociais, permitiu a ascensão da assistência estudantil ao *status* de política pública e ainda o reforço na ideia de que esta cumpre a missão de fortalecer o acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Em tempos de mudanças, porém, com evidências de uma crise política vivenciada no país e ainda em curso, gestada na trama dos interesses econômicos, vale verificar ainda quais repercussões tal processo pode alavancar na atual condução de programas governamentais instituídos em contexto anterior.

Para tanto, investigar o processo de reformulação da PAE-IFPB através do olhar dos gestores que tiveram participação efetiva na reformulação, possibilitou identificar as

principais potencialidades e desafios da política estudada em processo de implementação em 2020, o que nos direcionou nessa investigação a se apropriar da avaliação em profundidade, bem como, outras abordagens que contemple o monitoramento de políticas públicas. Assim, consideramos importante citar ainda neste trabalho, a perspectiva do ciclo de políticas descrita por Condé (2013), que abrange a identificação do problema, agenda, desenho, decisão, implementação, monitoramento e avaliação, conforme se pode observar no gráfico abaixo.

Figura 3- Organograma do Ciclo de Políticas



Fonte: Condé (2012 p. 82), com adaptações da autora.

Essa metodologia propõe que uma política pode ser analisada considerando suas várias etapas, geralmente sendo essas interdependentes, dialéticas e cíclicas, apreciadas de forma flexível. Assim, é possível compreender mais claramente seu processo de formulação, implementação e avaliação, facilitando sua apreciação e julgamento, através da analogia do ciclo, simbolizando o movimento na construção e vivência de uma política.

Diante das concepções sobre avaliação apresentadas, o trabalho caminha no sentido de se realizar uma avaliação em profundidade da reformulação da PAE com o intuito de obter dados necessários para uma avaliação permanente dessa política, a qual será elencada no próximo item.

5.2. Avaliação do processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba entre os anos de 2016 e 2018: o que dizem os documentos

A Política de Assistência Estudantil do IFPB passou por um processo de reformulação entre os anos de 2016 e 2018 e foi aprovada nos termos da Resolução *ad referendum* nº 25, de 21 de junho de 2018 pelo Conselho Superior, em consonância com a Lei 11.892/2008, e com o Estatuto e Regimento Geral do Instituto. A PAE foi revisada e ampliada conforme previsto em lei, que determina revisão a cada quadriênio e incorporou algumas importantes mudanças.

É indispensável que, antes de se analisar as alterações significativas ocorridas na PAE-IFPB reformulada, avaliar como ocorreu o processo de reformulação dessa Política, levando em consideração os desafios e possibilidades constatados durante a reformulação.

Desde fevereiro dos anos de 2011, o IFPB institucionalizou sua Política de Assistência Estudantil, aprovada em *ad referendum* pela resolução de nº 40 de 06 de maio de 2011, para poder trabalhar de forma legal os programas voltados aos seus estudantes, em especial aos mais vulneráveis, com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso, contribuindo com uma melhor qualidade de vida acadêmica e pessoal.

No IFPB, essas ações são materializadas por meio de programas assistenciais ofertados aos estudantes matriculados em todos os cursos presenciais e a distância, com critérios de seleção para acesso aos programas, com acompanhamento de gestão e de uma equipe multidisciplinar, destacando-se, também, o corpo docente que contribui na efetivação dos direitos desses estudantes mais vulneráveis.

Em 2016 se iniciou o processo de trabalho para a reformulação de um dos instrumentos mais importantes do IFPB com relação à política de inclusão educacional, a já mencionada Política de Assistência Estudantil. Como a própria Política de Assistência Estudantil (RESOLUÇÃO Nº 40/2011 CONSUPER /IFPB) sugeria a necessidade de sua reavaliação periódica, bem como, no curso da execução de suas ações, se verificou constantemente a imprescindibilidade de uma redefinição com o objetivo de atender melhor a realidade do estudante. Para cumprir com esses objetivos, ocorreu que em setembro de 2016 foi formada, no âmbito da PRAE, a Comissão de Reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, composta por vinte e três membros, com representação estudantil e das diversas categorias de profissionais envolvidos na execução da PAE.

Para tanto, a gestão maior da assistência estudantil do IFPB, representada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que tem como competência “planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB”; e “coordenar as atividades de elaboração de editais relativos à assistência estudantil” (RES. 246/2015 CONSUPER IFPB, Art. 50, IV, V), convocou representações das equipes multiprofissionais de cada Campus, bem como, da categoria estudantil para dialogarem sobre o processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Nesse momento, foram abordadas questões referentes à importância de se trabalhar em grupo e ao mesmo tempo o gestor elencou a importância da formação de comissões como proposta de metodologia de trabalho. A PRAE se utilizando dessa metodologia para o processo de trabalho, objetivando seguir uma perspectiva de Gandin (2001, p. 89), onde ele afirma que,

A construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente de suas diferenças e fundamentado na igualdade real entre elas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado.

Após a disponibilidade dos interessados, a PRAE agendou a primeira reunião de planejamento para a reformulação da política de assistência estudantil do IFPB e apresentação da proposta de metodologia de trabalho com construção de comissões formadas com membros representativos de vários segmentos profissionais e estudantis. Esta primeira reunião, de acordo com a primeira ata de reformulação da PAE de setembro de 2016, teve como pauta as principais ações: a revisão e reformulação da Política de Assistência Estudantil; a realização de reuniões por categoria profissional envolvida na Política de Assistência Estudantil, sendo reuniões setoriais, mas inicialmente com ampla participação; e escolha dos membros da comissão dos grupos de trabalho.

O planejamento participativo nessa experiência em específico, teoricamente foi observado na vivência do processo de trabalho escolhido para se alcançar o objetivo proposto que era de reformular a política de assistência estudantil da instituição. Com relação à construção de comissões, metodologia aprovada por todos que estavam presentes, se formaram da seguinte maneira: comissão para o grupo de trabalho (G1) - responsável pela elaboração da minuta de resolução da política reformulada, composta por um representante de cada categoria profissional da equipe multidisciplinar, um representante dos discentes e um representante de cada setor da gestão diretamente envolvido na execução da política; e a

comissão para o grupo de trabalho (G2) - que ficou responsável pelo acompanhamento, discussão e articulação da política. Esta última comissão foi composta pelos demais membros participantes nesse processo de trabalho e teve como função subsidiar o trabalho do G1 e articular as discussões com a comunidade acadêmica. Logo depois da formação das comissões dos grupos de trabalho, foi apresentada, também, a proposta de calendário para as reuniões posteriores que aconteceria a construção do trabalho coletivo até a sua finalização com o alcance do objetivo proposto e a avaliação do processo de trabalho realizado (Ata 01 de reformulação da PAE, 2016).

A adesão pela maioria por esta proposta como prática de trabalho coletivo, tem para o planejamento participativo,

Uma dupla dimensão: propõem-se mudanças no fazer e mudanças no ser. Em verdade é fazendo novas coisas e sendo diferente que se transforma a realidade existente; esta maneira de organizar a programação, derivando desta premissa as quatro categorias propostas (ações, rotinas, atitudes e regras) fez aumentar a clareza, a precisão, permitindo mais força na intervenção sobre a realidade (GANDIN, 2001 p. 92).

A experiência do IFPB em utilizar o planejamento participativo na reformulação da política de assistência estudantil foi válida, igualmente, porque proporcionou, segundo Gandin (2001, p. 91), “[...] avançar para questões mais amplas e complexas, como a de ver como se contribui para interferir na realidade social, para transformá-la e para construí-la numa direção estabelecida em conjunto, num pé de igualdade fundamental, mas com a contribuição própria de cada um, por todos os que participam da instituição, grupo ou movimento ou, mesmo, de uma cidade, de um estado e de uma nação”.

Destarte, é importante ressaltar que, na prática ocorreram desafios preocupantes, tanto com o cronograma de reuniões das comissões, como, também, se constatou que grande parte dos profissionais não tinham compreensão e apropriação da PAE, o que gerou uma necessidade da apresentação da política com orientações mais específicas de sua operacionalização. Nesse momento, foi possível perceber o quanto é relevante o envolvimento dos discentes e da equipe multiprofissional com a construção participativa na reformulação da PAE. Outros desafios observados foram às ausências frequentes de parte dos membros nas reuniões presenciais, porém, para contemplar a participação dos ausentes, as informações discutidas eram compartilhadas pelo *e-mail* da comissão, no qual todos tinham acesso e podiam socializar e contribuir com sugestões que seriam decididas nas reuniões seguintes.

A ausência de instrumentos de monitoramento e avaliação institucionalizados dos programas no processo de reformulação da PAE repercutiu em uma análise morosa que duraria por volta de dois anos de avaliação. Sem indicadores estabelecidos, a comissão para suprir essa lacuna extremamente importante em um processo de reformulação optou por nesse contexto de mudanças, empenhar esforços em estudos e reflexões baseados em políticas de Assistência Estudantil de outros institutos dos mais diversos Estados brasileiros que proporcionassem caminhos consistentes nesse processo de avaliação.

Nesse sentido, se destacou como parâmetro a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a qual elucidou algumas diretrizes para avaliação dos programas elencados na resolução nº 40 de 2011.

Nesse momento, foram discutidos pela comissão os critérios de acesso aos programas, se seriam por seleção socioeconômica ou se destinados a todos os estudantes. Ao analisar os programas proposto pelo IFSP, que são exatamente os referidos no Decreto de nº 7.234/10, se percebe a não oferta, pelo IFPB, do auxílio creche, cultura, esporte e inclusão digital, como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 4 - Composição dos Programas da PAE-IFPB antes da reformulação

Programas da Resolução de nº 40 de 2011-PAE/IFPB
<ol style="list-style-type: none"> 1. Benefícios socioassistenciais; 2. Alimentação; 3. Atenção à saúde; 4. Moradia; 5. Iniciação ao trabalho; 6. Integração aos estudantes ingressos; 7. Material didático pedagógico; 8. Apoio aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais; 9. Atualização para o mundo do trabalho; 10. Apoio pedagógico; e 11. Transporte.

Fonte: Art. 6º Resolução de nº 40 de 2011-PAE/IFPB.

A comissão propôs que as áreas elencadas na PAE-IFSP e não contemplada na PAE-IFPB fossem inclusas com uma consideração específica sobre o auxílio creche, que diante do panorama atual, seria inviável para a instituição a incorporação desse programa. Outro ponto trabalhado pela comissão foi à exclusão do programa de iniciação ao trabalho, por fugir aos

objetivos da política na medida em que esse programa exigia a contrapartida do trabalho dos discentes para receber a bolsa de iniciação ao trabalho.

O programa de benefícios socioassistenciais com essa nomenclatura deixou de existir sendo seus objetivos contemplados no programa de “Atenção e Promoção à Saúde”; o programa Integração aos estudantes ingressos passou a ser uma ação desenvolvida em cada Campus, e não mais um programa como era na política anterior.

Foi incorporado à Política o Programa de Apoio à Permanência do Estudante com as seguintes finalidades:

O Programa de Apoio à Permanência do Estudante tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na Instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. § 1º A quantidade de estudantes a ser atendida pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante será definida a partir do planejamento orçamentário dos campi. § 2º O acesso ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise será realizada por um (a) assistente social do IFPB, sem prejuízo aos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica. (Art. 7º da resolução de nº 25 de junho de 2018 PAE-IFPB).

A partir das experiências detectadas pela equipe multiprofissional ao longo da operacionalização da PAE, se constatou que surgiam demandas de discentes em extrema vulnerabilidade social, e que em virtude de os programas estarem separados por “caixas”, ou seja, por demandas peculiares, isso legalmente não permitia determinado estudante ser beneficiado com um programa específico, em virtude de não atender aos requisitos dos respectivos regulamentos. Partindo do princípio de que, a realidade social é dinâmica e que demandas não visualizadas em determinados momentos históricos podem ser observadas em outros contextos, é que foi pensado o Programa de Apoio à Permanência do Estudante, com o intuito de contemplar os discentes que se encontram em situações de vulnerabilidade sociais não previstas na formulação de políticas durante o percurso acadêmico e que interferem diretamente na sua permanência e conclusão do curso com êxito no IFPB.

Vale ressaltar que, além das situações de vulnerabilidades imprevistas, o Programa de Apoio a Permanência do Estudante, também abrange o Programa de Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte elencado na resolução de nº 40 de 2011, o qual devido às várias especificidades de realidades no que tange à distância, tipo de transporte, localidade (zona rural ou urbana), se exigia repasse financeiro diferenciado para cada caso a ser definido a partir de uma avaliação socioeconômica que se favorável possibilitará a concessão do Programa de Apoio a Permanência do Estudante.

Outro Programa incluso na PAE reformulada foi o Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer que prevê,

O Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer tem por objetivo oferecer elementos que estimulem o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e que contribuam para a melhoria de seu desempenho acadêmico, conforme disposto no Decreto nº 7.234/2010. No Art. 4º. Parágrafo único. Ao Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer compete: I – estimular e atender as demandas de atividades culturais, artísticas, esportivas, recreativas e de lazer aos estudantes; II – incentivar os (as) atletas de alta performance; registros, esportivos, recreativos e de lazer no IFPB; IV – estimular a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, recreativos e de lazer para os estudantes do IFPB no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional; V – estimular e ampliar o acesso à arte e às manifestações culturais, possibilitando aos estudantes maior familiarização com nossas tradições culturais, populares e artísticas, por meio de um contato mais direto com elas; VI – fomentar e incentivar a preservação e difusão de bens, registros, obras e acervos de arte e cultura. (Art. 14 da resolução de nº 25 de 2018).

Vale ressaltar que, embora o decreto 7.234 de 2010 explicitasse as áreas de cultura e esporte no seu artigo 3º § 1º VI e VII, a PAE-IFPB não os contemplava em forma de programa, e sim na forma de ações específicas. Considerando-se a relevância dessas áreas no que condiz a contribuição da permanência do discente na instituição a partir do incentivo ao protagonismo estudantil, a comissão acrescentou na PAE o Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer.

É importante frisar, que, também, foi inserido na PAE, o Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD, que merece uma ressalva no que diz respeito ao PNAES instituído em 2010, o qual contempla no seu texto original apenas os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. Porém, nos últimos anos o número de cursos de Educação a Distância cresceu consideravelmente, se emergindo uma atenção maior aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica dessa modalidade de ensino no que tange ao suporte institucional na permanência e conclusão do curso e envolvimento com outras atividades no IFPB.

Para atender a esses estudantes, foi criado o Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD:

O Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD considera as especificidades do discente desta modalidade e tem por objetivo proporcionar sua permanência na Instituição para desenvolvimento das atividades acadêmicas e conclusão do curso com êxito. Parágrafo único. Ao Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD compete: I – ofertar aos estudantes de cursos na modalidade a distância condições de deslocamento para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e de permanência na Instituição com condições que atribuam qualidade ao processo de ensino-aprendizagem; II – estimular a participação dos estudantes regularmente

matriculados nos cursos a distância nos programas desta política (Art. 16 da resolução nº 25 de junho de 2018).

Dessa forma, para melhor visualização, segue o quadro com os programas da Política Reformulada em 2018.

Quadro 5 - Composição dos programas da PAE-IFPB reformulada

Programas da resolução nº 25 de 2018-PAE/IFPB
<p>I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante;</p> <p>II – Programa de Alimentação;</p> <p>III – Programa de Moradia Estudantil;</p> <p>IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde;</p> <p>V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;</p> <p>VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos;</p> <p>VII – Programa de Material Didático-Pedagógico;</p> <p>VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer;</p> <p>IX – Programa de Apoio Pedagógico; e</p> <p>X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.</p>

Fonte: Art. 6º da resolução de nº 25 de junho de 2018 PAE/IFPB reformulada.

Diante dos quadros expostos, se percebe que, as mudanças na política foram significativas, principalmente, no que tange à atualização das necessidades reais e diferenciadas de cada estudante. O programa de Apoio a Permanência do Estudante veio pra fortalecer essas ações da Assistência Estudantil de forma mais igualitária no que diz respeito à permanência e conclusão do curso do discente. Para uma melhor compreensão, segue abaixo o quadro comparativo das políticas.

Quadro 6 - comparativo dos programas da PAE 2011 e da PAE reformulada 2018

Resolução de nº 40 de 2011-PAE/IFPB	Resolução de nº 25 de 2018 PAE/IFPB reformulada
<p>I-Benefícios socioassistenciais;</p> <p>II - Alimentação;</p> <p>III- Atenção à saúde;</p> <p>IV - Moradia;</p> <p>V- Iniciação ao trabalho;</p>	<p>I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante;</p> <p>II – Programa de Alimentação;</p> <p>III – Programa de Moradia Estudantil;</p> <p>IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde;</p>

Quadro 6 - comparativo dos programas da PAE 2011 e da PAE reformulada 2018

Resolução de nº 40 de 2011-PAE/IFPB	Resolução de nº 25 de 2018 PAE/IFPB reformulada
VI - Integração aos estudantes ingressos; VII- Material didático pedagógico; VIII - Apoio aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais; IX- Atualização para o mundo do trabalho; X- Apoio pedagógico; e XI - Transporte.	V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos; VII – Programa de Material Didático-Pedagógico; VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; IX – Programa de Apoio Pedagógico; e X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

Fonte: Art. 6º resolução de nº 40 de 2011-PAE/IFPB; Art. 6º da resolução de nº 25 de junho de 2018 PAE/IFPB reformulada.

Outra alteração extremamente apropriada e necessária no processo de reformulação foi a construção de um capítulo que tratasse da Gestão, Acompanhamento e Avaliação da PAE-IFPB, antes inexistente na resolução de nº 40 de 2011. Percebeu-se, que, a ausência de legislação na política local que subsidiasse o acompanhamento e monitoramento, requisitos elencados no PNAES que no seu Art. 5º parágrafo único inciso II, o qual afirma “que as instituições de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”, gerava problemas quanto à avaliação e monitoramento dos Programas da Assistência Estudantil do IFPB, e essas dificuldades se confirmaram no período da reformulação.

Na PAE-IFPB reformulada, o capítulo VI que trata da Gestão, Acompanhamento e Avaliação prevê, embora ainda não colocados em prática, como objetivo de acompanhamento e avaliação da Política o de monitorar e analisar a implementação e a execução dos programas e ações, bem como, a utilização dos meios e recursos para o alcance dos objetivos propostos. Ressalta-se no mesmo capítulo, a formação de um comitê de Assistência Estudantil, órgão responsável pelo acompanhamento e a avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, ao qual compete: I – estabelecer efetiva interface com os segmentos de servidores que compõem a Política de Assistência Estudantil, buscando efetivar o direito dos educandos de acesso, permanência e conclusão do curso com êxito; II – realizar o acompanhamento da execução dos recursos destinados à Assistência Estudantil; III – acompanhar, apoiar e propor medidas de aprimoramento da Política de Assistência Estudantil;

IV – estimular a participação dos estudantes no acompanhamento e avaliação dos programas e ações da Assistência Estudantil; V – propor instrumentos que permitam pesquisar, sistematicamente, a realidade socioeconômica e educacional dos estudantes, apresentando, periodicamente, dados sobre a influência dos programas de assistência estudantil na vida acadêmica dos discentes (Art. 29 e 31 da resolução de nº 25 de junho de 2018).

É pertinente destacar que, para a formação do comitê se procurou contemplar o maior número possível de representantes de profissionais envolvidos com a PAE-IFPB, composto da seguinte forma: I- O(a) Pró-reitor(a) de Assuntos Estudantis; II – O(a) Diretor(a) de Planejamento e Gestão de Políticas Estudantis; III – O(a) Diretor(a) de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) ou responsável equivalente; IV – 01 representante da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PRAF); V– 02 representantes do Serviço Social; VI – 01 representante da Psicologia; VII – 01 representante da Pedagogia; VIII – 01 representante da Nutrição; IX – 01 representante da Medicina; X – 01 representante da Enfermagem; XI – 01 representante da Odontologia; XII – 01 representante da Educação Física; XIII – 01 representante da Educação Artística; XIV – 01 representante do NAPNE; XV – 02 representantes estudantis indicados pela Associação Estudantil de Grêmios Técnicos do IFPB (ASSEGT); XVI – 02 representantes estudantis indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). XVII – 01 representante da Pró-Reitoria de Ensino XVIII – 01 representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação XIX – 01 representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (art. 32 da resolução de nº 25 de junho de 2018).

Vale enfatizar que, após a aprovação da reformulação da PAE, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis prontamente abriu as inscrições para processo de escolha dos membros do Comitê de Assistência Estudantil, órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Não obstante, paralelo à formação do comitê de Assistência Estudantil, foram formadas outras comissões responsáveis para a elaboração de editais dos programas da Assistência Estudantil baseados na nova PAE; comissões para elaboração dos regulamentos dos programas e a de estudo do índice de vulnerabilidade a ser usado na seleção para concessão dos benefícios.

Nesse período intenso de estudos das comissões para a elaboração dos regulamentos, editais e indicadores que subsidiasse o índice de vulnerabilidade social, se constatou que a implementação da PAE reformulada está em andamento nesse primeiro semestre de 2020. Para tanto, o presente trabalho se antecipa no sentido de propor estratégias de avaliação e

monitoramento do programa de Apoio à Permanência do Estudante da PAE reformulada em processo de implementação, e assim possibilitar a elaboração de um instrumento institucionalizado que contribua na avaliação contínua do referido programa da PAE.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização da pesquisa de campo, foi realizado contato por telefone com os sujeitos da pesquisa (Gestores atuantes no processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB) para a realização das entrevistas presenciais individuais agendadas entre os meses de outubro e novembro. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E selecionamos uma amostra de quatro sujeitos para a coleta de dados definidos através dos critérios de condição de gestor e participação efetiva no processo de reformulação da PAE-IFPB, entre os anos de 2016 a 2018, partindo do pressuposto que eles tinham informações importantes para responder aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no IFPB, especificadamente, uma na Diretoria de Articulação Pedagógica na Pró-Reitoria de Ensino e as demais na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. É importante dizer que, a abordagem prévia com os entrevistados foi de boa receptividade e aceitação para participação e colaboração na pesquisa. Neste momento da coleta de dados, novamente foram abordados informações mais específicas e detalhadas sobre o estudo, apresentando seus objetivos, procedimentos e benefícios, assim como, foi informado que as entrevistas seriam áudio gravado mediante autorização dos sujeitos. Logo após, foi entregue ao gestor o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Apêndice B, dessa forma ele pôde decidir se participava ou não deste estudo, contudo, houve aceitação de todos os sujeitos. A entrevista individual foi orientada por um roteiro com questões abertas, o que possibilitou anotações consideradas pertinentes, além dos registros em áudio gravados após autorização dos sujeitos de pesquisa. Neste momento, foi possível observar que, não houve resistência em responder a nenhuma pergunta por parte dos gestores.

Em seguida, houve as transcrições das entrevistas que foram feitas na íntegra para garantir todas as falas dos sujeitos entrevistados, explicitadas no Apêndice C, e possibilitar um melhor subsídio para a análise de conteúdo. Para transcrever essa parte mais subjetiva do trabalho, se utilizou como identificação dos entrevistados S1; S2; S3 e S4 descritos no Quadro 01, apresentado no capítulo metodológico. A estruturação dessa análise foi alicerçada nos estudos de Bardin (2011), onde, primeiramente, se realizou uma leitura e releitura das transcrições para o processo de categorização e se procurou posteriormente categorizar o trabalho em três dimensões: 1) estrutural a qual abordará a execução físico financeira da PAE e a infraestrutura do programa; 2) continuidade e descontinuidade, que contemplará o processo de reformulação da PAE; e 3) expectativas/perspectivas a qual tratará de expectativa

de ações futuras da Política Reformulada. O tratamento e interpretação dos resultados obtidos foram feitos por meio de inferências e interpretações que possibilitasse responder aos objetivos propostos. Para tanto, embora a metodologia inicial fosse apenas a de análise de conteúdo, e mesmo se considerando possíveis distinções metodológicas, se verifica importante elaborar de forma, ainda que sucinta e inacabada, uma matriz SWOT considerando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças frente ao panorama da PAE, no que diz respeito às variáveis externas e internas ao ambiente institucional, apresentando-se a matriz SWOT nesse estudo com pretensões de aprofundá-la em trabalhos futuros.

6.1. Dimensão Estrutural (Política de Assistência Estudantil sobre múltiplos olhares dos gestores entrevistados)

Desde os anos 2000, para democratizar o acesso à Educação Superior brasileira, o Governo Federal formulou políticas públicas voltadas para a expansão da oferta de vagas, a construção de novas universidades públicas, a criação de cotas étnico-raciais e sociais e programas de permanência estudantil.

Neste contexto, com o objetivo de fornecer ações efetivas de permanência nas IFES, dando suporte às ações afirmativas de democratização do ensino universitário e atendendo a uma demanda crescente dos dirigentes das IFES, por meio, principalmente, do FONAPRACE, o Governo Federal criou em 2008 o PNAES. Em 2010, esse instrumento legal foi transformado no Decreto nº 7.234/2010.

Diante do volume de recursos públicos que era destinado ao PNAES, e considerando a grande importância que as políticas educacionais no ensino superior ganharam na agenda pública brasileira, sobretudo em época de crise fiscal, conjugado com o momento atual de contingenciamento de recursos para a educação, observa-se uma pressão maior por parte da sociedade por mais eficiência no gasto dos recursos públicos, a avaliação destas e demais políticas sociais se tornou fundamental, tanto para melhorar a transparência governamental como para garantir melhores resultados na educação.

Não obstante, Sanches (2013) ao analisar os trabalhos de Marçal (2011) e Barretos (2003), revela que, embora, a importância da assistência estudantil seja reconhecida e legitimada pela sociedade, as universidades ainda não incorporaram a cultura da avaliação desta política. Segundo o mesmo autor (2013), ainda falta clareza quanto às metodologias de avaliação nos documentos oficiais. Assim, as universidades e Institutos Federais a depender

unicamente desses documentos, encontram dificuldades para realizar avaliações, fundamentais para a verificação das metas e o cumprimento dos objetivos.

Em 2011 é regulamentada através da resolução de nº 40/2011 a PAE/IFPB seguindo as diretrizes do PNAES/2010. Nesse cenário, após cinco anos de execução da PAE, havia uma necessidade urgente de reformulá-la e nesse momento se percebeu dificuldades quanto ao monitoramento e avaliação dessa política, pois não se praticava uma cultura de avaliação institucionalizada.

Para compreender os entraves da PAE-IFPB, inicialmente era preciso entender a estrutura do PNAES a qual repercutia nas ações locais. E para isso, se procurou investigar qual o entendimento dos gestores sobre o PNAES e quais eram os principais desafios para o cumprimento integral do programa. *S1* ao ser indagado, respondeu,

[...] eu vejo como uma política fundamental para que a gente possa consagrar nas instituições públicas o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, sobretudo os estudantes que carregam um histórico de exclusão de vulnerabilidade. Acho que esse programa foi muito bem pensado. Claro precisa de alguns aprimoramentos. A própria questão orçamentária hoje a gente entende que há uma necessidade de fortalecimento (S1).

É possível verificar na fala do entrevistado, que o PNAES é de extrema importância e que foi muito bem elaborado no que diz respeito ao objetivo da permanência e êxito. Porém, assim como outro entrevistado afirmou, o programa necessita ser melhorado. *S2* responde que,

Precisa de alguns aprimoramentos. A própria questão orçamentária hoje a gente entende que há uma necessidade de fortalecimento (S2).

Percebe-se que, o programa de Assistência Estudantil, em sua maioria de transferência de renda, para ser executado depende do repasse financeiro, cujo orçamento está atrelado à vinculação constitucional das receitas da união destinada à educação. Esse fator tem gerado incertezas quanto à continuidade dos serviços ofertados pela Assistência Estudantil, uma vez que as estimativas orçamentárias não devem ser consideradas como garantia de alocação de recursos.

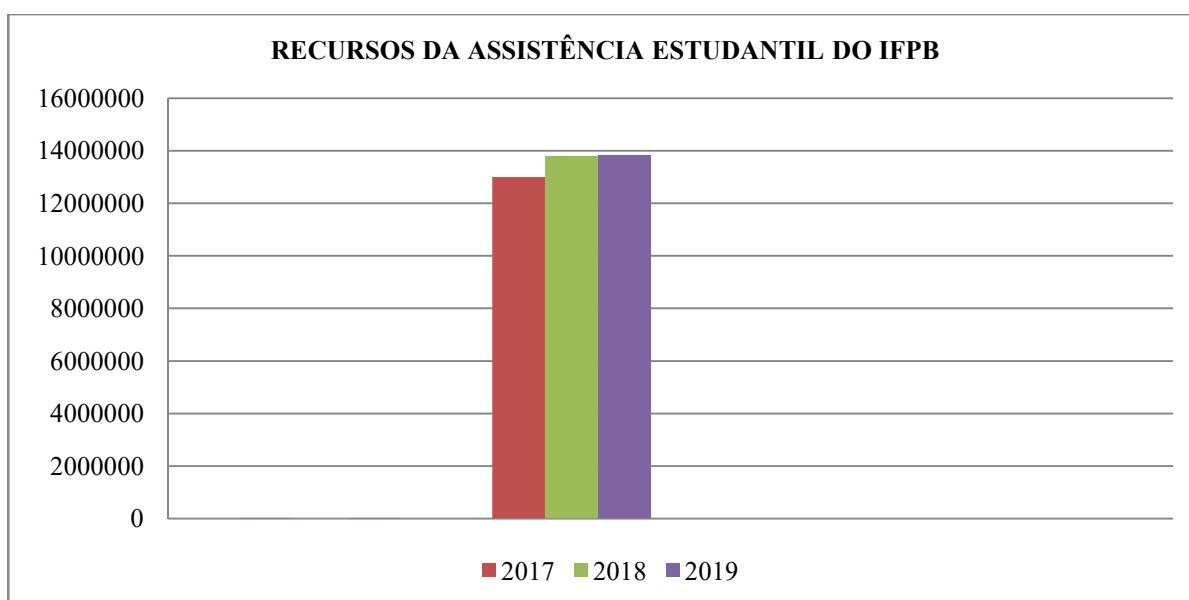
Quanto aos principais desafios para o cumprimento integral do PNAES, todos os sujeitos alegaram que o principal tem sido a questão orçamentária, como fica evidente no discurso de *S1* a seguir,

Eu não tenho dúvidas que hoje uma dificuldade é orçamentária, eu estou muito convencido de que essa política é muito importante e que a gente precisa através de

uma política de governança, de integridade fazer cada vez mais o melhor aproveitamento desses recursos. Eu não tenho dúvida de que hoje temos uma maior necessidade de mais aporte de recursos para a Assistência Estudantil (SI).

SI afirma que, devido à vivência nos últimos anos do agravamento de uma crise, significa a existência cada vez mais de famílias desempregadas e, por conseguinte, tem crescido o número de estudantes que ingressam na instituição com vulnerabilidades sociais mais visíveis e que necessitam da Assistência Estudantil. O que se tem percebido na melhor das hipóteses é que há um estacionamento dos recursos destinados a Assistência Estudantil podendo ser visualizado no gráfico abaixo, enquanto é crescente a demanda reprimida.

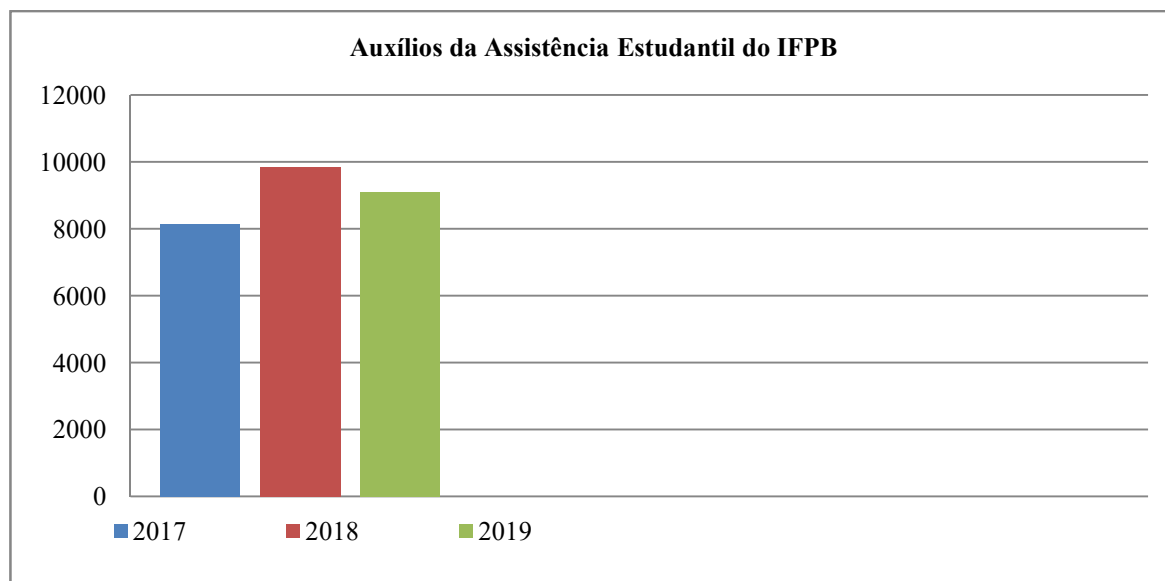
Gráfico 1- Recurso da Assistência Estudantil IFPB



Fonte: Matriz CONIF/2017, 2018 e 2019. Disponível em: <[www.ifpb.edu.br > praf > assuntos > documentos-praf/ area3 > matriz](http://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos-praf/area3/matriz)>.

Quando comparado os recursos da Assistência Estudantil para o IFPB nos últimos três anos, observa-se de fato um estacionamento quanto ao aumento desses recursos, e que segundo o gestor são acréscimos irrisórios frente à quantidade de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e a crescente necessidade de aumentar o número de benefícios para atender a essa clientela, podendo se observar o decréscimo dos benefícios no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Total de benefícios dos programas de Assistência Estudantil de transferência de renda (auxílio transporte, alimentação e moradia)



Fonte: Relatórios de Gestão da Coordenação de Assuntos Estudantis/PRAE/IFPB (2017 2018 e 2019).

Diante dos gráficos apresentados, se percebe que, o estacionamento dos recursos da Assistência Estudantil, bem como, as políticas de contingenciamento na educação praticada nos últimos anos, resultou em uma redução no número de auxílios ofertados à crescente demanda de estudantes em vulnerabilidade social.

Não obstante, outros desafios, não menos importantes que o orçamento, são evidenciados na medida em que são detectadas dificuldades no gerenciamento do programa de acordo com a fala do segundo sujeito (S2) entrevistado. Vejamos,

[...] existem outras ações que não dependem dos recursos como o melhor gerenciamento dos recursos e um melhor acompanhamento (S2).

Quanto à estrutura do programa, se observou que, além das questões de insuficiência de recursos, outro desafio posto foi a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos públicos e o desafio de se realizar uma avaliação permanente da política a qual permita aprimoramentos dos programas, que segundo Faria (2007, p. 42), esse tipo de avaliação detecta eventuais falhas e afere os méritos dos programas durante sua elaboração. Sua tarefa é formativa, permitindo a correção ou a confirmação de rumos. Segundo esse mesmo autor (2007, p. 47),

Difícilmente são realizadas atividades de avaliação formativa o que dificulta a solução de problemas surgidos durante a sua implementação. Uma alternativa para suprir essa lacuna seria aprofundar os conhecimentos do público-alvo, bem como, das condições operacionais de implantações das ações, mediante o exame de dados

secundários provenientes de adequados sistemas de informações gerenciais ou estudos específicos ex-ante quando possível.

Nessa direção, se compreende que, na elaboração da PAE 2011 e na sua execução até 2019, a avaliação durante o processo não foi privilegiada, tendo em vista que a avaliação só ocorreu após cinco anos da política em execução, quando o prazo para a reformulação já havia sido expirado.

Outro aspecto constatado para a execução do programa foi o de recursos humanos para monitorar e avaliar a política. A ausência de equipes multiprofissionais para operacionalizá-la fica evidente no discurso de dois sujeitos (S3 e S4) entrevistados.

[...] outro motivo é a carência de profissionais que trabalham na Assistência Estudantil, de código de vagas de lotação nos Campi. Hoje temos dez ou onze campi sem assistentes sociais e sem falar nos outros profissionais como pedagogos, psicólogos. então fica difícil gerir a política. O trabalho fica muito concentrado em momentos de processo seletivo que se arrasta por muito tempo demandando muito do profissional. E aí compromete muito do acompanhamento e avaliação (S3).

No mesmo sentido, outro entrevistado (S1) afirma,

[...] muitas vezes esbarramos em certas dificuldades, por exemplo quando um campus apresenta alguns problemas e a gente avalia, chegamos a constatação de que há a necessidade da formação de uma equipe multiprofissional e temos dificuldades de compor essas equipes, pois depende da liberação do código de vagas pelo governo federal (S1).

Compreende-se, a partir da fala dos entrevistados, que a falta de uma cultura de planejamento e de práticas avaliativas tem sido uma possível ameaça para a eficiência e eficácia da política que por razões diversas, entre elas a deficiência de recursos humanos, que tem trazido prejuízos ao monitoramento e avaliação.

Outro aspecto detectado como uma dificuldade é a ausência de planos institucionais que favoreçam a qualificação dos agentes públicos, uma vez que, segundo Cavalcante e Guerra (2019, p. 715), se deve considerar que o principal e mais efetivo investimento, feito no contexto do planejamento institucional, não é a adoção de um modelo em si e seus processos avaliativos, mas o investimento na implementação de planos institucionais que favoreçam a melhoria de cursos e seus agentes, como afirma o *Sujeito 1 (S1)*,

O desafio é fortalecer essas equipes multiprofissionais, qualificá-las no sentido de fazer uma avaliação também local que possa dialogar com essa avaliação sistêmica. Um desafio é alimentar o sistema e precisa de grupos de estudos para poder se aprofundar nesses dados e propor caminhos, alternativos. conscientizar que os servidores que trabalham com a política precisam se apropriar e sistematizar essas informações daria mais fundamento a política (S1).

Segundo Cavalcante e Guerra (2019), o investimento nos agentes é capaz de favorecer a formação de profissionais para atuarem em ambientes institucionais cada vez menos previsíveis, mais competitivos e em constante processo de mudança.

Diante dos discursos dos entrevistados, se compreende que, o embasamento do PNAES foi muito bem pensado, porém necessita de aprimoramentos estruturais, como: aumento de recurso financeiro para o programa, boa gestão dos recursos, mais recursos humanos, práticas de uma cultura de monitoramento e avaliação e investimento na capacitação de seus agentes.

No período de operacionalização da PAE/IFPB (2011 a 2019), esses desafios postos foram evidenciados no processo de reformulação da política, o que sobremaneira contribuiu na ocorrência de aspectos de continuidade e descontinuidade da PAE, conforme se abordará no próximo tópico de análise.

6.2. Dimensão de Continuidade e Descontinuidade da Política de Assistência Estudantil do IFPB

O estudo das continuidades e descontinuidades, segundo Spink (2017), se refere às contingências das ações públicas em períodos de alternância de poder. Segundo o mesmo autor (2017), a continuidade pode ocultar descontinuidade de princípios que serão estabelecidos na essência e não na forma. A descontinuidade de políticas públicas educacionais pode, de um lado, representar a fragmentação de ações públicas e, de outro, retratar processos políticos sucessórios e rupturas no processo de gestão da educação. De acordo com Collares (1999, p. 216), as descontinuidades, com seu constante retorno ao ponto zero, é condição essencial para que possa haver o continuísmo, pelas mudanças que se destinam a manter inalteradas as relações de saber e de poder.

Para uma melhor compreensão dos desafios colocados no processo de reformulação, foram abordadas análises pertinentes à continuidade e descontinuidade da PAE-IFPB através da realização de pesquisas documentais, para verificar elementos que contemplasse o monitoramento e avaliação da PAE/IFPB, bem como, foram realizadas entrevistas com quatro gestores com participação significativas no processo de reformulação para atender as inquietações da pesquisa.

Um dos desafios colocados no processo de reformulação foi à descontinuidade da PAE no que tange à participação no processo de construção da política de 2011, em virtude

dos quatro gestores pesquisados, que tiveram significativa participação na reformulação, não apresentarem conhecimento e muito menos participaram da elaboração da antiga política.

Quando indagados sobre ter conhecimento de como se deu o processo de implementação da PAE de 2011 no IFPB, os sujeitos entrevistados responderam,

Eu não estava na ocasião à frente da PRAE até porque ela não existia ainda. Em 2011 eu estava ingressando no IFPB. então assim eu não tive participação naquele processo. O que a gente teve conhecimento a posteriori é que naquele momento principalmente alguns assistentes sociais participaram de uma serie de encontros salvo engano o mais significativo deles foi o encontro de campina grande em que se discutiu a necessidade de implementação dessa política em âmbito de IFPB e isso depois foi incorporado a reitoria a época (S1).

Com resposta similar, o Sujeito 2 (S2) afirma,

Não, porque eu ainda não estava na instituição. Eu entrei em 2011 e como professor eu fui conhecendo a utilização dela. Mas a construção do documento eu não tive conhecimento de como foi feito e como foi implementado, até porque eu ainda não estava na instituição (S2).

É possível entender que, o desconhecimento do processo de implementação da PAE 2011 por parte dos gestores, resultou em dificuldades no que tange à proposição da implementação da atual política à luz de aprendizados orientados pela solução prática dos desafios encontrados. Essa solução se refere à efetividade da implementação, em que os resultados desejados estejam bem definidos e disseminados de maneira integrada. Nesse sentido, Santfort e Mouton (2015) argumentam que, a efetividade da implementação ocorrerá se houver a categorização e a sistematização de estratégias bem sucedidas durante todo processo de implementação da política.

Quando questionados sobre a PAE reformulada 2018, foram elencados aspectos que, também, dificultaram a reformulação, bem como, aspectos considerados positivos vivenciados nesse processo.

No que se refere às dificuldades, se observa a predominância da morosidade na reformulação, conforme constatado na fala de alguns sujeitos,

Acho que o aspecto negativo foi que a Política de Assistência Estudantil não foi reformulada dentro do prazo previsto de 2011 acho que isso de certo modo atrasou um pouco a atualização da política que se tivesse sido atualizada um pouco antes tínhamos avançado em algumas ações que a gente está começando avançar, mas acho que tardou um pouco e o fato de não ter tido um engajamento enfim uma mobilização e uma ação, mas prática no sentido de fazer uma reformulação da política antes da criação da PRAE, porque terminou que essa reformulação ocorreu depois que a PRAE foi criada, acho que essa lacuna se estendeu muito e isso fez com que ações, sobretudo de acompanhamento e de avaliação da PAE terminaram

tardando um pouco o que poderia ocorrer com mais brevidade, acho que isso foi um problema, é tanto que quando se deu a criação da pró-reitoria de Assuntos Estudantis em 2016 essa era a tarefa mais emergencial por que já se tinha perdido muito tempo (S1).

Observa-se, que, de acordo com S1, ocorreram descontinuidades na implementação da PAE 2011, já que a reformulação ocorreu bem depois do que estava preconizado na Resolução de nº 40 de 2011. A implementação da política deixou a desejar quanto ao aspecto de estabelecimento de ações prévias serem colocadas em práticas, acionando a tomada de decisões e execução dos planos diante dos objetivos propostos que, segundo Secchi (2014), aponta para vários estudiosos argumentarem que durante a etapa da implementação é possível identificar os principais desafios enfrentados na gestão das políticas públicas, a fim de mapear os problemas durante o processo de tomada de decisão. S2 vai além quanto à justificativa da morosidade, quando relata,

Um ponto negativo talvez tenha sido o tempo que se levou para concluir, um tempo muito grande. Mas talvez isso tenha se dado em virtude do grande número de pessoas envolvidas na construção do documento, além da falta de regulamentos de muitos programas da resolução de nº 40 de 2011 (S2).

A falta de regulamentações da maioria dos programas ficou bem evidenciada e dificultou a avaliação desses programas, uma vez que não havia objetivos específicos traçados dos programas, então se tornaram desafiador verificar o alcance do programa, assim como, a eficiência, efetividade e os impactos no seu desenvolvimento. Nesse momento, não havia como regulamentá-los, então ocorreu o retorno ao ponto zero de alguns programas. Logo, os parâmetros de avaliação ocorreram através da experiência prática dos atores executores dos programas, no qual cada um tinha uma visão diferente e sem objetivos específicos traçados as discussões se prolongavam.

Outro aspecto negativo constatado no processo de reformulação foi a ausência de mecanismos institucionalizados de monitoramento e avaliação, conforme relata o sujeito a seguir,

Esse foi dos pontos de discussão dos mais importantes, pois mesmo antes do processo de reformulação a auditoria interna do IFPB realizou uma auditoria na Assistência Estudantil e uma das questões suscitadas na época era que a PAE precisava ter mecanismos institucionais permanentes de acompanhamento e avaliação. Reconhecemos que esse trabalho da auditoria interna foi importante e que de fato constatou algo que se verificasse. Era um desafio criar esses mecanismos (S1).

Percebe-se, no discurso do entrevistado acima, que, não existiam mecanismos de monitoramento da PAE, uma vez que o monitoramento, segundo Condé (2012), consiste no acompanhamento da implementação da política com a finalidade de verificar o cumprimento das ordenações e de corrigir eventuais falhas. Já a avaliação pretende averiguar se as metas, os objetivos, a eficiência, a eficácia e a efetividade da política foram alcançadas. Porém, de acordo com S4, isso ocorria de forma muito tímida na PAE. Conforme afirmação abaixo,

No outro documento quando fizemos a leitura isso apareceu muito timidamente, nesse eu sugeri um grupo para monitorar a política de assistência estudantil pra ver se realmente estava atendendo a seus objetivos, se estava cumprindo sua finalidade e pra ver se esses recursos estavam sendo empregado da maneira correta (S4).

Observa-se que, o monitoramento e avaliação, inclusive com seus instrumentos, não estavam previstos no desenho da PAE de 2011, o que ocasionou a necessidade urgente desses mecanismos estarem presentes na nova política, para que ocorresse uma implementação mais efetiva nos campos organizacional e operacional, a fim de que, a PAE se tornasse mais assertiva.

Diante das afirmações elencadas, se percebe que, o processo de reformulação foi moroso, a falta de cultura de avaliação durante o processo, bem como, a ausências de regulamentos da maioria dos programas dificultaram a avaliação da política no final do processo, que segundo Faria (2007, p. 44),

O papel da avaliação, é de buscar o aprimoramento do programa durante o processo de sua elaboração e pode ser usada para testar, rever e redefinir o programa global ou vários de seus componentes: conteúdos, metodologias, treinamento e desempenho das equipes, caracterização do público alvo, configuração dos materiais adotados e o tempo ideal para sua implementação, ou seja, a avaliação formativa.

Não obstante, foram apresentados, também, aspectos positivos da reformulação, no que diz respeito à sensibilização dos atores e a gestão participativa do processo, conforme afirmação de um dos entrevistados,

E ai eu entro no aspecto que foi o mais positivo, foi que nós de fato conseguimos fazer um processo da política com ampla participação já que conseguimos reunir todos os profissionais mais diretamente com a política além dos estudantes e em cada encontro com esses profissionais a gente discutia e os próprios profissionais escolhia os pares para compor uma comissão, foi uma comissão muito ampla, e comissão com participação dos estudantes, dos servidores, representantes das pró-reitorias, essa comissão foi responsável por coordenar o processo de reformulação. Então essa participação ampla permitiu que a gente trouxesse diferentes olhares

pra dentro desse processo de reformulação, como por exemplo o olhar dos estudantes, o olhar das pró-reitorias de pesquisa, extensão, da educação a distancia que recebeu dentro da política um tratamento que a gente entende que é importante que se dê, da educação de jovem e adultos. Então assim eu acho que esse foi o ponto positivo a gente ter essa participação ampla (S1).

No discurso citado acima, se compreende que, as IFES podem reconhecer o valor dos atores sociais envolvidos no processo de implementação a partir da inserção dos mesmos durante a formulação de estratégias dessa política. Na mesma direção, S2 afirma,

Eu acho que foi um marco muito importante a forma como se deu essa construção do documento da Assistência Estudantil do IFPB. Primeiro porque houve a sensibilização dos profissionais da Assistência Estudantil que compõe a equipe da PRAE tiveram sobre essa democratização de vários atores envolvendo educadores físicos, Assistentes Sociais, pedagogos, pessoa da área de saúde, um leque muito grande de profissionais que atuam na Assistência Estudantil da instituição que puderam dá sua contribuição com um olhar para cada um dos programas dentro da política da Assistência Estudantil do IFPB (S2).

Percebe-se que, o discurso da maioria dos entrevistados coaduna com o que Gandin (2001, p. 89) define quanto ao planejamento participativo no que diz respeito que, a construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentes das diferenças menores e fundamentado na igualdade real entre elas.

É importante salientar que, embora o processo tenha procurado envolver de forma participativa todos os sujeitos, à medida que se prolongava o processo de reformulação ocorria um esvaziamento nas reuniões da comissão, onde um dos entrevistados (S4) afirmou que, a reformulação apresentou como um ponto negativo as dificuldades que tiveram em manter o grupo completo durante todas as reuniões.

Decorrido a conclusão dos trabalhos de reformulação, a PAE reformulada encontra-se no desafio do processo de implementação, arena na qual será viável verificar a receptividade dos operadores e público-alvo com as mudanças ocorridas na política, bem como, a sensibilização dos atores envolvidos com sua execução e, também, será o momento oportuno para iniciar os ajustes necessários não previstos na formulação da política. Logo, no próximo item serão abordadas questões relativas ao que se espera da política reformulada.

6.3. Expectativas/Perspectivas para a Política de Assistência Estudantil Reformulada

Diante do exposto e considerando que o PNAES é um programa estratégico para se alcançar a democratização do ensino superior público, o qual recebe uma fatia significativa de

recursos públicos cada vez mais escassos, e, tendo em vista, que o próprio Decreto do PNAES no 7.234/2010 estabelece, no seu Artigo 5º, § único, inciso II, que as IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação desse programa, se aponta para a necessidade de se criar mecanismos que permitam a avaliação do programa, de modo a evidenciar o que deve ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados.

Na lacuna desses mecanismos de acompanhamento, a PAE reformulada de 2018 em processo de implementação em 2020, contemplou um capítulo que trata da Gestão, Acompanhamento e Avaliação, conforme respostas de três sujeitos quando perguntados sobre a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação da PAE. Vejamos,

Hoje com a criação do comitê, quando for bem estruturado, pois ainda estamos na fase de estruturação, quando estruturado vamos ter a possibilidade de fazer uma avaliação permanente da avaliação da PAE IFPB, e aí nós temos dentro do comitê a participação de profissionais da área de saúde, da área de educação física e esporte, cultura, os Assistentes Sociais. E constituímos grupos dentro do comitê, cada grupo se apropriará dentro da temática específica (S1).

Na mesma perspectiva, S2 e S3 afirmam,

Hoje estamos na implantação do comitê de Assistência Estudantil que tem exatamente como objetivo acompanhar e avaliar os programas da Assistência Estudantil com a participação de diversos profissionais que com seus olhares diferenciados podem dar suas contribuições e podem fazer essas avaliações. No momento nos encontramos nesse processo de implementação do comitê de Assistência Estudantil (S2).

A criação do comitê de Assistência Estudantil para está acompanhando e avaliando composto por um representante de cada categoria profissional, mais representante das pró-reitorias e representante das entidades estudantil (S3).

É importante ressaltar que, a criação do Comitê de Assistência Estudantil foi um grande avanço dessa nova política, pois sinaliza para a realização de um monitoramento e avaliação institucionalizado da PAE. Porém, necessita ser efetivado de acordo com afirmações de dois entrevistados,

Hoje a gente executa a política, mas não tem informações de retorno, de avaliar mesmo a eficácia da política (S3).

Nessa política nova agora tem, o que a gente precisa é efetivar o trabalho com uma comissão multidisciplinar, mas não tivemos efetivamente seu funcionamento (S4).

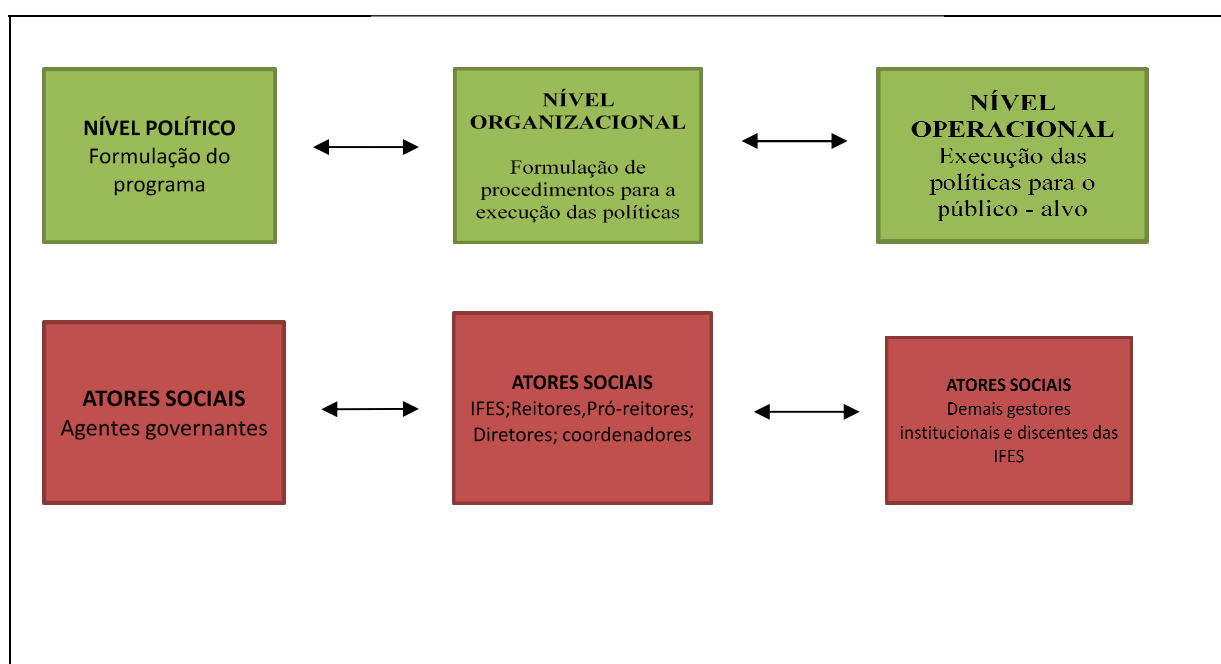
É perceptível que, o mecanismo institucionalmente foi criado, no entanto, desafios estão sendo postos quanto à sua consolidação e implementação. Entre eles, a elaboração de instrumentos específicos para o monitoramento e avaliação dos programas da política.

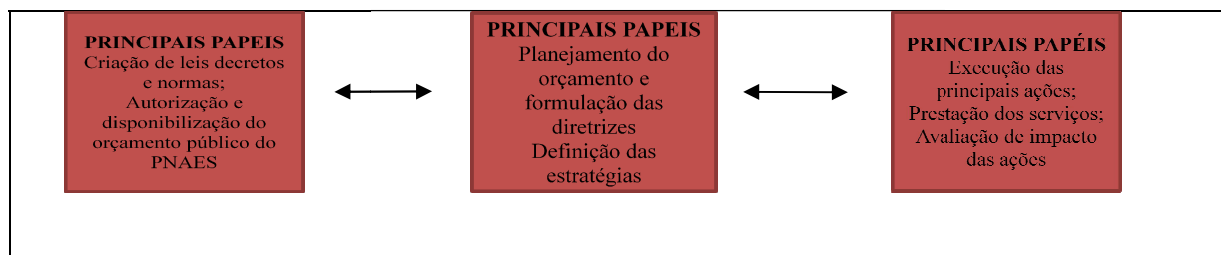
No momento do desenvolvimento deste trabalho se verificou que, dos programas da PAE reformulada, apenas um programa, que é o de Apoio à Permanência do Estudante, se encontra em processo de regulamentação e implementação, não existindo até o momento um instrumento de monitoramento e avaliação para esse programa, que por sinal será o de maior investimento.

Diante dessa necessidade latente, se propôs nesse trabalho a elaboração de um instrumento que possa subsidiar nesse monitoramento e avaliação do programa para contribuir na sua efetivação. Acredita-se que, o estabelecimento do desenho do programa e a partir deste, a criação de indicadores para monitorar cada uma de suas etapas seja importante para possibilitar futuras avaliações, de modo a evidenciar se essa política pública de assistência estudantil tem sido eficiente, bem como, uma ferramenta útil para o planejamento, monitoramento e correções de eventuais falhas na execução do Programa.

Para tanto, é importante que, o processo de implementação da PAE reformulada ocorra dentro de uma visão sistêmica, na interação entre atores e ambiente para o surgimento de ações estratégicas. Nessa perspectiva, Lima e Davel (2017, p. 09) apresentam um esquema de implementação que se aplica ao PAPE do IFPB, conforme figura a seguir.

Figura 4 – Sistema de implementação das Políticas de Assistência Estudantil





Fonte: Lima e Davel (2017, p. 09).

Segundo os autores mencionados, o sistema de implementação propõe uma prática efetiva das políticas. Estrategicamente, se descreve além do contexto governamental e IFES, os níveis, os seus atores sociais e principais papéis.

Na figura acima, cada IFES tem sua estrutura administrativa, a definição das funções e as ações específicas da política. O contexto governamental se refere ao nível político, enquanto que as IFES incluem os níveis organizacionais e operacionais. O nível político tem como premissa a formulação da política (PNAES), que tem como principais atores sociais os agentes governamentais, desempenhando os papéis de formulação legal e disponibilização do orçamento. O nível organizacional, por sua vez, recebe tais recursos advindos do governo e formulam os procedimentos para que a execução seja realizada, geralmente reitores, diretores e/ou coordenadores são os atores responsáveis a realizar o planejamento, criação de diretrizes e estratégias das políticas. No nível operacional, ocorre a execução das políticas frente ao público alvo. Nessa fase, ocorre às práticas vivenciadas nos diversos *campi* das IFES, nas quais ações são implementadas, gestores locais e discentes compõem os principais atores sociais.

De acordo com Lima e Davel (2017), as setas da figura propõem e indicam a interação dos atores sociais envolvidos com o fenômeno da Assistência Estudantil, a fim de garantir que os desafios de cada nível sejam devidamente mapeados e entendidos.

Dessa forma, se almeja uma implementação da PAE - IFPB efetiva e estratégica tanto em nível organizacional quanto operacional, que permita um monitoramento e avaliação permanente institucionalizada dessa política reformulada.

Logo, para mapear o cenário da PAE, se contemplou nessa pesquisa a elaboração da matriz SWOT, conforme explicitada no item a seguir.

6.4. Matriz SWOT da Política de Assistência Estudantil do IFPB

Para elucidar de forma mais clara o resultado da pesquisa, foi construída uma matriz SWOT que permitiu de forma suscita realizar o diagnóstico das principais dificuldades na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da PAE.

É importante ressaltar que, durante a análise dos dados das entrevistas, foi possível detectar a existência de um cenário com pontos fortes e fracos da política ora estudada, bem como, ameaças e oportunidades. Então, se considerou importante a utilização, embora de forma não aprofundada, da análise SWOT que, segundo Guerra e Ribeiro (2019, p. 05), “[...] se constitui em um método de efetiva relevância na identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em que a empresa se insere”. Para a elaboração da matriz SWOT da PAE-IFPB, fundamentou-se nos trabalhos produzidos por Cavalcanti e Guerra (2019, p. 703), as quais definem a análise SWOT como,

Uma ferramenta de Gestão muito utilizada porque nos permite promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como, de possíveis linhas de ação. Seu objetivo é conhecer o ambiente interno da organização – através da definição de seus pontos fortes e fracos em relação às demais instituições – bem como identificar o ambiente externo a organização, que são as ameaças e oportunidades.

Nessa direção, a partir de análises documentais e das entrevistas *in locu*, foi elaborada uma matriz SWOT que procurou contemplar os principais desafios, oportunidades, pontos fortes e fragilidades da PAE-IFPB, podendo ser visualizada na matriz ora elucidada.

Principais conceitos dos elementos da Matriz SWOT aplicada à Avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPB: visão a partir de diagnóstico obtido através das atas de reuniões e entrevistas realizadas *in locu* com quatro gestores atuantes no processo de reformulação da PAE situação do IFPB (PAE/IFPB/2016/2018).

Quadro 7 - Matriz Swot da Política de Assistência Estudantil do IFPB

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB; ✓ Construção de um capítulo na PAE reformulada que trata de acompanhamento e avaliação da PAE; ✓ Formação do Comitê de Assistência Estudantil; ✓ Formação de comissões para elaboração dos regulamentos dos programas da PAE; ✓ Recurso para a Assistência Estudantil; ✓ Qualificação da equipe multiprofissional que atuam na PAE; ✓ Programas e Processos seletivos da Assistência Estudantil que conferem maior confiabilidade aos beneficiários dos programas de transferência de renda da Assistência Estudantil; ✓ Responsabilidade Social das IFES; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de instrumentos institucionalizados para realização do Monitoramento e Avaliação dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB (Resolução de Número 40° de 2011); ✓ Falta de Transparência na distribuição dos recursos da Assistência Estudantil; ✓ Morosidade na construção de documentos regulatórios dos programas da PAE; ✓ Dificuldades de articulação da equipe multiprofissional; ✓ Demanda reprimida não beneficiada com os programas da PAE; ✓ Evasões e retenções em virtude do não recebimento do auxílio financeiro para a permanência e conclusão do curso; ✓ Dificuldades na elaboração de ferramentas institucionalizadas e sistematizadas para otimização e melhor qualidade das informações para a realização do acompanhamento e avaliação dos programas da PAE; ✓ Falta de uma cultura institucional de planejamento; ✓ Frustração que ocorre quando mesmo que se tenha planejado ações que demandem muitos recursos, se os recursos não forem autorizados e liberados, as ações planejadas não serão implementadas;

Quadro 7 - Matriz Swot da Política de Assistência Estudantil do IFPB

AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Políticas de monitoramento e avaliação do PNAES; ✓ Política de investigação científica que favoreçam a pesquisa a operacionalização do PNAES; ✓ Publicação científica sobre a temática da Assistência Estudantil; ✓ Capacidade de captação de recursos. ✓ Capacidade de captação do gerenciamento de recursos; ✓ Adoção de um sistema informatizado para o monitoramento e avaliação do PNAES. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manutenção da infra estrutura institucional dependente de Licitações demoradas e excessivamente burocratizadas ✓ Falta de uma política de planejamento de manutenção da infra estrutura institucional, de equipamentos, de tecnologia da informação (TI), restaurantes universitários para uma melhor assistência ao estudante e etc; ✓ O orçamento das IFES está atrelado à vinculação constitucional das receitas da União destinadas à educação; ✓ Incertezas em relação à sustentabilidade financeira porque a matriz de partição de recursos entre as IFES considera o valor básico de custeio e o número de alunos equivalentes (baseado em número de matrículas, número de concluintes, taxas de evasão, grau de complexidade dos cursos, entre outros); ✓ Resistência das IFES às políticas de planejamento e de práticas avaliativas ✓ Sustentabilidade financeira das IFES depende de sua expansão quantitativa e da melhoria de seus indicadores de eficiência e eficácia, em grau, no mínimo, igual à média do Sistema Federal de Ensino Superior; ✓ O Orçamento das IFES depende da aprovação de sua proposta por parte do Governo Federal; ✓ O Orçamento do Governo Federal está exposto a fatores flutuantes, tais como o aumento ou diminuição da arrecadação; ✓ As estimativas orçamentárias das IFES não devem ser consideradas como garantia da alocação de recursos; ✓ Necessidade dos Gestores se manterem constantemente atualizados sobre a legislação de execução orçamentária e financeira, de acordo com as diretrizes do TCU e CGU, para evitar responder judicialmente, por ações consideradas inadequadas, por esses órgãos fiscalizadores; ✓ Obtenção de Códigos de Vagas para formação de equipes multiprofissionais nas IFES.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Cavalcante e Guerra (2019, p. 41).

Diante das informações visualizadas na matriz SWOT, ocorreu um direcionamento no planejamento de ações para se alcançar uma boa prática de gestão pública que se enquadre nas orientações do PNAES, pois segundo Ball (2004), é imprescindível que aconteça a implementação de mecanismos de avaliação institucional como o planejamento estratégico das ações governamentais.

Nesse diagnóstico anunciado na matriz, se constatou que, o cenário da Política de Assistência Estudantil em processo de implementação, necessita da efetivação de mecanismos de monitoramento e avaliação. Para tanto, para atender a um dos objetivos desse trabalho, se elencou uma proposta de monitoramento e avaliação do programa de Apoio à Permanência do Estudante, em processo de implementação no momento de desenvolvimento dessa pesquisa, a qual será abordada no próximo item.

6.5. Proposta para o Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência Do Estudante

Para atender às perspectivas da pesquisa, foi sugerido um instrumento de monitoramento e avaliação do programa de Apoio a Permanência do Estudante (verificar em Apêndice D), que contemplasse indicadores que possibilitasse o monitoramento e avaliação de forma informatizada desse programa, com a pretensão de realizar um acompanhamento eficiente que contribuirá sobre maneira com o planejamento de recursos e estimativas de possíveis auxílios.

Além disso, essa ferramenta possivelmente proporcionará informações atualizadas do perfil socioeconômico dos estudantes da instituição e verificar qual a sua real demanda em relação ao programa, servindo de embasamento para o aumento de repasse de recursos e até mesmo para o surgimento de outras ações.

Para tanto, foram estabelecidos alguns indicadores possivelmente necessários ao monitoramento e avaliação desse programa. Baseando-se em Penha (2015, p 137), se utilizou na construção dos indicadores a classificação adotada pelo sistema de avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no qual os indicadores são divididos em: *estrutura* (valores relativos à execução físico-financeira); *processos* (valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa) e *resultados* (valores relativos ao alcance das metas), conforme se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 8 - Sugestões de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação do Programa Apoio a Permanência do Estudante do IFPB

Indicador	Descrição	Classificação	Periodicidade	Variáveis Envolvidas	Fontes das Variáveis
Índice de vulnerabilidade social (IVS).	Expressa o grau de vulnerabilidade social do estudante	Processo	Avaliação a cada dois anos conforme minuta de regulamento do IVS em anexo B.	Tabela de pontuação do IVS em anexo.	Resultado da análise socioeconômica para definição de IVS do estudante regidos por edital específico em cada um dos <i>Campi</i> do IFPB.
Número de alunos beneficiários.	Expressa o quantitativo de alunos beneficiários do programa	Processo	Semestral	Quantidade de auxílios distribuídos por aluno, número total de benefícios.	Relatório gerencial da CAEST/PRAE.
Número de Demanda reprimida de alunos.	Expressa a quantidade de alunos que mesmo atendendo aos critérios para serem contemplados devido ao número insuficiente de vagas do programa não são beneficiados.	Processo	Semestral	Quantidade de auxílios necessários para contemplar todos os estudantes que atendam aos critérios do processo seletivo da Assistência Estudantil.	Relatório sistêmico da CAEST/PRAE do processo seletivo da Assistência Estudantil.
Número de beneficiários com melhoria no rendimento .	Expressa o quantitativo de estudantes com melhoria no rendimento acadêmico após o ingresso no programa.	Resultados	Semestral	Índice de desempenho/rendimento do aluno, número de alunos beneficiários com rendimento insatisfatório/satisfatório previamente ao ingresso no programa.	Relatório desempenho acadêmico, Histórico Escolar.

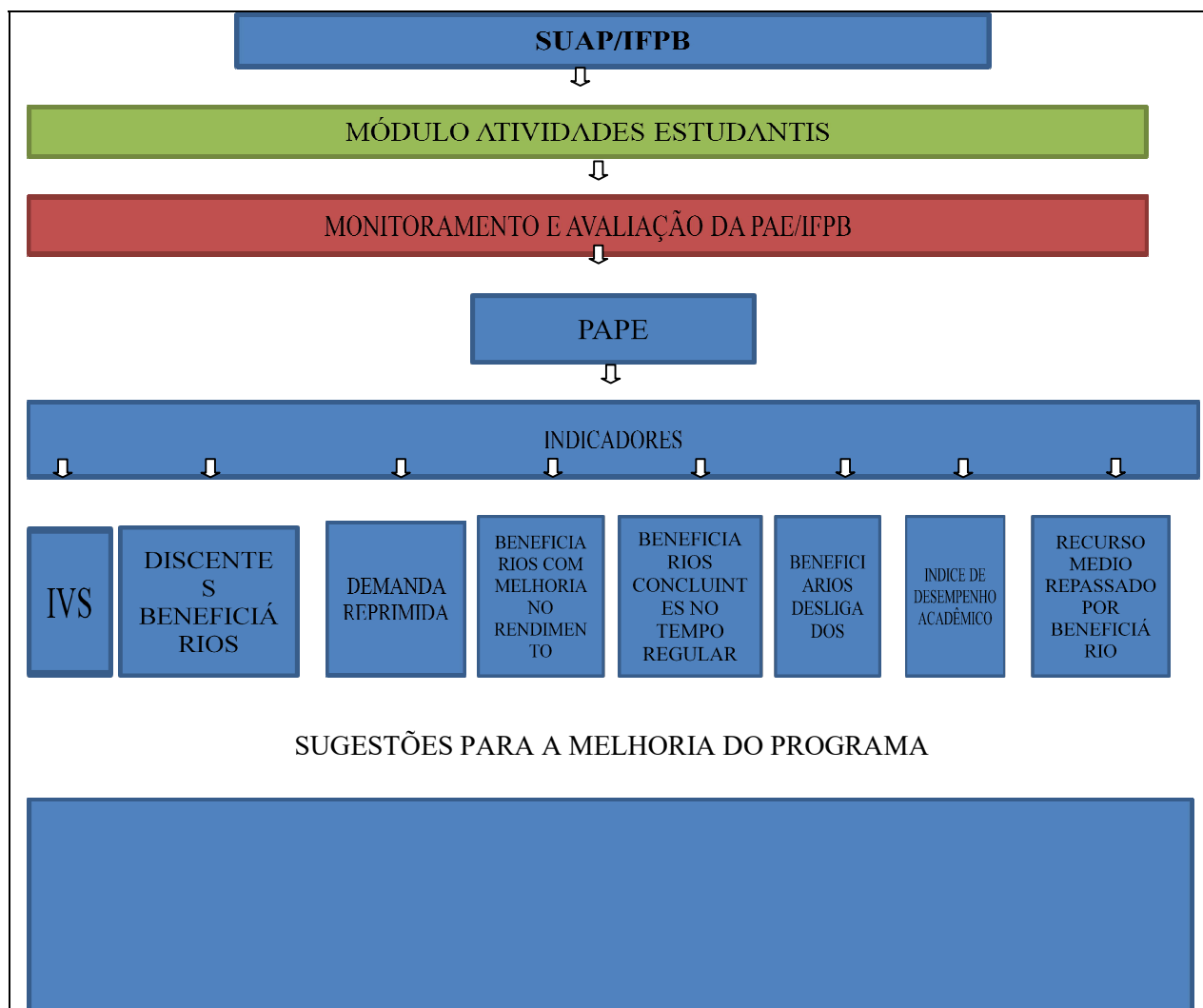
Quadro 8 - Sugestões de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação do Programa Apoio a Permanência do Estudante do IFPB

Indicador	Descrição	Classificação	Periodicidade	Variáveis Envolvidas	Fontes das Variáveis
Número de beneficiários com conclusão de curso no tempo regulamentar.	Expressa o quantitativo de beneficiários que concluem o curso no número de semestre regular.	Resultados	Semestral	Duração em semestres nos cursos; cursos com histórico de grande número de reprovações.	Relatórios de retenção nos cursos e histórico escolar.
Número de beneficiários desligados do programa	Expressa o quantitativo do número de beneficiários desligados do programa.	Processo	Semestral	Reprovações, trancamentos, mudanças de cursos, perfil socioeconômico	Histórico escolar, relatório de Assistência estudantil dos Campi.
Índice de rendimento no desempenho acadêmico	Expressa o desempenho acadêmico de cada beneficiário	Processo	Semestral	Rendimento acadêmico no semestre anterior	Histórico escolar
Recurso médio repassado por beneficiário.	Expressa o valor médio de recurso distribuído para cada aluno beneficiado.	Estrutura	Mensal/semestral	Auxílio(R\$) recebido por estudante, número de auxílios recebidos por estudante.	Relatório sistêmico da CAEST/PRAE.

Fonte: Dados da pesquisa documental e de campo sobre Monitoramento e Avaliação da PAE/IFPB (2019). Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que, diante das definições dos indicadores, foi proposto que o monitoramento e avaliação do programa de Apoio a Permanência do Estudante sejam realizados através de um instrumento informatizado composto de questões que respondam aos indicadores elencados a serem preenchidos no momento da criação da aba Monitoramento e Avaliação da PAE-IFPB/ Programa de Apoio a Permanência do Estudante, que deverá ser situada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) na aba Atividades Estudantil. Conforme sistematizado abaixo.

Figura 5 - Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A pretensão do produto sugerido é que o sistema gere dados quantitativos e qualitativos que subsidiem um monitoramento e avaliação eficiente, eficaz e efetivo específico por Campus, bem como, informações da instituição como um todo sobre o Programa de Apoio a Permanência do Estudante. Ressalta-se que, os indicadores a serem monitorados exemplificados na Figura 5, não esgotam as possibilidades de ajustes e criação de novos indicadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou como objetivo verificar se no processo de reformulação da PAE/IFPB foi contemplado o monitoramento e avaliação, para propor, a partir dos resultados obtidos, uma abordagem de monitoramento para uma avaliação permanente do Programa de Apoio a Permanência do Estudante da Política Reformulada. Para realizar essa investigação, nos pautamos na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Primeiramente, se realizou a pesquisa documental, utilizando documentos legais e institucionais, como também, pesquisa bibliográfica de autores que se debruçaram sobre avaliação de políticas públicas na Educação Superior e em específico da Assistência Estudantil.

Observou-se no percurso histórico que, a Assistência Estudantil no Brasil passa a ser uma ação legitimada no contexto das universidades brasileiras a partir do processo de democratização do acesso às IFES, quando começou a se diversificar as camadas sociais que nelas passaram a adentrar, em meados da década de 1960, modificando o viés elitista de seu nascedouro na década de 1930. Sua inserção na agenda pública, porém, é fruto de um contexto mais recente desencadeado na primeira década dos anos 2000, sob a influência de uma proposta de retomada do papel do Estado em prol do desenvolvimento nacional, envolvendo as esferas econômicas e sociais.

Assim, com a expansão da Educação Superior Federal, ocorrida a partir dos anos 2000, e a reserva de cotas para ingresso nas universidades, se modificou o perfil dos estudantes, possibilitando o ingresso de alunos de classes socioeconômicas mais baixas, o que tornou essencial o fortalecimento das ações de assistência estudantil, visando minimizar as dificuldades dos graduandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, em 2010, foi regulamentado pelo decreto de nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, demandando-se das IFES, nessa conjuntura, a elaboração na política local seguindo as diretrizes do PNAES.

Nesse contexto, em 2011 foi formulada e operacionalizada a PAE-IFPB, que entre os anos de 2016 e 2018 foi reformulada, momento em que se percebeu a necessidade de fortalecimento da política no que diz respeito em avaliá-la sistematicamente, permitindo um melhor planejamento e desenvolvimento das ações de assistência ao estudante desenvolvidas no IFPB. Verificou-se nos documentos analisados que, na PAE 2011 não haviam mecanismos institucionalizados de monitoramento e avaliação. O acompanhamento se dava de forma muito tímida, não institucionalizada e muito menos informatizada, sendo possível observar a existência de apenas três programas regulamentados dos onze existentes nessa política. É

importante frisar que, com a reformulação foi inserido um capítulo na PAE reformulada que tratasse dessa temática (Gestão, Acompanhamento e Avaliação). No entanto, durante a pesquisa de campo, se percebeu através da fala dos gestores entrevistados que esse mecanismo ainda precisa ser consolidado.

Foi possível verificar na pesquisa de campo a existência de pontos fracos e fortes da política, tais como o de que, o gerenciamento de recursos da Assistência Estudantil não ocorria de forma eficiente, justamente por falta de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação dessa política. Também, se detectou a necessidade da contratação e formação de equipes multiprofissionais para o acompanhamento da política, bem como, a capacitação dos profissionais para saber gerir e operacionalizar a PAE. Em relação aos pontos fortes, destacou-se o planejamento participativo do processo de reformulação da PAE e a elaboração de um capítulo na nova política que sinalizasse para o monitoramento e avaliação.

Na análise de conteúdo baseada em Bardin (2011), das entrevistas *in locu* foram contempladas três categorias (dimensão estrutural, dimensão de continuidade e descontinuidade; e a dimensão de expectativas/perspectiva da PAE reformulada), que subsidiaram a análise de aspectos que fragilizavam e fortaleciam a política, bem como, outras situações ameaçadoras e com oportunidades explicitadas na matriz SWOT. No entanto, o trabalho caminhou no sentido de se realizar o monitoramento e avaliação, em específico, do Programa de Apoio a Permanência do Estudante, com pretensões de aprofundar a análise SWOT de todos os programas da política reformulada em trabalhos futuros.

Vale salientar que, foram localizadas poucas pesquisas relacionadas ao monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil que, por conseguinte, nos desafiou a elaborar uma proposta inédita a nível local de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil reformulada do IFPB. Nessa proposta, foram elencados indicadores para o Programa de Apoio a Permanência do Estudante, Primeiro programa da PAE-IFPB em processo de implementação em 2020 e o de maior investimento financeiro. Para a construção dos indicadores, se considerou importante contemplar aspectos da execução financeira do programa, as etapas que fazem parte da execução do programa e o alcance das metas de permanência e conclusão com êxito dos beneficiários do programa.

Além das sugestões dos indicadores, se propôs que esse monitoramento e avaliação do Programa ocorram de forma informatizada, e para tanto, há a pretensão da inserção no SUAP/ módulo Atividades Estudantis do instrumento ora elaborado no decorrer da pesquisa, o qual poderá possibilitar um monitoramento e avaliação permanente do Programa de Apoio a Permanência do Estudante, o que contribuirá sobremaneira na avaliação eficaz e eficiente do

Programa, desde a sua implementação até os resultados alcançados. Vale ressaltar que, a contribuição desse trabalho para a instituição é de grande relevância, pois na medida em que o acompanhamento do programa for ocorrendo de forma institucionalizada com metas bem definidas, poderá correr um melhor gerenciamento dos recursos da Assistência Estudantil, assim como, diante dos dados apresentados, a instituição terá subsídios importantes para aumentar o repasse de recursos e realizar o planejamento de futuras ações não previstas no momento da formulação do programa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Estevão de. **Gestão Educacional Assistência Estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba *Campus* João Pessoa**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ALVES, J. M. **A Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública**. Paraná, 2004. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/filesflutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes.completo.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem- Estar. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22613.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1946. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.bitstream.htm> handle>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 448. Brasília, DF, 2006.

_____. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do Art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES.

_____. **Lei nº 5.692**. Fixa Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dn1.bpdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Lei nº 10.172**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. **Ministério de Educação e Cultura**. Portaria do Ministério da Educação nº 378 de 09 de maio de 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 39**. Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAE. Brasília, 2007.

CAVALCANTE, L. M. R.; GUERRA, M. das G. G. V. Diagnóstico Institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da Análise SWOT. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 694-718, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/270>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

COELHO, Mônica Josiane. **A política de assistência estudantil e a contra reforma universitária**: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2012. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2012. p. 78-100.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima.; MOYSÉS M. A. A.; GERALDO J. W. Educação continuada: a política da descontinuidade. **Educação e sociedade**, ano XX, n. 68, dezembro/1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a11v2068.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Da Paraíba/Campus João Pessoa**: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do Ensino Superior. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

FARIA, Regina M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: _____. RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 5 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de estudos especiais, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1910-1940)**. João Pessoa - PB: A União, 2002.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** – aprovado pela ANDIFES. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: _____. Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. **Currículo sem Fronteiras**, Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo, Porto Alegre, v.1, n.1, p.81-95, jan-jun. 2001.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. 2017. 170p. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, D.C. **O Materialismo Histórico-Dielético como enfoque metodológico para Pesquisa sobre Políticas públicas em Educação**. Disponível em: <www.

histedbr.fe.unicamp.br.../acer_histedbr/jonarda/jirnada11/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

GUERRA, M. das G. G. V.; RIBEIRO, W. L. Avaliação de Cursos a partir do SINAES: uma análise para a melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. **Revista educação em questão**, Natal, v.57, n. 53, p. 1-26, jul./set.2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/17064>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

IFPB. **Histórico institucional**. Disponível em:

<<http://editor.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Ata da Reunião de Planejamento da Reformulação da Política de Assistência Estudantil no dia 26 de setembro de 2016**. PLANEDE 2025 do IFPB.

_____. **Resolução Ad Referendum nº 25** de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB e revoga a Resolução C.S. nº40/2011. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 40**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPB, 2011. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Resolução nº 151**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Transporte Estudantil do IFPB. João Pessoa, 2014 Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Resolução nº 155**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Moradia Estudantil do IFPB. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Resolução nº 156**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Alimentação Estudantil do IFPB. João Pessoa, 2014. Disponível em:

<<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Resolução nº 246**. Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba nos termos da legislação em vigor. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Resolução nº 277**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 do IFPB. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A Trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. In: _____. **Serviço Social e Sociedade**, n. 129, p. 285-303, maio-ago. 2017.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282017000200285&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 15 de jan.2018.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio de direitos**. Aline VieroKowalski, 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, W.A.S.; DAVEL, E.P.B. A Perspectiva da Efetividade na implementação das políticas públicas de Assistência Estudantil no Ensino Superior. In: _____. SEMEAD, Seminário em administração, 20., **Anais eletrônicos do XX SEMEAD**. São Paulo: USP, 2017.

MINAYO, M.C. S. (Org). **Pesquisa Social, Teoria Método e Criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão**.

2015.185f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

PINTO, Carolina Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, 2015.

RAMALHO, Ludmila Elenora. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. 163p. Dissertação (Mestrado em gestão e avaliação da educação pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do *Campus*: Impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, FLACSO, GEA, UERJ, LPP, n. 9, jan-jun. 2016.

ROCHA, Maria do Socorro Vasconcelos. **A Assistência Estudantil no IFPB Campus João Pessoa**: uma análise do programa bolsa de trabalho demanda social. 2009. 71 p. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL**, Fortaleza, UFC, n. 1, 2008. Disponível em <<http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>>. Acesso em: fev de 2019.

_____. Análise de conteúdo e trajetória institucional na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa: UFPB, n. 16, 2011. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso em: abr. de 2016.

SANDFORT, J. R.; MOULTON, S. **Effective Implementation in Practice: Integrating Public Policy & Management**. San Francisco: Jossey-Bass, 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SHACHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de Programas de Assistência Estudantil. **Revista história, movimento e reflexão**. v. 01, n. 01, p. 01-16, 2013.

SPINK, Peter.; CLEMENTE, Roberta.; KEPPKE. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa**: uma Análise de Fatores que contribuem para a manutenção de programas, projetos e atividades públicas de êxito em governos locais brasileiros. São Paulo, 2001.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul-dez. 2010.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar.; NOGUEIRA, Patrícia Simone.; DALUZ, Jackeline Nascimento Noronha. **Políticas Públicas de Acesso na Educação Superior**: uma análise a partir dos indicadores da realidade. Interfaces da Educação Superior no Brasil. Curitiba: Editora CRV. 2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. R. K. **The case crisis**: some answers. Study Administrative Science Quarterly, 26 (1), 58-66, (1981). Disponível em:
<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTORES QUE PARTICIPARAM DA IMPLEMENTAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA PAE-IFPB

QUESTÕES QUE ABORDEM O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)?
1. Qual o seu entendimento sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil?
2. A Política de Assistência Estudantil tem contribuído na redução nas taxas de retenção e evasão?
3. Quais são os principais desafios da gestão para o cumprimento integral do PNAES?
QUESTÕES QUE ABORDEM A IMLEMENTAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PAE) IFPB
1. Tem conhecimento como se deu o processo de implementação da PAE no IFPB (Resolução de nº 40 de 2011)?
2. Como se deu o processo de reformulação da PAE entre 2016 e 2018 (apontar os aspectos positivos e negativos)?
QUESTÕES QUE ABORDEM MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB
1. No IFPB existem mecanismos institucionalizados de acompanhamento e avaliação da PAE?
2. O acompanhamento da PAE é realizado? Se afirmativo, quais ações são executadas para esse fim?
3. A avaliação da PAE é realizada? Caso afirmativo, quais ações são executadas?
4. O processo de reformulação da PAE conseguiu avaliar de forma efetiva a Política?
5. Quais ações você sugere para a realizar o monitoramento da PAE reformulada-IFPB?
6. Quais ações você sugere para realizar a avaliação da PAE reformulada-IFPB?

APÊNDICE B - REGISTRO DE ENTREVISTAS

QUESTÕES QUE ABORDEM O PNAES			
1. Qual o seu entendimento sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil?			
S1	S2	S3	S4
<p>“Eu vejo como um programa de fundamental importância dentro do escopo de políticas públicas voltadas para a permanência e êxito do estudante especialmente na rede pública de educação, então é um programa que estabelece áreas fundamentais para que o estudante possa ter viver uma vivência acadêmica com êxito e que possa ter prosperidade acadêmica e permanência além de e ser um programa vinculado a uma disponibilidade orçamentária pra que essas políticas possam ser implementadas com mais qualidade. Então eu vejo como uma política fundamental para que a gente possa consagrar nas instituições públicas o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes sobretudo os estudantes que carregam um histórico de exclusão de vulnerabilidade. Acho que esse programa foi</p>	<p>“No meu entendimento é um programa que tem como objetivo regulamentar toda a Política de Assistência Estudantil em âmbito nacional. É um avanço ter isso de maneira documentada para que se possa ter parâmetros e horizonte na implementação dessa política em todo o Brasil. É um avanço, mas é um processo que precisa ser melhorado a medida que vai sendo colocado em prática vai se percebendo alguns pontos que podem ser melhorados, mas a implementação não se resolve por si só, também tem que ser acompanhado com outras ações que possam ajudar na sua própria efetivação”.</p>	<p>“eu acho que é uma ação necessária tendo em vista o histórico da política de Educação no Brasil principalmente de educação superior que se estende aos Institutos aos cursos técnicos integrados, mas eu acho que é importante porque só o acesso no sentido da seleção não é suficiente pra que grande parte do público da universidade e institutos dê continuidade ao curso, então a gente que diariamente tem contato com estudantes e nesses processos seletivos da Assistência Estudantil a gente tem acesso ao contexto socioeconômico desses estudantes a gente sabe das dificuldades deles em permanecer nos cursos mesmo sendo atendidos pela política de Assistência</p>	<p>“Nós fomos convidados para fazer parte dessa comissão em 2016 para fazer parte dessa comissão e tive que dá uma estudada, pois por mais que a gente trabalhasse com articulação com os Assistentes Sociais o documento Nacional de Assistência Estudantil eu não tinha um conhecimento mais profundo, pra mim eu acho que a Política de Assistência Estudantil é uma ferramenta importante para facilitar a permanência do aluno na instituição principalmente aqueles que estão em vulnerabilidade pra que eles consigam realmente desenvolver suas atividades acadêmicas e tentar realmente ter êxito no estudo, na instituição escolar”.</p>

<p>muito bem pensado. Claro precisa de alguns aprimoramentos. A própria questão orçamentária hoje a gente entende que há uma necessidade de fortalecimento, mas ele é fundamental por isso temos definido como uma conquista importante um direito dos estudantes das instituições públicas”.</p>		<p>Estudantil. Então eu acho que é uma ação necessária mas que precisa sempre ser melhorada”.</p>	
<p>2. A Política de Assistência Estudantil tem contribuído na redução nas taxas de retenção e evasão?</p>			
<p>S1</p>	<p>S2</p>	<p>S3</p>	<p>S4</p>
<p>“É veja bem, agente carece de estudos que possam dá mais consistência a essas análises eu particularmente entendo que a instituição precisa avançar no que diz ao monitoramento e sobre tudo as avaliações dessas articulações entre a política de Assistência Estudantil, retenção e evasão. Temos um estudo que já foi feito certo tempo dentro de um plano de êxito acadêmico definido; é tanto que esse plano foi recentemente aprovado no conselho superior ele é produto de um trabalho realizado por uma comissão que realizou visitas em várias unidades realizou entrevistas em vários momentos com</p>	<p>“Sem sombra de dúvidas a Política de Assistência Estudantil traz grandes avanços especificadamente no IFPB a Política de Assistência Estudantil tem contribuído na permanência. É o instrumento mais importante para a melhoria do desempenho do estudante. Há falhas no programa, porém tem que ter mais elementos para afirmar que essas falhas contribuem na retenção do discente”.</p>	<p>“eu acredito que sim, principalmente porque em campus do interior a gente tem essa visibilidade no tocante ao transporte dos estudantes. no interior não tem transporte público a gente mora em estado que as áreas rurais dos municípios menores são muito extensas então tem estudante que mora dentro do município que está situado o campus mas fica a trinta quilômetros de distancia do domicilio do estudante, então nesse sentido que a política de assistência estudantil ela favorece a permanência</p>	<p>“Sinceramente acho que tem diminuído mais as taxas de evasão, mas de retenção as políticas de Assistência estudantil não tem chegado tão firmemente nesse ponto. Colocando no contexto de nossa instituição eu tenho próximo pessoas da minha família que estudaram no IFPB na época CEFET ainda tiveram participação nesses programas de bolsas e pra grande maioria foi um incentivo muito grande para a permanência e quanto para a dedicação no estudos e hoje eles atuam na área e assim consideram que a</p>

<p>estudantes e servidores e lá fica muito evidente que alguns estudantes e os poucos evadidos que eles conseguiram dialogar fazem queixa do pouco recurso da Assistência estudantil que isso de certo modo teriam contribuído para a sua saída e para alguns fracassos. Então a medida que essa política é eficiente é claro que ela contribui mas não temos estudos que nos tragam indicadores precisos onde é que a política de Assistência Estudantil em que percentual ela tem contribuído para a permanência dos estudantes ou onde é que a falha da política de assistência estudantil tem contribuído para retenção e evasão. Então eu não me atreveria a colocar onde ela está incidindo mais porque de fato não temos dados que nos de mais segurança o que eu não tenho nenhuma dúvida é que o programa nacional de Assistência Estudantil e a nossa Política de AS no ifpb tem contribuído de forma</p>		<p>do estudante e reduz a evasão dos cursos porque é uma forma de se não garantir completamente mas custear em parte a permanência do estudante. Em termos de retenção o impacto é menor. Muitos estudantes do ensino médio chegam com uma certa defasagem e principalmente o primeiro ano do ensino médio a gente ver uma dificuldade maior de acompanhamento porque junta as disciplinas do ensino médio com a do curso técnico e aí é um número muito maior de disciplina, aula em período integral, o aluno tem essa dificuldade de adaptação independente do apoio pedagógico, acho que tenha uma dificuldade de adaptação que a princípio seja natural e que a assistência estudantil em si não consiga dá conta dessa dificuldade específica mas esses</p>	<p>Assistência Estudantil foi bem servida. Acho que no tocante da evasão tem sido bem significativo, mas no campo da retenção precisamos aprimorar”.</p>
---	--	---	--

<p>incisiva e empiricamente a gente pode observar isso como o estudante não tem como se locomover na escola até a escola. Aqui temos algumas unidades que funcionam como polo, os campi do interior principalmente onde a metade dos estudantes pertencem aquele município onde o campus está instalado e a outra metade é de municípios vizinhos então esses estudantes não teriam como se locomover muitas vezes as prefeituras não prestam esse serviço e se não fosse essa política de transporte que nos temos aqui com a concessão de recursos pra que eles possam locar transporte como Van se isso não acontecesse o índice de evasão seria maior isso teria consequência muito mais forte e que assistência estudantil é primordial. Porém eu não teria como mensurar do ponto percentual onde é que a política de Assistência estudantil tem impactado mais ou a falha dessa</p>		<p>programas de apoio pedagógico estando dentro da política acho que ameniza mas que o impacto não é tão grande quanto ao da evasão”.</p>	
--	--	---	--

<p>política venha impactando mais na evasão e retenção. Mas eu não tenho dúvida que a Política de Assistência Estudantil tem sido uma das políticas mais importante para estarmos fazendo esse enfrentamento”.</p>			
<p>3. Quais são os principais desafios da gestão para o cumprimento integral do PNAES?</p>			
<p>S1</p>	<p>S2</p>	<p>S3</p>	<p>S4</p>
<p>“Eu não tenho dúvidas que a hoje uma dificuldade é orçamentária, eu estou muito convencido de que essa política é muito importante que a gente precisa através das políticas de governança, de integridade precisamos fazer cada vez mais o melhor aproveitamento desses recursos para que não haja desperdício de recursos públicos que ele possa ser mais bem aplicado e implementado para nossa política para que traga resultados mais satisfatórios para os estudantes. Agora mesmo que com a boa aplicação dos recursos eu não tenho nenhuma dúvida de que hoje temos uma maior necessidade de um maior</p>	<p>“Recurso financeiro! A gente vem caminhando na direção de um melhor acompanhamento. Evidente que a Assistência Estudantil não está ligada apenas ao recurso financeiro, mas ele é um instrumento muito importante para a implementação dessas políticas. Agora, existem outras ações que não dependem de recursos. Elas podem ser utilizadas, como o melhor gerenciamento dos recursos, melhor acompanhamento, ter mais clareza de todos os atores que atuam na política de Assistência estudantil, isso é um também é um processo que especificadamente no IFPB gradativamente vem sendo aprimorado. A nossa</p>	<p>“os principais desafios o primeiro seja de orçamento, não há uma redução drástica. Mas há uma redução em contra partida tem um aumento no número de estudantes e aí fica difícil o atendimento não tem como ser integral e um outro motivo é a carência de profissionais que trabalham na assistência estudantil de códigos de vagas de lotação de nos Campi hoje temos deis ou onze campus sem Assistente Social e sem falar nos outros profissionais como pedagogos, psicólogos e então fica difícil gerir a política o trabalho fica muito concentrado em</p>	<p>“Nesse contexto de teto de gastos de dificuldades de manutenção das atividades acadêmicas a assistência estudantil ela tem sido de fundamental importância, as principais dificuldades é você saber é você hoje gerenciar um recurso que não atende a uma grande demanda que temos agora cinquenta por cento dos nossos alunos são de escolas públicas e a maioria com dificuldades de demanda de acessar a instituição e a gente precisa fazer essa seleção, esse filtro maior pra seleção pra as atividades da assistência estudantil nesse sentido tem sido um desafio muito grande e também entender que a assistência</p>

<p>aporte de recursos para a Assistência Estudantil. O Brasil vive nos últimos 10 anos, nos últimos anos principalmente,o agravamento de uma crise o que significa que cada vez mais temos famílias desempregadas e os estudantes que aqui ingressam, ingressam com vulnerabilidades mais visíveis e a gente tem na melhor da hipótese um estacionamento dos recursos destinados a política de assistência Estudantil. Então eu vejo que isso tem criado grandes dificuldades porque a gente faz aqui processos criteriosos, mas a gente tem consciência que nossos processos não são para eliminar os estudantes que não precisam e a gente termina eliminando os estudantes que precisam e contemplando os que precisam mais o que aponta claramente para uma necessidade de mais investimento de um maior volume de recursos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil.</p>	<p>reformulação da Política de Assistência Estudantil foi um marco importante nessa melhoria no que diz respeito aos marcos regulatórios. Mas como eu disse é um processo, a gente sempre vai buscando como horizonte a perspectiva de melhorar esses atos regulatórios, essa sensibilização dos atores que compõem a Assistência Estudantil para estarmos engajados na efetivação dessa política”.</p>	<p>momentos de processo seletivo que se arrasta por muito tempo demandando muito do profissional e aí compromete muito do acompanhamento e avaliação dessa política. Acho que são os dois pontos de dificuldades pra que ela aconteça de forma mas eficaz”.</p>	<p>estudantil não é só a concessão da bolsa tem outras atividades que precisam ser desenvolvidas pela instituição para que ela seja atendida na sua plenitude, mas realmente esse lado mais pedagógico tem sido um desafio dentro da política em minha opinião como gestora”.</p>
---	---	---	---

<p>Acho que esse é um problema grave, nos temos outros desafios temos por exemplo a própria Avaliação da Política de Assistência Estudantil que nos permita aprimorar, acho que estamos fazendo um esforço aqui muito forte de tentar de fazer essa avaliação permanente pra que não haja desperdício de recursos, pois eles precisam ser mais volumosos porque a gente entende que há uma insuficiência com o desperdício essa situação se agrava e a gente tem trabalhado para que não haja desperdício desses recursos da Assistência Estudantil, pelo menos para minimizar Qualquer desperdício desses recursos. Acho que esses são os grandes desafios. Claro que ai tem as questões cotidianas ligadas a política que se colocam como desafio também como o programa de atendimento a saúde do estudante e que temos muita dificuldade nesse sentido por conta de uma realidade de nosso contexto não só local mas</p>			
--	--	--	--

<p>global de adoecimento de estudantes a gente também dentro da política de Assistência Estudantil a gente tem tentado encontrar maneiras para fazer o enfrentamento desses problemas, são desafios mais pontuais e que a gente poderia enumerar outros, mas acho que o grande desafio hoje é fortalecer o programa e fortalecer com recursos”.</p>			
QUESTÕES QUE ABORDEM A IMLEMENTAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PAE) IFPB			
1. Tem conhecimento como se deu o processo de implementação da PAE no IFPB (Resolução de nº 40 de 2011)?			
S1	S2	S3	S4
<p>“eu não estava na ocasião a frente da PRAE até porque ela não existia ainda. Em 2011 eu estava ingressando no IFPB. então assim eu não tive participação naquele processo. O que a gente teve conhecimento aposteriore é que naquele momento principalmente alguns assistentes sociais participaram de uma serie de encontros salvo engano o mais significativo deles foi o encontro de campina grande em que se discutiu a</p>	<p>“Não, porque eu ainda não estava na instituição. Eu entrei em 2011 e como professor eu fui conhecendo a utilização dela. Mas a construção do documento eu não tive conhecimento de como foi feito e como foi implementado, até porque eu ainda não estava na instituição”.</p>	<p>“Não”.</p>	<p>“nesse período eu estava afastada da instituição e estava voltando da licença maternidade e eu confesso que não acompanhei esse processo eu não participei de como se deu a implementação desse processo.”</p>

<p>necessidade de implementação dessa política em âmbito de IFPB e isso depois foi incorporado a reitoria a época. Nacionalmente houve também uma discussão importante sobre a inclusão ou não dos institutos federais no programa nacional de Assistência Estudantil, porque me parece que ele inicialmente foi concebido pensando nas universidades e os cursos presenciais. Houve uma mobilização dos institutos federais que tinham sido criado a pouco tempo e quando o decreto foi aprovado já no seu texto ele contempla os institutos federais, então eu imagino que em função do decreto e da inclusão dos institutos inclusive quando já havia uma discussão dentro nos institutos federais e aqui no nosso para que de fato garantisse a existência dos institutos federais eu imagino como extensão desse debate o IFPB foi entrando nessa discussão e a política de Assistência Estudantil foi ganhando</p>			
--	--	--	--

<p>corpo que resultou na resolução. “Sei que esse movimento foi um movimento importante, mas de fato eu não tive uma participação como gestor nesse processo porque como eu disse anteriormente foi o período que eu estava ingressando na instituição”.</p>			
<p>2. Como se deu o processo de reformulação da PAE entre 2016 e 2018 (apontar os aspectos positivos e negativos)?</p>			
<p>S1</p>	<p>S2</p>	<p>S3</p>	<p>S4</p>
<p>“Acho que o aspecto negativo foi que a Política de Assistência Estudantil não foi reformulada dentro do prazo previsto de 2011 acho que isso de certo modo atrasou um pouco a atualização da política que se tivesse sido atualizada um pouco antes tínhamos avançado em algumas ações que a gente está começando avançar, mas acho que tardou um pouco e o fato de não ter tido um engajamento enfim uma mobilização e uma ação, mas prática no sentido de fazer uma reformulação da política antes da criação da PRAE porque terminou que essa reformulação ocorreu</p>	<p>“Eu acho que foi um marco muito importante a forma como se deu essa construção do documento da Assistência Estudantil do IFPB. Primeiro porque houve a sensibilização dos profissionais da Assistência Estudantil que compõe a equipe da PRAE tiveram sobre essa democratização de vários atores envolvendo educadores físicos, Assistentes Sociais, pedagogos, pessoa da área de saúde, um leque muito grande de profissionais que atuam na Assistência Estudantil da instituição que puderam dá sua contribuição com um olhar para cada um dos programas dentro da</p>	<p>“no caso da reformulação eu participei da comissão que reformulou. Essa necessidade de reformular estava prevista na resolução anterior e já inclusive já tinha passado do prazo de avaliação. E foi o tempo que foi instituída a pró-reitoria e o próprio trabalho da comissão foi um trabalho demorado acho que foi mais de um ano e meio de comissão. Tiveram reuniões com as categorias para tirar os representantes, também foi uma comissão com muita gente, acho que esse foi um ponto positivo que</p>	<p>“esse processo de reformulação foi bastante complexo porque agente não atualizou o documento foi criado outro documento, nós fizemos pesquisa de documentos nacionais pra que fizéssemos essa construção que refletisse o espírito do programa nacional, porque com uma melhor organização dos programas internos, uma melhor explicação dos programas então tentamos fazer isso de uma forma muito abrangente. Um ponto negativo foi a demora, muito demorado, demoramos em torno de dois anos e ainda depois que terminou esse</p>

<p>depois que a PRAE foi criada, acho que essa lacuna se estendeu muito e isso fez com que ações, sobretudo de acompanhamento e de avaliação da PAE terminaram tardando um pouco poderia ocorrer com mais brevidade, acho que isso foi um problema, é tanto que quando se deu a criação da pró-reitoria de Assuntos Estudantis em 2016 essa era a tarefa mais emergencial por que já se tinha perdido muito tempo e ai na ocasião eu já estava a frente da pró-reitoria recém criada e a gente viveu certo dilema nesse momento que foi fazer a reformulação com brevidade porque já se tinha perdido um certo tempo ou fazer um processo que fosse mais demorado mas que trouxesse a participação muito ampla da comunidade. Embora entendêssemos que fosse urgente mas optamos fazer um processo que garantisse a participação da comunidade. E ai eu entro</p>	<p>política da Assistência Estudantil do IFPB, então foi um marco muito importante e a criação de um padrão, paradigma que em outro momento quando necessário a reformulação dessa política poderá ser utilizado. Um ponto negativo talvez tenha sido o tempo que se levou para concluir. Uma tempo muito grande. Mas talvez isso tenha se dado em virtude do grande número de pessoas envolvidas na construção do documento, além da falta de regulamentos de muitos programas da resolução de numero quarenta de 2011. E ai pesamos como avaliar a efetivação de um programa que não tinha regulamento, realmente a falta disso criou dificuldades no sentido de avaliar como essa ação estava ocorrendo nos Campi. Esse olhar dos programas se deu através da experiências que cada profissional tinha sobre aquele programa no Campus. Não era o ideal, o necessário era ter indicadores e instrumentos</p>	<p>eu acho que trouxe todo mundo para participar do processo e tentar tirar um pouca a centralização do serviço social da responsabilidade da política de assistência estudantil e ai a gente conseguiu pensar com vários olhares, a dificuldade no termo da discussão em si durante a comissão que tinha profissionais bastante alheios ainda ao que era a política e ai dificultava um pouco a discussão mas eu acredito de modo geral a reformulação foi de grande avanço apesar de ainda está no plano imaginável porque quando for para prática não sabemos quais serão as conseqüências dessas mudanças, mas eu acho que algo que para os assistentes sociais que fazemos o processo seletivo vai amenizar muito de nossas angustias. Trabalhar com um IVS que é único dentro de todo o</p>	<p>documento tramitou, foi um período bem grande de discussão e a gente ainda está nesse processo de implementação então essa questões mais técnicas foram difíceis, mas no âmbito da comissão foi bom porque eu acabei suprindo essa lacuna de 2011 a gente acabou fazendo uma discussão, pena que nem todos os membros da comissão estavam presentes em todas as reuniões, participei de quase todas as reuniões e acho que as questões voltadas para ao processo de ensino-aprendizagem ao atendimento dos alunos pra mim são muito fundamentais por isso eu sempre prezo por participar desses momentos. Então assim foi positivo porque conseguimos avançar no documento em busca de atender ao programa nacional foi importante porque a gente teve essa movimentação, mas como ponto negativo as dificuldades que a gente</p>
---	---	---	--

<p>no aspecto que foi o mais positivo, foi que nós de fato conseguimos fazer um processo da política com ampla participação já que conseguimos reunir todos os profissionais mais diretamente com a política além dos estudantes e em cada encontro com esses profissionais a gente discutia e os próprios profissionais escolhia os pares para compor uma comissão, foi uma comissão muito ampla, e comissão com participação dos estudantes , dos servidores, representantes das pró-reitorias, essa comissão foi responsável por coordenar o processo de reformulação. Então essa participação ampla permitiu que a gente trouxesse diferentes olhares pra dentro desse processo de reformulação, como por exemplo o olhar dos estudantes, o olhar das pró-reitorias de pesquisa, extensão, da educação a distancia que recebeu dentro da política um tratamento que a gente entende que é importante</p>	<p>mais precisos para realizar a avaliação. Tanto é que a consequência disso foi ter criado dentro da política um capítulo dentro da política que tratasse do monitoramento e Avaliação algo que não se tinha na política anterior. Então acompanhar e avaliar essas políticas é de fundamental importância no sentido de que lá na frente poder tomar alguma decisão e entender como esse programa está realmente efetivado em cada Campus”.</p>	<p>instituto mesmos critério, mesmo indicadores, mesmo peso, acho que é um aspecto que já traz muito evolução pra gente. Outra coisa é um programa único atender a necessidade do estudante de forma que não seja separada em necessidades específicas e pontuais como a de alimentação, transporte e moradia como é a que a gente tem hoje enquanto na realidade do trabalho no campus a gente ver que a demanda do estudante ultrapassa essas necessidades específicas e que colocam em risco a continuidade do curso e a permanência na instituição, quando o estudante tem o estudante vivenciam uma vulnerabilidade muito grande em casa e isso traz consequência para a permanência dele na instituição. Eu acho que são pontos positivos mas não temos como mensurar ainda estamos</p>	<p>teve de manter o grupo completo durante todas as reuniões, a demora pra gente conseguir a fazer essa construção, que sei que é uma construção que demora mesmos pois envolveu muita gente todo mundo opina, mas a demora foi excesso e ainda nós não temos o retorno muito prático de como avaliar de como está o caminho de implantação, ainda estamos na fase de conhecimento da comunidade interna pra ver se conseguimos fazer a implantação dessa política”.</p>
--	---	---	--

<p>que se dê, da educação de jovem e adultos. Então assim eu acho que esse foi o ponto positivo a gente ter essa participação ampla. Agora é claro que juntando o período de um certo atraso na reformulação como também o período demorado que se fez em função dessa participação, acho que o aspecto negativo foi se afastar muito daquela resolução de 2011 pra se fazer essa reformulação. Dentro da política estamos experimentando com muito pouco tempo que ela foi aprovado eu consigo enxergar alguns aspectos positivos como, por exemplo, a criação do comitê de Assistência Estudantil responsável para fazer a avaliação que vai dá um ganho significativo. O comitê já vem trabalhando com o intuito de desenvolver algumas ações de acompanhamento e avaliação.</p>		<p>na fase de construção dos regulamentos específicos e de teste”.</p>	
QUESTÕES QUE ABORDEM MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB			
1. No IFPB existem mecanismos institucionalizados de acompanhamento e avaliação da PAE?			
S1	S2	S3	S4
“Esse foi dos pontos de	“Sim, hoje estamos na	“foi um outro	“No outro

<p>discussão dos mais importantes, pois mesmo antes do processo de reformulação a auditoria interna do IFPB realizou uma auditoria na Assistência Estudantil e uma das questões suscitadas na época era que a pae precisava ter mecanismos institucionais permanentes de acompanhamento e avaliação. Reconhecemos que esse trabalho da auditoria interna foi importante e que de fato constatou algo que se verificasse. Era um desafio criar esses mecanismos. Hoje com a criação do comitê, quando for bem estruturado, pois ainda estamos na fase de estruturação, quando estruturado vamos ter a possibilidade de fazer uma avaliação permanente da avaliação da PAE IFPB, e ai nós temos dentro do comitê a participação de profissionais da área de saúde, da área de educação física e esporte, cultura, os Assistentes Sociais. E constituímos grupos dentro</p>	<p>implantação do comitê de Assistência Estudantil que tem exatamente como objetivo acompanhar e avaliar os programas da Assistência Estudantil com a participação de diversos profissionais que com seus olhares diferenciados podem dá suas contribuições e podem fazer essas avaliações. No momento nos encontramos nesse processo de implementação do comitê de Assistência Estudantil”.</p>	<p>ponto positivo foi a criação do comitê de Assistência Estudantil para ta acompanhando e avaliando composto por um representante de cada categoria profissional, mais representante das pró-reitorias e representante das entidades estudantil. É um grande avanço e uma forma de descentralizar o trabalho e essa cobrança do Assistente social que está no campus, tem essa crença de que só o Assistente Social tem a obrigação de acompanhar ao mesmo tempo que ficamos muito presos a burocracia dos processos seletivos e de fato tem essa dificuldade. Vai ser um acompanhamento mais amplo porque vai ter uma visão do instituto como um todo pois não adianta um campus que tenha assistente social fazer e outro não conseguir, então vamos ter uma visão mais</p>	<p>documento quando fizemos a leitura isso apareceu muito timidamente, nesse eu sugeri um grupo para monitorar a política de assistência estudantil pra ver se realmente estava atendendo seus objetivos se estava cumprindo sua finalidade e pra ver se esses recursos estavam sendo empregado da maneira correta. Nessa política nova agora tem o que a gente precisa é efetivar o trabalho com uma comissão multidisciplinar, mas não tivemos efetivamente seu funcionamento”.</p>
--	--	--	---

<p>do comitê, cada grupo se apropriará dentro da temática específica. Realizamos o primeiro encontro do IFPB os estudantes também divididos em grupos temáticos puderam discutir políticas como extensão, cultura, assistência estudantil e eles colocaram sua avaliação acerca dessas políticas que resultou em um relatório como um produto disponibilizado aos gestores. Porém reconheço que o acompanhamento e avaliação precisam ser melhorados”.</p>		<p>ampla, até porque pra ter essa informação o acompanhamento vai ter que ser feito no campus pra depois chegar a informação maior. É como a gente tivesse um mecanismo que fizesse que o campus fizesse o acompanhamento independente daquele profissional estiver disponível ou não, se o assistente social não tiver a disponibilidade de fazer sozinho o acompanhamento vão ser envolvido os outros profissionais que atuam também na política. Acho que é uma forma de descentralizar e ter um olhar mais amplo sobre esse acompanhamento. Hoje a gente executa a política mas não tem informações de retorno, de avaliar mesmo a eficácia da política”.</p>	
<p>2. O acompanhamento da PAE é realizado? Se afirmativo, quais ações são executadas para esse fim?</p>			
<p>S1</p>	<p>S2</p>	<p>S3</p>	<p>S4</p>
<p>“E! nós temos dentro do comitê da Assistência Estudantil está em um processo de diálogo para</p>	<p>“Estamos nesse processo, anteriormente fazíamos essa avaliação através das informações</p>	<p>“acho que estamos caminhando pra melhorar esse acompanhamento através da reitoria, mas</p>	<p>“atualmente eu não vejo esse acompanhamento de maneira mais ampla acho que as equipes de</p>

<p>buscar informações nas unidades para elaborar um relatório detalhado apontando as correções necessárias, além disso a PRAE através do departamento de Assistência Estudantil Semestralmente acompanha em todas as unidades a execução da PAE que alimenta a própria PRAE que por sua vez dialoga com suas unidades. Além disso temos com os Campi dialogado através da avaliação dos editais que é apresentado nos relatórios anuais de gestão, a gente tem que fazer essa avaliação. Então fazemos essa política de acompanhamento, e tentamos melhorar e fazemos um esforço de fazer esse acompanhamento para sistematizar e apresentar as nossas unidades”.</p>	<p>dos dados solicitados via email ou por telefone aos Campi semestralmente mais de caráter quantitativo. Acho que a perspectiva para o ano de 2020 é fazer uma avaliação mais qualitativa a partir da elaboração de instrumentos de avaliação”.</p>	<p>centralizado aqui. E agora com o comitê vamos ter o olhar de outros profissionais. No comitê vamos ter um acompanhamento mais integral pois queremos quebrar esse paradigma de que assistência estudantil é o Assistente Social, mas quando somos nós que estamos acompanhando é inevitável que direcionamos o nosso olhar para nosso fazer”.</p>	<p>assistência estudantil, seja, coordenação de Assistência Estudantil, seja, a coordenação de apoio pedagógico elas tem feito seu trabalho com articulação com a PRAE, mas que de maneira mais ampla com a emissão de relatórios de desenvolvimento das ações e de acompanhamento eu acho que a gente tem falhado muito e isso foi um ponto que a gente fez questão de colocar nesse documento agora aprovado em 2018, mas atualmente ele é mais local de que sistêmico esse monitoramento e avaliação”.</p>
---	--	--	---

3. A avaliação da PAE é realizada? Caso afirmativo, quais ações são executadas?

S1	S2	S3	S4
<p>“quando eu falo do comitê eu falo mais do acompanhamento, quando eu falo do encontro do estudante é muito no sentido de envolver o</p>	<p>“Acho que tínhamos uma avaliação muito focada no aspecto quantitativo e aí verificar quantos alunos eram atendidos, o número de bolsas, o número de</p>	<p>“até o momento nunca aconteceu, que eu tenha conhecimento”.</p>	<p>“apesar de não termos uma sistematização mais ampla de acompanhamento nos últimos anos o IFPB passou por dois processos</p>

<p>estudante nesse acompanhamento agora esses relatórios de gestão faz uma avaliação. Por exemplo se verifica quanto tempo dura a seleção de cada campus e ai pode se constatar a demora mais acentuada de que em outra, e isso se dá por qual motivo, aquele campus não tem assistente social e isso retardou um pouco o trabalho ou a gente teve uma média no instituto mas um campus conseguiu ter mais celebridade, por que, então a partir dessa avaliação tentamos identificar quais processos estão tendo mais celeridade e tenta fazer as correções, muitas vezes esbarramos em certas dificuldades, por exemplo quando um campus apresenta alguns problemas e a gente avalia isso, a gente chega a essa constatação, mas depende da formação de uma equipe multiprofissional do campus e temos dificuldades de compor essas equipes pois depende da liberação do código de vagas pelo governo federal,</p>	<p>auxílios, o número de programas em cada campus, então estávamos fazendo em minha opinião uma avaliação somente quantitativa. Acho que temos que aprofundar e caminhar e aprofundar essa avaliação não deixando de lado esse aspecto e começar a avaliar também de forma qualitativa de como esses programas estão sendo efetivados, qual a abrangência deles, como o estudante tem recebido esse programa, como é que esses profissionais atuam na efetivação desses programas. Esses aspectos qualitativos é algo que a gente tem como um horizonte a buscar para a melhoria do programa. E a questão da informatização tem sido uma dificuldade que enfrentamos nesse período de coleta de dados para fazer uma avaliação qualitativa, precisamos criar e ter a disponibilidade de instrumentos informatizados para termos esses dados de forma mais rápida possível”.</p>		<p>de recredenciamento. E nesses dois processos a gente teve que fazer toda essa avaliação pelo menos de quantificação de dados tivemos que fazer esse levantamento de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 relativas aos anos anteriores. Essa avaliação quantitativa foi realizada, qualitativamente não nesses momentos não foi feito. Tivemos uma dificuldade pelo fato de não ter esses dados sistematizados foi difícil e a busca foi feita mais a nível local, não tinha uma central onde esses dados eles estivessem centralizados que facilitasse a consulta, então a dificuldade foi essa de ter que ir individualmente a cada setor para achar esses dados e poder ordená-los no documento nos documentos, mas de modo geral tivemos algumas dificuldades ao entendimento de onde vinha esse recurso, não temos esses dados de fácil acesso onde qualquer</p>
---	---	--	---

<p>mas a gente tem feito essa avaliação e ao mesmo tempo apresentamos algumas ações por exemplo trabalhar com o programa de apoio a permanência do estudante adotando inclusive o índice de vulnerabilidade social tem varias motivações, a gente acha que vai qualificar trazer mais equidade para a Política de Assistência Estudantil do IFPB, mas uma das busca é diminuir esse tempo nos processos de seleção, então avaliamos, constatamos que os processos estão sendo morosos no sentido de que a demanda é muito grande, embora os profissionais trabalhem com agilidade e determinação, mas terminam demorando e isso tem repercussão porque o estudante que ingressam precisam já desfrutar dessas políticas e isso termina demorando mais do devia na perspectiva do estudante. A gente sempre está fazendo relatórios, seja na ação da própria PRAE fazendo essa verificação da política e dentro do</p>			<p>pessoa possa consultar, pois essas informações se encontram pulverizadas tivemos dificuldades e então a obtenção das informações foram difíceis”.</p>
---	--	--	--

possível sugerindo políticas e construindo alternativas para minimizar”.			
4. O processo de reformulação da PAE conseguiu avaliar de forma efetiva a Política?			
S1	S2	S3	S4
<p>“Acho que sim, foi um momento muito rico, foi uma oportunidade de verificar que as equipes multiprofissionais na hora da execução da política não terem as articulações necessárias, agente ver, por exemplo, que é muito comum na execução de se partir de um entendimento equivocado de isso é o trabalho do Assistente Social. E um dos debates que eu acho muito rico dentro da comissão onde tivemos a presença de diversos profissionais e estudantes. O primeiro recado na formação da comissão foi de que todos participam, tem responsabilidades, e são sujeitos no que diz respeito à Assistência Estudantil. Acho que esse é um paradigma, que eu não sei se está quebrado, mas naquele momento foi importante no sentido de quebrar esse paradigma de que a política é</p>	<p>“Acredito que sim, mesmo que com algumas falhas a gente se deparou com situações de programa que já tinha deixado de ser utilizado, como exemplo o programa de iniciação ao trabalho, que era um programa que estava na política anterior e que já havia consenso entre os profissionais que atuavam na área a não utilização desse programa. É evidente que necessitamos de dados mais minuciosos de outros programas para que possamos fazer essa avaliação, mas como tínhamos também a questão regimental de alguns programas estarem sendo executado sem regimentos isso dificultou um pouco a avaliação da Política de Assistência Estudantil. Porém não podíamos esperar que os regimentos fossem elaborados, pois já estávamos em processo de avaliação e já tinham passado cinco anos de</p>	<p>“Eu acredito que sim, principalmente por ter sido uma comissão ampla e que teve muita discussão. O que pra mim não era uma coisa muito próxima o programa de apoio a pessoa com deficiência, mas eu tinha um membro na comissão que trabalhava com esses estudantes. Foi efetiva mais no sentido de ter sido feita por diversos olhares”.</p>	<p>“a gente fez nos primeiros encontros uma avaliação, mas não tínhamos uma sistemática de avaliação de toda instituição foi difícil ter o parâmetro do alcance dessas avaliações, então os profissionais que estavam participando que atuaram diretamente com a assistência estudantil eles fizeram essa avaliação de como estavam acontecendo de como atendia, mas essa avaliação ficou um pouco fragmentada porque em cada Campus acabou tendo uma avaliação diferente e a gente não teve uma sistemática de uma avaliação mais ampla, mas minimamente a gente fez a avaliação da política anterior”.</p>

<p>responsabilidade apenas de um profissional. então acho que foi um momento rico, foram discussões que chamaram a essa responsabilidade mais ampla. Pra gente fazer à reformulação a gente nos debruçamos sobre a resolução anterior e sobre o fazer da Assistência estudantil no IFPB. Constatamos que a avaliação era muito falha e se investiu na criação de um comitê. Não sei se fez uma avaliação em todos os detalhes. Mas no geral foi um momento de fazer uma profunda reflexão”.</p>	<p>Política e então dentro das condições que estavam postas os atores envolvidos fizeram a avaliação a partir da experiência no seu campus. Daí a importância de termos tido um leque tão grande de profissionais que atuaram nessa reformulação”.</p>		
<p align="center">5. Quais ações você sugere para a realizar o monitoramento da PAE reformulada-IFPB?</p>			
<p align="center">S1</p>	<p align="center">S2</p>	<p align="center">S3</p>	<p align="center">S4</p>
<p>“acho que aquilo que está na resolução aponta para bons caminhos, mas acho que é preciso avançar mais pois estamos puxando essa avaliação de política de avaliação permanente de uma maneira mais sistêmica com o comitê principalmente, mas eu acho que é preciso construir nos campi uma política também permanente de avaliação mas sabemos que</p>	<p>“Acho que temos caminhado nesse sentido. A criação do Comitê de Assistência Estudantil nos leva a essa tarefa de contribuir com o acompanhamento e avaliação da política. É um trabalho que está em construção e de envolvimento que os frutos serão bem interessante. Mas é evidente que isso é um processo que começa aqui na Pró-reitoria de</p>	<p>“eu acho que a principio o que a gente precisa é coletar dados porque não temos dados sobre essa execução, a não ser dados do numero de atendimentos,mas precisamos dados que traga mais um olhar qualitativo para fazer um acompanhamento mais detalhado”.</p>	<p>“a principio precisamos fazer a constituição dos comitês pra fazer o acompanhamento e avaliação conjunta da implementação conjunta efetiva da Política de Assistência Estudantil nos Campi porque pelo fato de sermos uma instituição atualmente com vinte e dois Campi fica inviável pra um grupo reduzido de servidores fazer uma</p>

<p>isso nem sempre isso acontece muitas vezes porque se tem poucos profissionais com uma demanda muito volumosa e nem sempre se faz a avaliação da maneira que a gente entende que é necessário fazer, muitas vezes partimos dessa avaliação sistêmica, mas precisamos ter processos avaliativos também nas unidades para que eles possam dialogar com essas ações avaliações que estamos trabalhando a nível de reitoria e muitas vezes encontramos dificuldades até algumas vezes tensas, não estou transferindo, mas estou dizendo que é preciso avançar também na avaliação nas unidades, pois existem especificidades que quem podem avaliar são os profissionais que estão nos Campi, então acho que caminhar no sentido de ter processos de avaliação sistêmico e locais é um desafio que queremos avançar, além disso sabemos que algumas unidades nossa carecem de</p>	<p>Assuntos Estudantis mas que a idéia é de lá na ponta em cada campus a gente possa ter micro comitês que possam fazer o acompanhamento e Avaliação de seu próprio Campus isso talvez de forma não institucionalizada, pode vir até acontecer, mas o mais importante é a sensibilização do profissional do Campus em dá essa contribuição no processo de acompanhamento e avaliação.</p>		<p>análise tão profunda, então é preciso que a gente descentralize um pouco essas discussões um pouco essas discussões que coloque os profissionais de diversas áreas que atuem na política pra fazer esse acompanhamento e avaliação. eu acho que a gente precisa primeiro fazer funcionar os mecanismos que estão previstos na política e fazer ela fomentar que ela seja realmente implementada porque por muito tempo essa política foi focada nos programas de distribuição de renda então essa mudança que a novo política de Assistência Estudantil traz faz que as pessoas precisam ainda de um esclarecimento maior de repente se tivéssemos todos os mecanismos funcionando nos tivéssemos um esclarecimento maior pela comunidade acadêmica de como está funcionando essa nova política para fazer com efetivamente</p>
---	---	--	--

<p>equipes multiprofissionais que possam fazer a avaliação mais completa. O desafio é fortalecer essas equipes multiprofissionais, qualificá-las no sentido de fazer uma avaliação também local que possa dialogar com essa avaliação sistêmica”.</p>			<p>com que ela funcione.”</p>
<p>6. Quais ações você sugere para realizar a avaliação da PAE reformulada-IFPB?</p>			
<p>S1</p>	<p>S2</p>	<p>S3</p>	<p>S4</p>
<p>“Na o monitoramento e avaliação verdade são estratégias muito articulada, na medida de que fazemos um bom acompanhamento para dá subsídios para a avaliação. Também acho que a avaliação que a PRAE faz da política precisa avançar em função dessa avaliação que deve ocorrer em outras instancias. Outro desafio é a avaliação é a otimização dos dados, pois geralmente solicitamos as informações das unidades e nem sempre chega com agilidade e precisão que perçamos, muitas ações são verificadas corpo a corpo e com a informatização precisa-se de uma qualificação maior e</p>	<p>“nesse ponto vou citar alguns aspectos mais voltados para um caráter subjetivo e outros mais objetivos. Um deles é que com o envolvimento dos atores na mudança de perspectiva de que a Assistência Estudantil não é apenas de responsabilidade do Assistente Social, acho que isso foi uma quebra de paradigma muito interessante, existem outros profissionais que atuam na política de Assistência Estudantil e possa dá suas contribuições, o seu olhar para essa política. Sem sombra de dúvida o papel do Assistente Social é muito</p>	<p>“Eu acredito que o principal foco pra avaliar é escutar o estudante, porque a gente não tem esse retorno do estudante em relação aos programas. Acho que tem que ter uma forma mais sistematizada de ouvir os estudantes. A avaliação principal vai ser daí. “A gente tem que ouvir o estudante no sentido da eficácia de como ele ver que essa política contribui com a permanência dele na instituição”.</p>	<p>“a mesma proposta para o acompanhamento”.</p>

<p>estratégias de acesso a essas informações e como utilizá-las. E, além disso, a gente precisa fazer os ajustes permanentemente para dá um ganho significativo para a avaliação. Então assim precisamos avançar, e tem outras ações que o sistema não resolve. Um desafio é alimentar o sistema e precisa de grupos de estudos para poder se aprofundar nesses dados e propor caminhos, alternativas. conscientizar que os servidores que trabalham com a política precisam se apropriar e sistematizar essas informações daria mais fundamento a política ajudaria bastante”.</p>	<p>importante por ele ter uma formação voltada para isso, pela sua experiência, acho que é o profissional traz mais bagagem para essa contribuição, mas outros olhares são importantes, assim como o entendimento e sensibilização na participação da política são importantes, talvez seja um aspecto subjetivo ter buscado o envolvimento de diversos atores nessa política, outro aspecto mais objetivo é usar da informatização e ir cada vez mais aprimorando as ferramentas já existentes. A informática é muito dinâmica e ter um instrumento hoje as vezes não é mais interessante em outro momento, porém essas mudanças não é com a velocidade que precisamos pois esbarramos muitas vezes nas inúmeras demandas do pessoal da tecnologia da informática e</p>		
---	--	--	--

	esbarramos dificuldade.	nessa	
--	----------------------------	-------	--

APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

PROGRAMA DE APOIO A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

Item	Profissional Responsável Pelo Setor de Assistência Estudantil
1.	CAMPUS: _____ ANO: _____
	ACESSO AO PROGRAMA DE APOIO A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
	<ul style="list-style-type: none"> • Número de discentes que concorrem ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante? • Demanda reprimida de discentes não contemplados? • Motivações mais comuns nas solicitações do Programa: • 1 .Alimentação () 2. Transporte () 3.Material acadêmico () 4. Outros () quais? _____
2.	PERMANENCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO DO CURSO
	<ul style="list-style-type: none"> • Número de disciplinas por semestre dos discentes beneficiados com o Programa de Apoio a Permanência do Estudante? • Número de beneficiários do programa com melhoria no rendimento? • Número de beneficiários com conclusão de curso no tempo regular? • Número de beneficiários utilizando o acréscimo ao tempo regulamentar para a conclusão do curso? • Número de beneficiários desligados do programa de Apoio a Permanência do Estudante? e quais as motivações? • Frequência acadêmica dos discentes beneficiados com o Programa de Apoio a Permanência do Estudante: 1. Ótima () 2. Boa () 3. Regular () 4. Ruim ()

	<p>Obs: Classificação baseada na minuta de regulamento do Programa Apoio a Permanência do Estudante (anexo A) com adaptações da autora.</p> <table border="1" data-bbox="336 333 1463 544"> <tr> <td data-bbox="336 333 1463 387">Ótima – 90% a 100% de frequência</td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 387 1463 441">Boa - 76% a 89% de frequência</td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 441 1463 495">Regular - 75% de frequência</td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 495 1463 544">Ruim – abaixo de 75% de frequência</td> </tr> </table> <p>Desempenho acadêmico dos discentes beneficiados com o programa de Apoio a Permanência do Estudante:</p> <p>1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim ()</p> <p>Qual a importância do Programa de Apoio a Permanência do Estudante no que diz respeito à frequência e desempenho acadêmico do discente?</p>	Ótima – 90% a 100% de frequência	Boa - 76% a 89% de frequência	Regular - 75% de frequência	Ruim – abaixo de 75% de frequência
Ótima – 90% a 100% de frequência					
Boa - 76% a 89% de frequência					
Regular - 75% de frequência					
Ruim – abaixo de 75% de frequência					
3.	<p style="text-align: center;">PERFIL DO DISCENTE BENEFICIADO PELO PROGRAMA DE APOIO A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de vulnerabilidade social apresentado pelo beneficiário baseado na tabela do IVS em anexo B. • Quais vulnerabilidades sociais o beneficiário do Programa de Apoio a Permanência do Estudante Apresenta? 				
4.	<p style="text-align: center;">PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual o valor planejado de investimento financeiro semestral é empregado no Programa de Apoio a Permanência do Estudante? • Qual o valor real de investimento efetuado semestralmente é realizado no Programa de Apoio a Permanência do Estudante? • Qual valor de investimento financeiro seria necessário para cumprir com a proposta do Programa de Apoio a Permanência do Estudante e por quais motivos? • Qual o Recurso médio é repassado por estudante beneficiário? 				
5	<p style="text-align: center;">FEEDBACK DOS OPERADORES E BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE APOIO A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE</p>				

	<ul style="list-style-type: none">• O Programa de Apoio a Permanência do Estudante, na visão dos operadores, tem atendido aos principais objetivos propostos pela Política de Assistência Estudantil que são o de permanência e conclusão com êxito do curso? • Na perspectiva do operador da política de Assistência Estudantil o que pode ser melhorado para efetivação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante? • O Programa de Apoio a Permanência do Estudante, na visão dos beneficiários, tem atendido aos principais objetivos propostos pela Política de Assistência Estudantil que são o de permanência e conclusão com êxito do curso? • Na perspectiva dos beneficiários da Política de Assistência Estudantil o que pode ser melhorado para efetivação do Programa de Apoio a Permanência do Estudante?
--	---

Obs.: Cada Campus que ofertar o Programa de Apoio a Permanência do Estudante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba deverá preencher no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) na aba Atividades Estudantis/ Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil/ Programa de Apoio a Permanência do Estudante, o objetivo do instrumento informatizado é que o sistema gere dados quantitativos e qualitativos que subsidiem no acompanhamento e avaliação eficiente específica por Campus, bem como, informações da instituição como um todo sobre o Programa de Apoio e Permanência do Estudante e a partir de então melhorar a qualidade dos serviços ofertados através desse programa.

ANEXOS

ANEXO A - TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****Baseado na Resolução nº. 466/2012 do CNS**

Prezado (a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre **“MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA”**, e está sendo desenvolvida pela pesquisadora GILLYANE LYNDASAY GOMES DE LIMA aluna do mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. SWAMY DE PAULA LIMA SOARES.

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar o processo e possíveis consequências da reformulação da política de Assistência Estudantil do IFPB.

Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Verificar se no processo de reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB foi contemplado o monitoramento e avaliação na perspectiva dos atores envolvidos; Identificar nos documentos quais elementos trata do monitoramento e Avaliação; e Propor uma abordagem de monitoramento e avaliação permanente do Programa de Apoio a Permanência do Estudante da Política de Assistência Estudantil do IFPB reformulada.

A finalidade deste trabalho é, após realização de uma pesquisa qualitativa, propor sugestões de ações de monitoramento e avaliação que possam ser desenvolvidas em relação, inicialmente, ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante da Política de Assistência reformulada do IFPB.

Esse estudo oferece benefícios diretos e indiretos para todos os participantes, assim, com os dados coletados será possível realizar uma análise detalhada e desenvolver ações de melhoria no Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que a presente pesquisa não oferece riscos previsíveis à saúde dos participantes, no entanto, poderá ocorrer algum desconforto psicológico ao responder o

instrumento utilizado, para que isso não venha a ocorrer será escolhido um local privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) o senhor(a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a), caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir, não sofrerá dano algum, nem haverá modificação na Assistência que vem recebendo na instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisador responsável:

Endereço: IFPB, Reitoria, Pró- reitoria de Assuntos Estudantis.

Fone: (83) 987202486 E-mail :gillylyndsay@gmail.com / gillyanelima@ifpb.edu.br

Ou

Comitê de Ética em pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária – 1º Andar- CEP 58051-900 – João Pessoa/PB. Fone: (83) 3216-7791
– E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B - MINUTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - PRAE COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

MINUTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

PRINCÍPIOS E FINALIDADE

O Programa de Apoio à Permanência do Estudante é integrante da Política de Assistência Estudantil do IFPB, regendo-se pelo princípio de garantia aos discentes de igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.

O Programa de Apoio à Permanência do Estudante tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito.

ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

O Programa de Apoio à Permanência do Estudante será executado através da oferta de auxílio financeiro, em forma de pecúnia, ao estudante regularmente matriculado em curso presencial do IFPB.

Os recursos destinados para execução do Programa de Apoio à Permanência do Estudante e o valor do auxílio financeiro deverão ser definidos por cada *Campus*, observando sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Cada *Campus* deverá publicar, anualmente, edital específico para seleção de estudantes a serem atendidos pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante.

Os editais publicados pelos *Campi* deverão prever, no mínimo, duas chamadas de concessão anuais, especificando os recursos destinados para cada uma delas.

Os recursos definidos para as chamadas de concessão poderão ser alterados em virtude de variação na capacidade orçamentária do *Campus*, mediante edital de retificação.

Na ocorrência de recursos excedentes em chamada de concessão vigente, os mesmos deverão ser destinados à chamada de concessão subsequente.

A quantidade de estudantes a serem atendidos será definida de acordo com os recursos disponibilizados pelos *Campi*.

PÚBLICO ALVO E SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa de Apoio à Permanência destina-se ao estudante com [matrícula regular] em um dos cursos presenciais do IFPB.

Serão atendidos, prioritariamente, os estudantes com renda bruta familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, em atendimento ao disposto no Art. 5º do Decreto 7.234/2010.

Sem prejuízo do disposto no item anterior, a classificação dos estudantes será feita por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) definido após análise socioeconômica, orientada pela Resolução x.

Serão atendidos os estudantes em situações de vulnerabilidade social, de acordo com o IVS, até o limite orçamentário disponível para a chamada de concessão na qual está inscrito.

O estudante não contemplado para atendimento na chamada de concessão vigente concorrerá, automaticamente, com os estudantes inscritos para a chamada de concessão subsequente.

Critérios de desempate.

O valor do auxílio financeiro prestado ao estudante é variável de acordo com a verificação de situação de vulnerabilidade social.

Ficam definidas [Sugere-se a definição de] 05 faixas de atendimento, com valores que variam de 30% a 100% do valor do auxílio financeiro estabelecido pelo *Campus*, de acordo com a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo estudante, expressa através do IVS.

IVS	Valor
	100%
	80%
	50%
	35%
	30%

ACOMPANHAMENTO

A equipe técnica interdisciplinar dos *Campi* deverá realizar o acompanhamento dos estudantes atendidos pelo Programa de Apoio à Permanência visando, principalmente:

- I) a detecção de possíveis situações emergentes que agravem a condição socioeconômica do estudante e/ou que demandem encaminhamentos específicos;
- II) a prevenção de situações de evasão.

Deverá ser objeto do acompanhamento, ainda, a frequência do estudante às aulas e seu desempenho acadêmico.

Os docentes devem observar situações de estudantes com faltas recorrentes e comunicar aos profissionais responsáveis para as devidas providências.

Deve-se observar e encaminhar, também, estudantes em situações específicas que demandem atenção da equipe técnica interdisciplinar.

Para fins de acompanhamento, poderão ser utilizados os diversos instrumentais técnico-profissionais, tais como entrevistas, visitas domiciliares, visitas institucionais, atendimento individual e/ou familiar, entre outros.

CONDIÇÕES PARA CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO

O atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência do estudante fica vinculado à (ao):

- I – Regularidade da matrícula em curso presencial do IFPB;
- II – Frequência superior a 75% em cada período letivo;
- III – Mínimo de 50% das disciplinas do período.

Tempo limite para recebimento de acordo com o tempo limite do curso mais tempo de carência? Casos omissos; greves;

IV – Revalidação do IVS;

V – Inscrição em edital (renovação) e classificação para atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante.

O estudante matriculado, simultaneamente, em mais de um curso ofertado pelo IFPB deverá optar por qual matrícula e *Campus* irá se inscrever em processo seletivo para atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante.

Em caso de mudança de matrícula, o auxílio financeiro prestado ao estudante atendido pelo Programa de Apoio à Permanência será cancelado, devendo, o mesmo, inscrever-se para

a próxima chamada de concessão, de acordo com o edital vigente no *Campus* em que se encontrar matriculado.

A frequência do estudante deverá ser observada bimestralmente, no caso dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, e, semestralmente, para os demais.

Os docentes devem manter as frequências dos estudantes atualizadas no sistema, a fim de possibilitar a realização do acompanhamento pela equipe técnica interdisciplinar.

Será avaliada pela equipe técnica interdisciplinar a continuidade do atendimento nos casos de retenção na série, no ano letivo anterior, para os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio;

Para os demais estudantes, o atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência poderá ser cancelado após reprovação em mais de N° de disciplinas no período/semestre letivo anterior.

O estudante atendido pelo Programa de Apoio à Permanência deverá se inscrever novamente em processo seletivo após expiração da validade do edital para o qual foi selecionado.

A continuidade do atendimento será confirmada após a classificação do estudante em processo seletivo, observando-se o orçamento disponibilizado pelo *Campus* para o período em questão.

CESSÃO DO ATENDIMENTO

São motivos de cancelamento imediato do atendimento pelo Programa de Apoio à permanência o descumprimento do disposto nos incisos I, IV e V do artigo N°.

Sanadas as irregularidades relativas ao disposto nos incisos I, IV e V do artigo N° o estudante poderá ser novamente atendido pelo Programa.

O descumprimento do disposto nos incisos II e III do artigo N° poderá acarretar em suspensão do pagamento do Auxílio Permanência para realização de avaliação da situação pela equipe técnica interdisciplinar.

O procedimento de avaliação realizado pela equipe técnica interdisciplinar deverá prever a convocação do estudante através de chamada pública para ciência e apresentação de justificativa a ser considerada na avaliação.

A convocação do estudante deverá ser feita através do número do CPF.

O estudante que não comparecer no prazo de 05 dias úteis após a convocação terá o atendimento pelo Programa de Apoio Permanência cancelado.

A depender do resultado da avaliação realizada, o estudante poderá continuar em atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante, fazendo *jus* ao recebimento das parcelas que tenham sido suspensas, ou, poderá ter o atendimento cancelado.

O estudante que tiver o atendimento cancelado por descumprimento do disposto nos incisos II e III do artigo N^o poderá ser atendido pelo Programa de Apoio à Permanência no período letivo seguinte àquele em que teve o atendimento cessado.

O estudante poderá recorrer da decisão de cessação do atendimento pelo Programa de Apoio à Permanência através de processo protocolado à Direção Geral do *Campus*.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O atendimento do estudante pelo Programa de Apoio à Permanência não impede o atendimento pelos demais programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB, observados seus regulamentos específicos.

ANEXO C - TABELA DE PONTUAÇÃO DO IVS

TABELA DE PONTUAÇÃO

Variável	Indicadores	Peso	Pontuação
Renda bruta familiar per capita	0 a 0,25 s.m.	40%	10
	0,25 a 0,5 s.m.		10
	0,5 a 0,75 s.m.		05
	0,75 a 1 s.m.		07
	1 a 1,5 s.m.		04
	Acima 1,5 s.m.		00
Situação de emprego, trabalho ou ocupação por pessoa da família (maior de 16 anos)	Pessoa com vínculo formal de trabalho / aposentado / pensionista por morte	5%	02
	Estudante (maior de 16 anos) que não tenha vínculo algum de trabalho, frequentando regularmente curso presencial ou Jovem Aprendiz.		05
	Pessoa em cumprimento de Aviso prévio ou em recebimento de seguro-desemprego		07
	Autônomo/Profissional Liberal		06
	Pessoa sem vínculo formal de trabalho/ Agricultor, produtor rural ou pescador artesanal/rendimento proveniente de aluguel de imóveis		08
	Dona de casa sem vínculo de trabalho (formal ou informal)		10
	Desempregado (a)		10
Cadastro do CadÚnico	Benefício de Prestação Continuada	5%	00
	Programa Bolsa Família e/ou Garantia-Safra		05
	Cadastrado com número do NIS (sem receber benefício)		10
Composição familiar (por pessoa da família)	Jovens e adultos (19 a 59 anos)	5%	02
	Adolescentes (12 a 18 anos)		07
	Crianças (de 0 a 11)		08
	Idosos (Acima de 60 anos)		10
Regime de ocupação do domicílio familiar	Própria	5%	00
	Cedida		07
	Financiada		08
	Alugada		10
	Assentamento proveniente de reforma agrária		10
	Domicílio em imóvel ocupado/situação de rua		10
Situação	Zona Urbana	5%	00

territorial do domicílio familiar	Zona Rural		10
Distância do domicílio familiar	Até 03 km	5%	00
	De 3,1 a 15 km		03
	De 15,1 a 30 km		05
	De 30,1 a 70 km		07
	Acima 70 km		10
Estudante em situação de mobilidade estudantil	Não	10%	00
	Sim		10
Egresso de ensino fundamental ou médio (estudante) - ano anterior ao ingresso no IF	Ensino regular em escola particular	15%	00
	Ensino regular em escola pública		10
Grau de instrução do responsável	Analfabeto	5%	10
	Ensino Fundamental incompleto		10
	Ensino Fundamental		08
	Ensino Médio incompleto		07
	Ensino Médio		05
	Superior		02
	Pós-graduação		00